



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**ENTRE KITS E MAMADEIRAS: O USO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES COMO PLATAFORMA  
DISCURSIVA DO CONSERVADORISMO BRASILEIRO ENTRE OS  
ANOS DE 2015-2022**

**JAIRO CARIOCA DE OLIVEIRA**

*Sob a Orientação do(a) Professor(a)*

**Dr<sup>a</sup>. Joyce Alves da Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Agosto de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

048e Oliveira, Jairo Carioca de, 1977-  
ENTRE KITE E MAMAEIRAS: O uso das políticas  
públicas de educação e sexualidades como plataforma  
discursiva do conservadorismo brasileiro entre os  
anos de 2015-2022 / Jairo Carioca de Oliveira. -  
Seropédica; Nova Iguaçu., 2023.  
112 f.

Orientadora: Joyce Alves da Silva.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares., 2023.

1. Políticas Educacionais. 2. Sexualidades. 3.  
Gênero. 4. Educação. 5. Psicanálise. I. Silva, Joyce  
Alves da, 1978-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1003 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.057870/2023-88

Seropédica-RJ, 30 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS  
POPULARES

JAIRO CARIOCA DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/08/2023

Membros da banca:

JOYCE ALVES DA SILVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

JÔNATA FERREIRA DE MOURA. Dr. UFMA (Examinador Externo à Instituição).

ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO. Dra. UNIR (Examinadora Externa à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 04/09/2023 10:06 )*  
JOYCE ALVES DA SILVA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PROAES (12.28.01.19)  
Matricula: 1742750

*(Assinado digitalmente em 31/08/2023 10:51 )*  
JÔNATA FERREIRA DE MOURA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 907.913.553-49

*(Assinado digitalmente em 30/08/2023 16:39 )*  
ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 075.590.588-17

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: 1003, ano: 2023, tipo: TERMO, data de emissão: 30/08/2023 e o  
código de verificação: bfaf34edb5

“Redescobrir a vida como brinquedo. Já pensaram no que isso implicaria? É difícil. Afinal de contas as escolas são instituições dedicadas à destruição das crianças. Algumas, de forma brutal. Outras, de forma delicada. Mas em todas elas se encontra o motor: “A criança que brinca é nada mais que um meio para o adulto que produz” (ALVES, 2000, p. 54.).

## **DEDICATÓRIA**

Com admiração e gratidão, dedico este trabalho a todas/es/os educadoras/es que ousam enfrentar, na prática freireana cotidianamente, as encruzilhadas intrincadas do sublime fazer pedagógico em seus recintos de ensino.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão ao Deus dos Oprimidos, cuja revelação de minha força na quebra dos dogmas me permite transformarem sonhos em realidades. Contemplando a esperança no horizonte, inicio minha jornada.

Expresso minha gratidão à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Alves da Silva, pelo apoio, orientação e insights que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Sou grato à CAPES por financiar esta pesquisa e proporcionar recursos para ampliar minhas reflexões sobre o processo de escolarização em busca de uma educação antissexista e inclusiva.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosangela Hilário e Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Jónata Ferreira De Moura, por aceitarem o convite para avaliar este trabalho e enriquecê-lo com sugestões e comentários construtivos.

Aos educadores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), meu agradecimento pela troca de conhecimentos e experiências enriquecedoras ao longo deste percurso acadêmico.

Aos integrantes dos grupos de pesquisa LEGESEX/UFRRJ e GEPEA Audre Lorde/UNIR, minha gratidão pelas colaborações, debates e discussões que contribuíram para esta construção.

Aos amigos, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valdenia Guimarães e Silva Menegon, Me. Ronald Lopes e Me. Nathalie Drumond agradeço as sugestões que possibilitaram meu progresso.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha mãe, meu pai, minha esposa Gisele, minhas filhas Gisleiny e Karen e meu filho Asaph Natan, cujo amor e apoio foram a força motriz que impulsionou a jornada.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

## RESUMO

OLIVEIRA, Jairo Carioca de. **Entre kits e mamadeiras: o uso das políticas públicas de educação e sexualidades como plataforma discursiva do conservadorismo brasileiro entre os anos de 2015-2022.** 2023. 112p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Este trabalho de natureza teórica tem como objetivo analisar as permanências e transformações na formação continuada da prática docente ao longo dos últimos 20 anos. O enfoque se deu na centralidade no recorte temporal de 2015 a 2022. Em especial atenção aos saberes relacionado à educação e sexualidades no contexto escolar, focando em embates de narrativas que influenciaram as políticas educacionais no Brasil. Se por um lado, favoreceram a acumulação de capital simbólico ancorado no moralismo de grupos fundamentalistas religiosos, por outro lado, também provocaram a necessidade de abordagens do tema nas escolas por outros agentes políticos e profissionais, dos quais se destaca a abordagem psicanalista. Chama à atenção a identificação de uma demanda reprimida no desejo de saber sobre as sexualidades, visando possíveis intervenções nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, foi realizada uma revisão da literatura da teoria psicanalítica e da educação para discutir os caminhos das sexualidades desde o governo Lula até a atualidade. A teoria psicanalítica foi utilizada para analisar os embates nas práticas pedagógicas. No campo da educação seu percurso histórico e metodologias identificaram a posição do educador no debate político sobre gêneros e sexualidades. Por fim, autores como Michel Foucault (2005), Pierre Bourdieu (1974), Maria Cristina Kupfer (2004) e Jimena Furlani (2011) fundamentam o embasamento teórico. Tais aspectos ressaltam a importância de examinar criticamente as implicações políticas e sociais dessas dinâmicas na formação docente e nas práticas educacionais.

**Palavra-chave:** Psicanálise, Sexualidades, Políticas Educacionais.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Jairo Carioca de. **Between kits and baby bottles: the use of public policies on education and sexualities as a discursive platform for brazilian conservatism between the years 2015-2022.** 2023. 112p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This theoretical work aims to analyze the continuities and changes in the ongoing training of teaching practice over the past 20 years. The focus was on the specific time frame from 2015 to 2022, with particular attention to knowledge related to education and sexuality in the school context, focusing on clashes of narratives that have influenced educational policies in Brazil. On the one hand, these have favored the accumulation of symbolic capital anchored in the moralism of religious fundamentalist groups; on the other hand, they have also provoked the need for approaches to the subject in schools by other political and professional agents, with a notable emphasis on the psychoanalytic approach. Attention is drawn to the identification of a repressed demand in the desire for knowledge about sexualities, aiming at possible interventions in pedagogical practices. In this regard, a review of psychoanalytic theory and education literature was conducted to discuss the pathways of sexualities from the Lula government to the present day. Psychoanalytic theory was used to analyze the clashes in pedagogical practices. In the field of education, its historical trajectory and methodologies identified the educator's position in the political debate on genders and sexualities. Finally, authors such as Michel Foucault (2005), Pierre Bourdieu (1974), Maria Cristina Kupfer (2004), and Jimena Furlani (2011) provide the theoretical foundation. These aspects emphasize the importance of critically examining the political and social implications of these dynamics in teacher training and educational practices.

**Keyword:** Psychoanalysis, Sexualities, Educational Policies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARE-ad	Centro de Acolhimento Regional de Álcool e outras Drogas de Campo Grande
CONAD	Conferência Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
FORPIBID	Fórum Nacional dos Coordenadores do PIBID
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEGESEX	Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais e Pansexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
MS	Mapeamento Sistemático
OBID-RJ	Observatório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional da Educação
PPGEduc	Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEPREDEQ	Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química
TED	Tecnologias Educacionais Digitais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

MEMORIAL .....	11
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 .....	29
ENTENDENDO OS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES NAS SUAS (DES)POTENCIALIDADES .....	29
1.1 Do respeito à Sexualidade na Educação: Uma perspectiva da Psicanálise.....	30
1.2 O lugar do educador no debate de gêneros e sexualidades .....	36
1.4. Corpos, Diálogos e (Im)possibilidades. ....	45
CAPÍTULO II.....	50
EMBATES POLÍTICOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: Uma Abordagem Interseccional.....	50
2.1. Fernando Henrique Cardoso e a Reconfiguração da Educação Brasileira Após a Democratização: Avanços Político-Educacionais.....	51
2.2 Luiz Inácio Lula da Silva e a Política Educacional Brasileira: Avanços nas Pautas de Inclusão dos Vulneráveis .....	54
2.3 Dilma Rousseff: Embates, Debates, Conflitos Políticos e a Extrema Direita Conservadora na Abordagem da Sexualidade e Educação. ....	57
2.4 Jair Messias Bolsonaro, Transição Política e a (não tão) Nova Proposta para a Educação: Uma Perspectiva Psicanalítica sobre o Conservadorismo. ....	61
CAPÍTULO III .....	71
O FASCISMO: UMA ANÁLISE DOS (DES)ENCANTAMENTO DAS PRÁTICAS DOCENTES A PARTIR DA PSICANÁLISE.....	71
3.1 Rituais Do Desejo: A figura do/a educador/a na relação transferencial com o/a aluno/a .....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS .....	99

## MEMORIAL<sup>1</sup>

“O corpo é uma grande sagacidade, uma pluralidade com um sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor” (NIETZSCHE, 2021, p. 44).

Eu sou filho da diáspora nordestina, o que significa que minha família veio do Nordeste do Brasil e se espalhou por outras regiões em busca de oportunidades. Nascido nordestino eu fui criado sudestino, porque meus progenitores decidiram se mudar para o Rio de Janeiro quando eu tinha apenas dez anos, isso mudaria toda a minha forma de ver o mundo.

Eu sou o filho mais velho da família e tenho duas irmãs e um irmão, todos ~~os~~ filhos dos mesmos progenitores. Meu pai veio para este estado com a esperança de conseguir uma vida melhor e mais estável para todos nós. Ele é o filho mais velho de sua família e teve que deixar os estudos cedo para ajudar a sustentar sua casa, seguindo a profissão de motorista de ônibus com muito orgulho e dedicação.

Minha mãe também é a filha mais velha de sua família, e na época em que ela cresceu, a única opção vista como viável para uma mulher era casar-se. Então, ela seguiu esse caminho, e assim foi criada em sua família. Nossa mudança para o Rio de Janeiro foi movida pela busca por uma vida com mais oportunidades e segurança para todos nós. Meus pai e minha mãe fizeram escolhas e enfrentaram desafios para garantir um futuro melhor para nossa família.

Eu cresci em uma família evangélica, onde meus progenitores seguiam a Assembleia de Deus no nordeste, uma denominação religiosa conhecida por sua moral extremamente rígida. Meu pai, que se tornou pastor dessa igreja, trouxe todo esse rigor religioso para nossa casa aqui no Rio de Janeiro, mesmo estando numa região urbana mais progressista em alguns temas religiosos, porque acreditava estar assim protegendo sua família, a partir de suas convicções religiosas.

Minha infância foi marcada por restrições, pois quase tudo o que os adolescentes da minha época consideravam atividades recreativas normais, eram consideradas pecaminosas pela religiosidade dos meus progenitores. Coisas simples como assistir televisão, jogar bola, soltar pipa, vestir bermuda ou camiseta e até mesmo participar das aulas de educação física eram proibidas por nossas religiosidades.

Meu pai trabalhava como motorista de ônibus, e a empresa oferecia bolsas de estudo para ~~os~~ filhos e filhas dos funcionários, o que me permitiu estudar em uma escola particular de base católica durante todo o ensino fundamental. Embora meus progenitores se

---

<sup>1</sup> As narrativas brilham vividamente na minha memória, exatamente como foram gravadas.

orgulhassem disso, para mim foi uma experiência difícil, pois me encontrei em um ambiente dominado por pessoas brancas, com um nível econômico muito superior ao meu e, infelizmente, permeado por preconceitos diversos, entres estes, o religioso.

Essas circunstâncias criaram um cenário desafiador para mim, pois tive que lidar com as expectativas da minha família e as restrições da religião, ao mesmo tempo em que enfrentava os desafios e preconceitos presentes na escola, majoritariamente compostas por pessoas católicas. Foi uma jornada complexa de crescimento, aprendizado e autodescoberta, buscando equilibrar minha identidade religiosa, cultural e pessoal em meio a tudo isso.

Quando estudava na escola particular com a bolsa concedida, as mensalidades eram cobertas, mas ainda assim havia muitos outros gastos com materiais escolares, livros e uniformes que colocavam minha família uma situação de esforço extra para garantir esse conforto para mim. Eles se esforçavam ao máximo, mas, infelizmente, havia atrasos e os materiais nem sempre eram tão bons quanto os dos meus colegas, o que me deixava muito constrangido ~~na escola~~. Naquela época, tínhamos calçados diferentes: eu usava o "Kichute", um tênis-chuteira mais barato, enquanto os colegas mais abastados usavam o "Conga", um calçado mais caro e na moda. Nunca participei das excursões e passeios realizados pela escola por questões financeiras, nunca participei das atividades juninas e outras atividades culturais por uma questão religiosa.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, fui matriculado diretamente na 5ª série (hoje, sexto ano) sem preocupação com meu nível de conhecimento em matemática, que era bem abaixo do esperado para a época. Foi uma mudança drástica, pois nunca havia estudado em uma turma tão grande, com mais de trinta alunos, e senti que os educadores não se importavam muito com os alunos individualmente. Além disso, passava por momentos difíceis na escola. Meus progenitores ainda não tinham conseguido comprar o uniforme escolar, o que fez com que eu fosse barrado na portaria várias vezes. Para acompanhar as aulas, eu precisava pedir empréstimos de livros e me sentia envergonhado por não ter meu próprio material. O momento do recreio era particularmente difícil, pois meus colegas iam à cantina, eu não tinha dinheiro para comprar lanches. Recebi apelidos desagradáveis como “cabeça de nós todos”, “cabeção” e “paraíba”. Riam da minha roupa, do jeito como falava, dos meus gostos, da minha religião e das minhas condições sociais.

Tudo isso me causava muita tristeza e desconforto, pois queria apenas ser aceito e me sentir parte do grupo, mas enfrentava esses desafios diariamente em todo o meu período letivo no ensino fundamental.

Durante minha infância, na sexta série (hoje sétimo ano), enfrentei muitas dificuldades no aprendizado dos números e tabuada. A falta de nivelamento escolar me acompanhou o ano todo, e acabei sendo reprovado em matemática. Foi muito duro ver meus amigos avançando para a próxima série enquanto eu repetia o ano com pessoas que não conhecia. O pior é que algumas dessas pessoas eram as mesmas que me faziam sofrer, o que tornava o ambiente escolar ainda mais sofrido.

Entretanto, algo especial aconteceu naquele ano: conheci o educador Antônio, que foi contratado para lecionar história. Ele era o único educador negro na escola e me mostrou um modelo educacional diferente. Pela primeira vez, um educador demonstrou interesse genuíno em conhecer minha história. Ele me elogiou e compartilhou que também havia estudado em escolas rigorosas. Antônio, inclusive, havia cogitado a ideia de se tornar padre, tendo estudado em uma rígida escola católica. Durante todo o ano letivo, o educador Antônio me motivou, elogiou e me incentivou a participar ativamente nas discussões em sala de aula. Indicou leituras específicas me conduzindo a um olhar crítico. Foi através dele que descobri o prazer da leitura, buscando os livros indicados por ele na biblioteca de Nova Iguaçu.

No final do ano, na oitava série (hoje nono ano), fui escolhido pelos meus colegas para ser o orador da turma. Isso me encheu de orgulho, pois finalmente me destaquei na escola graças ao apoio e dedicação do educador Antônio. Mesmo depois de mais de trinta anos, essas lembranças ainda me trazem sentimentos de nostalgia e dor, pois estudei em um ambiente que nunca me acolheu verdadeiramente, mas que não se tornou uma tragédia total graças a esse educador negro que entendia o poder de uma educação transformadora. No entanto aquela experiência reverberou muitos e muitos anos em minha vida, me afastando do desejo de retornar a uma escola.

Tendo terminado meu ensino fundamental aos 14 anos de idade, só retornei aos estudos 10 anos depois por uma questão de necessidade financeira, pois não havia em mim nenhum desejo pela escola. Matriculei-me em uma instituição preparatória para o exame supletivo do EJA concluindo em fevereiro das 2005 as nove disciplinas exigidas, foi neste período que conheci minha esposa e nos casamos. Enfrentamos dificuldades, pois trabalhávamos como vendedores em uma loja ganhando um salário-mínimo e ela precisou se afastar do trabalho devido às gestações. Percebi que a única maneira de mudar essa situação seria voltando a estudar.

Assim, oito anos depois de haver concluído o ensino médio sem ter frequentado os espaços de escolares regulares, em 2013 faço minha matrícula na graduação em Teologia, concluindo minha formação como Bacharel em 2017, sendo a primeira turma reconhecida

pelo MEC no Rio de Janeiro. Tornei-me pastor, seguindo o caminho dos meus progenitores. Graças aos meus posicionamentos e dedicação nos estudos, fui convidado a lecionar teologia e me tornei funcionário na Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), alcançando destaque na minha denominação e sendo convidado a participar de outros projetos.

Essa trajetória demonstra como a educação e o apoio de um educador dedicado pode fazer toda a diferença na vida de um aluno. Mesmo diante de adversidades, consegui encontrar meu caminho e superar obstáculos, sempre valorizando o poder transformador da educação.

Em 2002 iniciei meu processo de Formação Continuada em Psicanálise, uma experiência que começou em clínica porque dei início a um processo de adoecimento psíquico, precisando de ajuda. Estudar nunca foi fácil, esses espaços nunca foram pensados para corpos pretos ou pardos<sup>2</sup>, pobres e periféricos. Durante muito tempo sequer sabia dizer minha própria cor, pois nunca fui claro o suficiente para ser branco e nem suficientemente retinto para ser preto, registrado pelo Estado na certidão de nascimento como pardo, mas sofrendo os racismos por não ser branco.

Morando em Nova Iguaçu, em um bairro periférico, precisava atravessar quase todo o Rio de Janeiro para ter atendimento Psicanalítico na Praça Seca, mesmo com as dificuldades me apaixonei por esse ofício. Ainda naquele momento, trago para minha prática religiosa e pastoral aquilo que comecei a apreender nos estudos que fazia no campo da psicanálise. Iniciei minha própria prática psicanalítica em Nova Iguaçu, participei de projetos em minha cidade, em 2008 recebo da prefeitura de Nova Iguaçu uma moção honrosa por um destes projetos e sou convidado a participar de outro projeto que estava sendo elaborada pelo Estado do Rio de Janeiro, uma parceria entre uma instituição religiosa que administrava uma ONG e o Estado.

Entre os anos de 2010 e 2016 exercitei o cargo de subcoordenador do Centro de Acolhimento Regional de Álcool e outras Drogas de Campo Grande (CARE-ad) uma instituição privada que firmou convênios com o governo do estado do Rio de Janeiro. Esses acordos faziam parte de um projeto maior do governo federal elaborado pelo Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010<sup>3</sup> e que consolidava um plano para as políticas públicas de enfrentamento as drogas, em especial, ao crack. O plano alocava recursos financeiros nas

---

<sup>2</sup> Na classificação do IBGE pela identificação racial não possuo pele retinta, é mais adequado me colocar como pardo, já que pelas estatísticas eu posso acabar contribuindo para uma falsa ideia de melhoria das condições da população preta, que continua sem curso superior e acessando espaços que eu como pardo, consigo acessar.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm)> Acessado em 01/09/2022

gestões das secretarias estaduais que, por sua vez, firmavam convênios com instituições privadas. No caso do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e, posteriormente, a Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química (SEPREDEQ) criaram o Observatório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro (OBID-RJ). O observatório atuava junto a CARE-ad de Campo Grande que prestava serviços pelas redes públicas de saúde e de assistência social acolhendo população em situação de rua durante trinta a sessenta dias.

Fui o único psicanalista de formação leiga a atuar no projeto durante os seis anos de sua vigência, assim, houve abertura de um espaço de escuta na população em situação de rua. Ressalto que a formação leiga difere da formação médica, pois sustenta que a condição essencial para exercer a psicanálise é a análise pessoal. Sem essa experiência ninguém pode se tornar psicanalista.

Em decorrência disso, algo muito importante aconteceu na vida daquelas pessoas em situação de rua: elas encontraram uma nova maneira de viver e se enxergar, o que chamamos de "ressignificação subjetiva". Mas, apesar desse processo de mudança, surgiram desafios relacionados à diversidade sexual desse grupo de pessoas. Na minha visão, esses desafios podem ser divididos em dois tipos: idealizações e ignorância.

O primeiro tipo de desafio envolvia a ideia de que essas pessoas deveriam seguir um ideal de abstinência completa em relação às suas sexualidades. Por outro lado, o segundo tipo de desafio estava relacionado à falta de compreensão de que reprimir ou negar sua sexualidade só aumentava o sofrimento desses indivíduos, pois repetia a sensação de desamparo que eles já enfrentavam.

Foi em 2016, depois que o projeto terminou que eu percebi que além das estereótipias e discriminações enfrentadas por essas pessoas, existiam ligações muito fortes entre as formas como elas lidavam com sua sexualidade, o uso de drogas e a educação. Esse aprendizado foi essencial para entendermos que a sexualidade é uma parte importante da vida de cada ser humano e precisa ser compreendida e respeitada sem preconceitos. Também ficou evidente para mim que o acesso à educação e o suporte social são fundamentais para que todos possam viver suas vidas de forma plena e digna.

Foi neste ano de 2016 que fiz uma escolha *suleadora*<sup>4</sup> de meu futuro e que acabaria por ser parte importantíssima de meu retorno à vida acadêmica, me desliguei do pastorado e da igreja evangélica. O rumo político que estava sendo desencadeado me fez tomar esta

---

<sup>4</sup> Mas a frente, no corpo da dissertação, este conceito será explicado.

decisão que impactou toda a minha vida e de minha família. Paralelamente, minha prática clínica em consultório particular continuava em pleno funcionamento. Porém, a partir daquela experiência do projeto CARE-ad, minhas atenções de escuta se voltaram na direção de uma *sintonia fina* com relação às sexualidades de meus pacientes. O sofrimento atravessado pelo discurso moral durante a infância, a circulação dos saberes sobre as sexualidades e a polêmica dos modos de educação sexual nas escolas foram os principais temas associados pelos meus analisantes<sup>5</sup>. Esses três eixos que se repetiram na clínica, me demandaram mobilizações, estudos e reflexões no campo da Psicanálise e Educação no que concerne ao infantil, sexualidade e docência.

Portanto, a prática clínica do consultório e as experiências oriundas do projeto CARE-ad de Campo Grande apontaram para a relevância sobre as sexualidades no cenário escolar. Desta forma, sexualidades, educação e a formação dos docentes são campos de investigação pela escuta psicanalítica.

Em uma conversa com uma amiga, ela me contou sobre um grupo de pesquisa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) focado em Sexualidades, no qual o sobrinho dela estava envolvido. Isso despertou meu interesse e decidi entrar em contato com o grupo, conhecido como Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades (LEGESEX). Fui convidado para fazer parte do grupo e fiquei encantado com o trabalho desenvolvido por eles, que abrangia perspectivas múltiplas. A educadora Joyce, coordenadora do laboratório, me impressionou especialmente, em um primeiro contato, fui motivado por ela a utilizar minha formação teológica como uma ferramenta para lutar pelas causas que me indignavam.

Uma palavra que sempre ouvi ao longo da minha vida foi "subversão", mas foi a primeira vez que ela ganhou significado em minha trajetória pessoal e profissional. Senti uma forte identificação com esse termo e me apropriei dele com satisfação. O fato da educadora Joyce, uma mulher trans negra, ter sido escolhida como pró-reitora da Universidade que eu almejava foi algo que me encantou e me encheu de admiração.

Mais tarde, a educadora Joyce me convidou a seguir uma trajetória acadêmica no mestrado, e eu acreditei que essa era a oportunidade que eu precisava. Inicialmente, eu havia escrito um anteprojeto sobre a corporeidade das mulheres pretas na Educação, e foi com muito entusiasmo que escolhi a educadora Joyce como minha orientadora nessa jornada acadêmica.

---

<sup>5</sup> Termo em referência ao que na prática terapêutica em psicologia costuma-se nomear como paciente.

No programa do mestrado, senti uma conexão especial, pois ela abordava questões importantes relacionadas às demandas populares em uma universidade situada na periferia. Escolhido por mim como minha orientadora, ela sugeriu que eu mudasse o tema da minha pesquisa, pois entendia que o corpo das mulheres pretas já estava sendo discutidas por elas próprias em ricas produções acadêmicas. Aceitei essa sugestão de bom grado e passei a me dedicar ao estudo da Formação Continuada nas Práticas Docentes e quais as contribuições possíveis da Psicanálise nas práticas pedagógicas. Essa decisão foi acolhida por mim com entusiasmo.

Aquele momento em que estávamos vivendo era desafiador, enfrentávamos a pandemia do Covid-19 e um governo considerado por muitos como o pior que o Brasil havia experimentado em décadas, caracterizado pelo fascismo. Recordo-me das lições do Educador Antônio, que já havia me ensinado, em tempos passados, e que pude reencontrar na leitura de Paulo Freire, sobre como é nossa responsabilidade nos refazer na luta para construir o futuro.

Durante o mestrado, ofereci um curso de extensão pelo LEGESEX/UFRRJ, que se conectava diretamente com minha pesquisa. Esse curso obteve grande sucesso, com uma adesão significativa. Através dos grupos de WhatsApp que discutiam os temas apresentados pelos palestrantes, coletei abundante material de pesquisa, o qual foi armazenado na nuvem e seria utilizado em minha dissertação.

Em outubro de 2022, uma amiga psicanalista chamou minha atenção para uma mudança em meu comportamento desde o início do mestrado, onde eu me tornara mais combativo e politizado em meus seminários de apresentação da psicanálise. Ela expressou preocupação, e isso me levou a fazer um áudio de 10 minutos, no qual expliquei toda a minha indignação com o governo fascista, a convicção moral e ética de vencer essa situação por meio das eleições presidenciais, apoiando irrestritamente o, então, candidato a presidente Lula. Compartilhei esse áudio com um pequeno grupo de amigos, do qual ela também fazia parte.

Para minha surpresa, esse áudio viralizou rapidamente. Centenas de pessoas me enviaram mensagens de apoio, e milhares começaram a me seguir nas redes sociais. Educadores de várias universidades pelo Brasil passaram a usar meu áudio em suas salas de aula, e fui convidado para participar de programas de rádio e lives. Coletivos de lutas de esquerda de diferentes estados do país também mencionaram o áudio, e até mesmo o Jornal O

Globo fez referência a ele. Parte do meu áudio foi utilizada pelo próprio presidente Lula em seu último debate na televisão<sup>6</sup>.

Esse momento me fez refletir sobre a relevância de nosso posicionamento e das vozes que ecoam em nossos discursos. Percebi que minhas palavras tinham potencial para mobilizar e impactar muitas pessoas, e entendi a importância de exercer meu papel como educador com coragem e engajamento nas questões que acredito serem fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mas houve ataques. Muitos amigos pararam de me seguir, diversos pacientes se desligaram do tratamento, familiares me bloquearam, perdi espaços de fala, tive minhas contas bancárias invadidas, recebi ameaças ao telefone e por mensagens, invadiram minhas redes sociais, invadiram meu whatsapp, pediram dinheiro aos meus amigos em meu nome e perdi acesso aos meus e-mails. Em certo momento consegui resgatar meus acessos, mas todos os meus conteúdos salvos foram apagados, inclusive todos os dados de minha pesquisa, restando apenas o questionário que estava salvo no e-mail do LEGESEX, porém, insuficientes para sustentar a dissertação.

Neste cenário de luta, meu coração ainda batia acelerado, com medo do contexto político e educacional ao meu redor. Foi nesse momento que recebi a grata notícia de ser contemplado por um edital da UFRRJ e convidado para falar como pesquisador do Mestrado pela Universidade Federal de Rondônia, por intermédio da Educadora Dra. Rosângela Hilário, a “Orixá” que eu tive a honra de conhecer em vida, que me recebeu em sua própria residência.

Durante a semana em que estive ao lado da Educadora Rosângela, consegui ressignificar meus medos. Ouvir suas histórias pessoais de superação e presenciar sua atuação pedagógica foi inspirador. Ela, uma mulher preta, trabalhava com fervor em um dos estados mais afetados pelo fascismo no Brasil, onde o presidente Bolsonaro obteve grande apoio nas eleições. Era um lugar dominado pelo agronegócio e políticos comprometidos com o projeto neoliberal. Mesmo assim, ali estava a Educadora, firme como um rochedo, resistindo contra as ondas avassaladoras do mar. Com ela aprendi que a branquitude deseja sempre o silenciamento das pessoas pretas, por isso a necropolítica<sup>7</sup>, mas que nossos ancestrais iniciaram a pavimentação de nossos caminhos e que por isso mesmo, somos a resistência.

Naquela semana, visitei ao lado da Educadora Rosângela seis secretarias de Estado, incluindo a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação. Tive a

---

<sup>6</sup> [https://www.instagram.com/p/Cj1TqglujZ5/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/Cj1TqglujZ5/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==)  
Acessado em 25/05/2023

<sup>7</sup> O conceito de necropolítica é delineado como sendo o próprio domínio da política, um empreendimento cujo propósito reside na submissão da vida à autoridade da morte (MBEMBE, 2018).

oportunidade de dialogar com os/as secretário/as sobre projetos educacionais pensados para o Estado de Rondônia para a população preta e periférica. Participei da entrega do Protocolo de Atendimento às Pautas LGBTQIA+ na educação e na saúde. Além disso, visitei a coordenadora dos Projetos socioeducativos do Estado, onde a Educadora Dra. Rosângela mediava os interesses das meninas pretas, e participei de encontros com o Coletivo das mulheres e filhas de homens encarcerados, que em sua maioria eram pretos, pobres e vindos de comunidades periféricas.

Presenciar de perto racismo do Estado e testemunhar o poder da fala de uma mulher preta que ousava desafiar diariamente aqueles que estão pautados pelo pacto da branquitude<sup>8</sup> foi uma experiência marcante e reveladora. A força e a coragem da Educadora Dra. Rosângela em enfrentar tais desafios são exemplos que ficarão comigo para sempre, mostrando que é possível resistir e lutar por mudanças, mesmo em meio a um contexto adverso, onde o racismo não falado, um indizível não dito se repete nas experiências cotidianas.

A Educadora Dra. Rosângela reuniu ao seu redor um grupo diverso de pesquisadores/as, todos/as atravessados/as pela subversão, desafiando as normatizações que perpetuam a branquitude e a rigidez de gênero. Com ela, as vozes das pessoas pretas e daqueles/as que se recusam a obedecer às normas de gênero são ouvidas, valorizadas e empoderadas. Essa experiência me mostrou que, mesmo em um estado majoritariamente fascista, existem espaços de luta e resistência, tais como o Beco dos Sapateiros, lugar onde presenciei que o verdadeiro poder nasce da conjunção de dois sentimentos aparentemente opostos: o amor e a raiva. A pedagogia freiriana da indignação, vivida de forma contínua por uma mulher preta que usa a educação como arma, ressignificou todo o sentido da luta em mim.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, passei por uma transição em meu mestrado. Agora, carrego comigo o exemplo de duas mulheres, ambas pretas que desafiam corajosamente todos os sistemas de opressão. Minha pesquisa também passou por modificações, indo além da análise de um curso sobre formação continuada, para abranger os avanços e retrocessos das políticas públicas de educação e sexualidades e o uso deste discurso como plataforma discursiva do conservadorismo brasileiro entre os anos de 2015-2022.

Meu trabalho se aprofundou em duas camadas que unem a Psicanálise ao campo da Educação. A primeira abordou questões de sexualidades e gêneros, reconhecendo que a escola

---

<sup>8</sup> De acordo com Cida Bento, o pacto narcísico da branquitude embora reconheça a existência do racismo na estrutura social, o mantém devido aos privilégios adquiridos, causando assim uma imensa dor psíquica (BENTO, 2002).

é um espaço de conflitos e interseções. Em uma sociedade marcada pelo cansaço, as elites capitalistas buscaram criar uma escola normativa e repressora que atenda a seus interesses mercadológicos, moldando os cidadãos como “produtores” obedientes. Essa conformação aliena os múltiplos gêneros e os torna vulneráveis a uma série de desvios e dificuldades.

A segunda camada tratou da formação da prática docente e da discussão dos saberes sexuais no contexto escolar. Esse assunto ainda é considerado tabu entre educadores e nas escolas, muitas vezes, relegado à competência familiar. No entanto, é importante inserir contribuições psicanalíticas no campo da Educação para lidar com essas questões e enfrentar os desafios que surgem em relação à sexualidades e gêneros no ambiente escolar.

Meu objetivo é escutar a voz dos silenciados como projeto de vida, pois são eles que cantam as experiências escondidas nas profundezas. O ativismo é o meu caminho, pois a indiferença é um peso morto para a História. A escrita se tornou um exercício epistemológico, dando formas às palavras e transformando-as em poemas que ressignificam minhas angústias. Luto porque tenho fome e sede de justiça e porque viver significa tomar partido. Já tive pressa, mas agora entendo o valor do tempo certo. Já tive vergonha de minha fé, de minha origem periférica, do Nordeste de onde venho, mas nada disso me impediu de continuar o caminho mesmo sem conhecer a estrada. Definitivamente, como canta o cearense Belchior: “Eu não sou do lugar dos esquecidos! Não sou da nação dos condenados! Não sou do sertão dos ofendidos! Conheço o meu lugar!”.

## INTRODUÇÃO

[...] Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas. Não somos, estamos sendo. A liberdade não se recebe de presente, é bem que se enriquece na luta por ele, na busca permanente, na medida mesma em que não há vida sem a presença, por mínima que seja, de liberdade (FREIRE, 2000, p. 131,132).

Nesta investigação teórica, o objetivo geral foi traçar um percurso histórico dos últimos anos na Educação brasileira, onde se desenrolaram embates de grande relevância que influenciaram as determinações e estratégias nas políticas públicas educacionais. Durante esse período, o método da teoria psicanalítica mostrou-se fundamental ao acompanhar atentamente esse processo, buscando analisar os embates que emergiram no âmbito das práticas pedagógicas, as quais, por sua vez, resultaram em desconforto e mal-estar, gerando certas subjetivações no campo educacional. Nessa empreitada, adotamos uma metodologia, baseada na análise teórica psicanalítica dos contextos históricos que envolveram a educação, bem como na reflexão sobre o papel dos educadores no debate político acerca de questões de gêneros e sexualidades.

Ao longo dos últimos sete anos, o campo da Educação no Brasil foi palco de diversas lutas e embates, que no corte temporal apresentado neste estudo teórico demonstra uma intensificação do discurso conservador religioso, nos quais se enfrentaram diferentes atores, como políticos, governantes, educadores, estudantes, famílias e membros da sociedade civil. Sendo assim, os objetivos específicos deste trabalho foram estabelecidos em questões fundamentais no âmbito da disputa política, como a qualidade do ensino, o acesso à educação, a valorização dos profissionais da área e a inclusão de temáticas contemporâneas nos currículos escolares no que tange às sexualidades. Tais debates foram cruciais para a definição de diretrizes e políticas públicas educacionais que moldaram a realidade das escolas e instituições de ensino no país.

As determinações e decisões tomadas no âmbito das políticas públicas educacionais tiveram profundas repercussões tanto no sistema educacional quanto na sociedade como um todo. Mudanças legislativas, programas governamentais e alterações no financiamento da educação foram fatores determinantes que prejudicaram a rotina escolar, as práticas pedagógicas e a formação dos educadores. Retrocessos que aconteceram a partir do impeachment da Presidenta Dilma e particularmente, de forma mais acirrada, durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Uma série de transformações que ocorreu no cenário

educacional, trazendo a reboque um contexto de polarização e desafios significativos para os profissionais da educação.

No meio desse contexto conturbado, a teoria psicanalítica emergiu como uma ferramenta essencial para a compreensão dos fenômenos subjacentes aos embates nas práticas pedagógicas e às movimentações de poder que se estabeleceram. Ao mergulhar no mal-estar gerado por esses embates, a psicanálise revelou aspectos do inconsciente coletivo que permeavam as ações e posições dos diversos atores envolvidos no campo educacional. Dessa maneira, tornou-se possível investigar as motivações, os desejos e as ansiedades que impulsionaram essas dinâmicas, influenciando a constituição das subjetividades tanto dos educadores quanto dos educandos.

As práticas pedagógicas desempenharam um papel fundamental na construção das subjetividades no cenário educacional brasileiro. À medida que os embates políticos se desenrolavam, essas práticas foram impactadas por concepções divergentes sobre o propósito da educação na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A inclusão de debates sobre gêneros e sexualidades nas escolas, por exemplo, desencadeou controvérsias e discussões acaloradas, refletindo as tensões presentes na sociedade em relação a essas temáticas.

Para realizar esta investigação adotamos uma metodologia fundamentada na análise teórica psicanalítica dos contextos históricos que cercaram a educação no Brasil ao longo da última década. Nossa pesquisa foi enriquecida pelo estudo crítico de importantes obras de referência, incluindo as contribuições de pensadores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Maria Cristina Kupfer e Jimena Furlani. Esses estudiosos forneceram uma base sólida para nossa compreensão das motivações subjacentes e das complexas influências que moldaram as políticas educacionais e suas consequências no campo pedagógico.

Além disso, salientamos a dimensão crucial do papel do educador na esfera do debate político, especialmente no que diz respeito às questões de gêneros e sexualidades. Reconhecemos que sua atuação desempenha um papel de destaque no desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo, igualitário e capacitado para lidar com as nuances e desafios da sociedade contemporânea. Essa análise mais profunda nos permite explorar de forma mais abrangente as implicações dessas políticas educacionais e o papel transformador que os educadores desempenham em nossa sociedade em constante evolução.

A interseção entre Sexualidades e Educação emergiu como um tema de grande relevância ao longo dessa dissertação, sobretudo ao destacar a importância de compreender os

efeitos da transferência, do desejo e do biopoder no contexto escolar. A transferência<sup>9</sup>, em seu conceito psicanalítico, revelou-se como uma força poderosa na sala de aula, influenciando diretamente a relação entre educador e aluno e afetando o processo de ensino-aprendizagem. Por sua vez, o desejo, tanto do educador quanto do educando, desempenhou um papel crucial nesse contexto, moldando as interações e os vínculos afetivos estabelecidos no ambiente escolar. Além disso, esse trabalho nos levou a refletir profundamente sobre a relação intrínseca entre as sexualidades, moral e política no contexto educacional, incluindo o papel de grupos fundamentalistas, conservadores religiosos e das redes sociais no impeachment da Presidenta Dilma e na eleição do governo Bolsonaro e sua política de exclusão das subjetividades em projetos escolares. Também discutimos os avanços e retrocessos do tema de sexualidades e gêneros nas diretrizes de educação, como o Plano Nacional da Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), enfatizando a importância de uma formação docente atualizada e sensível às questões de gêneros e sexualidades para criar ambientes de aprendizagem inclusivos e respeitosos. Nesse sentido, a psicanálise ofereceu ferramentas valiosas para que os educadores reflitam sobre suas próprias emoções e preconceitos. Para compreenderem a complexidade desses temas delicados e subjetivos que emergem em sala de aula.

Atualmente, não podemos falar sobre educação sem ultrapassar os limites tradicionais da escola e considerar uma variedade de modalidades de ensino que vão além do ambiente escolar convencional. Vale aqui ressaltar que esta dissertação surge como uma opção possível e não como uma escolha inicial, por isso ela é um trabalho teórico e não empírico. A sugestão surgiu a partir de um diálogo com minha orientadora, após vivenciar uma invasão em minhas redes sociais que resultou na perda de material importante que compunha minha pesquisa anterior que tinha como tema “*Sexualidades, Gênero e Educação: As Contribuições da Psicanálise para a Prática Docente*”. Essa invasão foi motivada pelos meus posicionamentos políticos antifascistas, expressos nas redes sociais, artigos e na minha atuação psicanalítica, com participação nos coletivos Psicanalistas Unidos pela Democracia – PUD, no Coletivo Ativista de Psicanálise, Educação e Cultura, quanto no Fórum do Campo Lacaniano de Nova Iguaçu.

---

<sup>9</sup> O conceito transferência, conforme concebida por Freud, transcende a relação analítica, manifestando-se em diversas interações sociais. Em sua obra, Freud explora como ela surge no tratamento psicanalítico, incluindo desejos intensos, como amor, atenção e reconhecimento, bem como formas mais sutis, como o desejo de tratamento especial. Essa concepção da transferência age como uma ferramenta para concentrar os impulsos do paciente na relação com o analista, direcionando-o a enfrentar conflitos e resistências (FREUD, 1916-1917a, p. 518). Vale ressaltar que, como outros conceitos na psicanálise, a noção de transferência evoluiu ao longo da obra de Freud, acompanhando o desenvolvimento de sua teoria.

Desde 2016, quando me afastei completamente do espaço religioso e me dediquei exclusivamente à minha prática clínica como psicanalista, tenho me interessado pelos estudos de gêneros e sexualidades, especialmente na intersecção com questões raciais no corpo feminino.

Inicialmente, fui admitido no programa de mestrado com o projeto de investigar a corporeidade negra feminina e sua relação com a raça, buscando compreender a produção subjetiva em uma educação que não está comprometida com a igualdade entre os sujeitos na sociedade brasileira, meu anteprojeto aprovado trazia como tema “*Corporeidade Negra Feminina e Educação no Cotidiano Escolar: Por um Setting Analítico*”. No entanto, minha orientadora sugeriu que eu modificasse meu projeto para observar mais de perto a formação continuada dos educadores e como a psicanálise poderia contribuir nesse contexto, utilizando um curso de extensão como material de pesquisa.

Com esta perspectiva, construímos um Curso de Extensão que teve grande adesão por parte dos inscritos, em sua maioria agentes da educação e psicanalistas. Colhemos materiais interessantes de análise para a pesquisa através dos chats de grupos criados no Whatsapp com discussão provocadas pelos tutores a cada apresentação feita pelos palestrantes. Dividimos o curso em cinco módulos, cada um deles com um tema específico, dois/duas palestrantes convidados/as e um/a mediador/a. Foram eles:

- No Módulo 1: “A Cultura do Silêncio e os Corpos Dissidentes” e Palestrantes Convidados: Antônio Quinet (Psicanalista, Doutor em Filosofia e Dramaturgo) e Florence Belladonna Travesti (Pesquisadora LEGESEX e Mestranda pelo PPGEduc/UFRRJ).
- No Módulo 02: “Uma Pesquisa Psicanalítica em Educação ou uma Educação Psicanalítica:” Palestrantes convidadas: Soneide de Sales Lima (Psicanalista, Mestra em Pesquisa e Clínica em Psicanálise – UERJ. Especialista em Psicologia Clínica e no Atendimento a Crianças e adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela PUC/Rio) e Gloria Georgina Seddon (Psicóloga, psicanalista, artista visual, doutora em Psicologia Clínica (PUC-RJ) e em História Social da Cultura (PUC-RJ).
- Módulo 3: “Gênero, Sexualidades e Educação: Práticas Decoloniais” e Palestrantes Convidados: Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro (Doutoranda pela UERJ, Arteterapeuta e Escritora) e Valdemir Francisco da Silva Junior (Mestre em Psicologia/UERJ, Psicanalista, Coordenador do CAPS1 em Guapimirim).

- Módulo 4: “Mal Estar na Atualidade: A Sociedade do Cansaço” e Palestrantes: Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues (PhD em Neurociências e Mestre em Psicanálise) e Ronald Lopes (Psicanalista, Doutorando em História - UERJ)
- Módulo 5: “Violência e Masculinidades na Escola: A Máquina de Formatar Meninos” e Palestrantes Convidados: Leandro Rodrigues (Pesquisador do LEGESEX e Mestrando pelo PPGEDuc/UFRRJ) e Jairo Carioca (Psicanalista, Pesquisador do LEGESEX e Mestrando pelo PPGEDuc/UFRRJ)

No entanto, a invasão das minhas redes sociais e e-mails resultaram na perda de todo este material de pesquisa que se encontrava em arquivos na nuvem, em minha ingenuidade como discente acreditei que bastava guardar minha pesquisa neste lugar, quando sendo invadido perco tudo o que havia escrito, o que me deixou em angústia. Minha orientadora interveio nesse processo, encorajando-me a seguir em frente e me propôs que fosse expandida a dissertação para além dos limites da Educação, abordando o panorama da formação de educadores, gêneros e sexualidades nas políticas públicas, usando minha própria leitura e engajamento no debate político sobre esse tema como experiência pessoal.

Percebi que esta proposta representava um desafio pedagógico significativo, pois a dificuldade no ensino e nos processos relacionados às sexualidades no Brasil não é apenas resultado da insegurança e despreparo dos educadores, mas também estão enraizadas em condições psicológicas, políticas e sociais desfavoráveis que evoluíram ao longo da história recente. Ao analisar essa iniciativa, pude reconhecer suas possibilidades, ao mesmo tempo em que me conscientizei da complexidade desse cenário educacional.

Percebo que, ao abordar as sexualidades no ambiente educacional, estamos diante de questões que vão além do conhecimento técnico e pedagógico. Precisamos lidar com preconceitos enraizados, tabus e estigmas que, por vezes, ainda persistem em nossa sociedade. Esses elementos podem criar barreiras para um diálogo aberto e saudável sobre as sexualidades, tornando o trabalho dos educadores ainda mais desafiador. As condições psíquicas dos educadores também merecem atenção nesse contexto. A temática da sexualidade pode suscitar emoções complexas, incertezas e receios, especialmente quando confrontada com nossas próprias experiências, crenças e valores.

Portanto, “Entre Kits e Mamadeiras: O Uso das Políticas Públicas de Educação e Sexualidades como Plataforma Discursiva do Conservadorismo Brasileiro entre os anos de 2015-2022” se torna o objeto central desta investigação. Para esse propósito, na interface entre pesquisa e ativismo, adotamos uma metodologia embasada na análise teórica dos contextos históricos que cercaram a Educação, bem como a posição do educador no contexto

do debate político sobre questões de gêneros e sexualidades. Por meio dessa abordagem, pude compreender melhor as motivações e influências que moldaram as políticas educacionais e suas consequências para o campo pedagógico. O embasamento teórico foi fundamentado nos embates políticos de subjetividade no campo da Educação utilizando autores como: Michel Foucault (2005), Pierre Bourdieu (1974), Maria Cristina Kupfer (2004) e Jimena Furlani (2011).

Estruturado em três capítulos, a saber:

O capítulo I, intitulado "*Entendendo os campos da Educação e Sexualidades nas suas (des)potencialidades*" levanta a hipótese sobre o papel do educador na escola, particularmente na educação sexual, como um tema de intensos conflitos políticos no Brasil, ao mesmo tempo em que reflete a compreensão de que a escola vai além do ensino de conteúdos, abrangendo questões interdisciplinares, incluindo as sexualidades humanas. Este capítulo é dividido em quatro tópicos:

- No tópico inicial, explora-se a ênfase da abordagem psicanalítica na educação no respeito à sexualidade como um componente essencial do desenvolvimento humano. Essa perspectiva destaca a valorização da compreensão das dimensões emocionais e psicológicas da sexualidade, com o objetivo de fomentar um ambiente educacional que incentive a aceitação e a promoção de discussões saudáveis sobre essas questões.
- No segundo tópico, a análise se concentra em examinar a função central desempenhada pelo educador na promoção de um ambiente de aprendizado que seja inclusivo e respeitoso. Isso envolve a desconstrução de estereótipos de gênero e o apoio aos alunos na compreensão das múltiplas identidades sexuais e de gênero.
- No terceiro tópico, reconhece-se que a investigação dos domínios da educação e das sexualidades, com consideração das suas potencialidades e desafios, desempenha um papel crucial na formação de professores. A compreensão das nuances desses campos fornece uma base sólida para que os educadores abordem sensivelmente e de maneira eficaz questões relacionadas à sexualidade. Isso implica na promoção de ambientes educacionais inclusivos, no respeito pela diversidade sexual e na capacidade de abordar assuntos sensíveis de modo apropriado.
- No quarto tópico, destaca-se a intrincada relação entre identidades corporais no contexto educacional e os desafios e oportunidades que emergem dessa interação. Isso incentiva uma reflexão sobre as capacidades e restrições na compreensão das vivências humanas.

O capítulo II, intitulado "*Embates Políticas no Campo da Educação e Sexualidades*" ressalta a importância de compreender a relação entre liderança política e a formação de políticas educacionais em um contexto de mudanças políticas e sociais. Este capítulo foi dividido em quatro tópicos:

- No primeiro tópico, aponta-se para a relevância do papel desempenhado por Fernando Henrique Cardoso<sup>10</sup> na reconfiguração do sistema educacional brasileiro após o período de democratização. Sugere-se que houve avanços significativos no campo político-educacional, destacando a relação entre política e educação em um contexto de mudanças importantes no Brasil.
- O segundo tópico destaca o impacto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>11</sup> na política educacional do Brasil, especialmente no que diz respeito à promoção das pautas de inclusão das populações vulneráveis. Isso enfatiza a importância da liderança política na promoção de mudanças significativas no campo da educação, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- O terceiro tópico enfoca a complexa interação entre a presidência de Dilma Rousseff, os debates políticos e as tensões relacionadas à abordagem da sexualidade e da educação no Brasil. O governo de Dilma<sup>12</sup> enfrentou desafios significativos, especialmente no contexto da oposição da extrema direita conservadora.
- O quarto tópico destaca a presidência de Jair Bolsonaro<sup>13</sup> e sua influência na política educacional brasileira. Seu governo representou uma mudança substancial na abordagem da educação, com possíveis impactos a partir do conservadorismo da sociedade.

O capítulo III chamado de "*O Fascismo: Uma análise dos (des)Encantamentos das Práticas Docentes a partir da Psicanálise*" trouxe em cena um resumo do governo Bolsonaro e as entranhas do fascismo na educação, ao eleger os educadores como inimigos ideológicos, Bolsonaro coloca em cena o desmonte da educação pública numa tentativa de elencar o neoliberalismo no ataque às subjetividades diversas. Por fim, no tópico: *Rituais do Desejo: A figura do educador na relação transferencial com o aluno*, falamos da teoria da transferência e como esses processos se comportam a partir da sexualidade, que é um

---

<sup>10</sup> Presidente do Brasil entre os anos de 1995 a 2003.

<sup>11</sup> Presidente do Brasil entre os anos de 2003 a 2011.

<sup>12</sup> Presidenta do Brasil entre os anos de 2011 a 2016.

<sup>13</sup> Presidente do Brasil entre os anos de 2019 a 2022.

indicador importante para tratamento na clínica psicanalítica. Isso aparece em sala de aula quando o educador estabelece uma relação transferencial com o aluno para produção de saberes.

Portanto, convido o leitor a apreciar esses capítulos pensando nas chaves de leitura fornecidas e a mergulhar em um universo de conhecimento e reflexões profundas.

## CAPÍTULO 1

### ENTENDENDO OS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES NAS SUAS (DES)POTENCIALIDADES

É a ciência pouco ortodoxa da psicanálise que nos informa que o discurso sobre as ausências, discursos dos sonhos, das esperanças, tem o seu lugar na interioridade de nós mesmos, explodindo, emergindo, irrompendo sem permissão, para invadir e embaraçar o mundo tranquilo, racional e estabelecido de nossas rotinas institucionais (ALVES, 1993 p. 19)

A discussão sobre o papel do educador na escola não é feita sem suscitar embates políticos acirrados no campo da Educação, porém o tema das sexualidades na escola ocupou destaque nas últimas décadas no território nacional. Os resultados desses conflitos emergiram em prescrições do Estado como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394 de 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997. Esses dois documentos, dentre outros (os documentos são variados para cada esfera estadual e municipal, mas foi escolhido dois da esfera federal por entender que eles suleiam<sup>14</sup> as diretrizes sobre educação sexual no Brasil), inauguraram propostas tratadas de maneira articulada com as matérias curriculares (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015, p. 620-632).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), embasados na LDBEN 9394/1996, delimitaram aspectos orientadores da educação básica brasileira que contribuíram na organização curricular (SILVA, 2012). Aspectos que envolveram o respeito aos direitos humanos, exclusão de qualquer tipo de discriminação e a garantia de equidade em todos os níveis. A participação como elemento fundamental à democracia, corresponsabilidade pela vida social como compromisso individual, coletivo e a inclusão de temas socioculturais no currículo também formaram esses aspectos orientadores (LOPES, 2022).

Sendo assim, a estrutura do Estado no campo da educação básica brasileira, nesse momento de sua história, entendeu que o papel da escola ia além de questões conteudistas. Envolveu aspectos obrigatórios da formação do educando que contemplam conscientização

---

<sup>14</sup> O termo "sulear" foi criado pelo físico brasileiro Marcio D'Olne Campos no texto "A Arte de sular-se", enquanto Paulo Freire fez uma série de reflexões e provocações relacionadas a esse termo no livro "Pedagogia da Esperança", na página 113. Ambos eram amigos e compartilhavam ideias sobre a importância da construção de um conhecimento local e engajado. Refletindo sobre as observações e denúncias do educador Márcio Campos, somos provocados a pensar sobre virar as costas ou virar de costas, ou seja, desprezar ou negligenciar nossas próprias possibilidades de construir um conhecimento que seja genuinamente nosso, assim como as coisas locais e concretamente relacionadas a nós. Em 1992, Paulo Freire utilizou o termo "suleá-los" como uma oposição ao verbo "nortear" no livro "Pedagogia da Esperança", que propõe um reencontro com a pedagogia do oprimido. Com o objetivo de adotar uma postura decolonial, faremos uso do termo "sulear" em substituição a "nortear", que carrega implicações de que todas as nossas orientações são provenientes do Norte, entendido aqui como algo prescrito e hierarquizado, desvinculado da prática ou com pouca relação efetiva com ela.

política, articulada com o processo de ensino, juntamente com a dialogicidade e os saberes interdisciplinares, destaque para os saberes das sexualidades humana.

### **1.1 Do respeito à Sexualidade na Educação: Uma perspectiva da Psicanálise**

Nos primórdios do movimento psicanalítico, desde o século XIX, o desejo do psicanalista no campo educacional tomou posições multilaterais e distintas. Na medida em que a História avançava em seus desdobramentos culturais e sociais, a convocação da práxis psicanalítica e suas maneiras de “olhar” e “escrever” o sujeito na educação mobilizaram seus exercícios. Inicialmente, as posturas módicas freudianas diante dos mal-estares educacionais provocados pela repressão cultural nos neuróticos do seu tempo colocaram no centro das discussões as sexualidades como organização psíquica do sujeito, logo, uma dimensão sexual. A moral repressora daquele tempo distanciou as contribuições na Educação pelas Sexualidades; logo, condená-la e reformá-la era prioridade, para depois, haver tentativas de aproximação. (FREUD, [1898/1980], pp. 249-270)

Os efeitos desse movimento trouxeram as sexualidades para lugares de tensão tanto na abordagem educacional, diante dos limites das diversidades sexuais, quanto na necessidade de desviar seu foco em direção a objetos não sexuais para se adequar às normas culturais (FREUD, [1905/1980], pp. 123-238). Assim, mesmo com a presença de transmissões psicanalíticas na Educação, não haveria proteção ou qualquer tipo de ordenação na criança, pois o inconsciente possui uma dimensão ineducável (CHEMOUNI, 1996, pp. 623-631). Embora Freud não fosse um pedagogo no sentido estrito do termo e não tenha desenvolvido reflexões educacionais ou programas de intervenção comportamental, ele fez importantes comentários sobre a Educação e a prática docente de sua época, inclusive a partir de sua própria experiência escolar (LAJONQUIÈRE, 2006, pp. 1-19).

No entanto, os psicanalistas não tinham opiniões unânimes em relação às conexões entre Educação e Sexualidades. Ana Freud, por exemplo, via as crianças como sujeitos altamente demandados para associar o tratamento psicanalítico com abordagens educativas (ALMEIDA, 2018). Por outro lado, August Aichhorn destacava a relevância da relação transferencial<sup>15</sup> para promover o ensinamento na relação aluno-educador. Melanie Klein, por sua vez, era contra a ideia de que o analista se colocasse na posição de pedagogo diante das crianças, pois isso poderia conduzir a tratamentos "numa figura que não existe" (ALMEIDA,

---

<sup>15</sup> Este conceito psicanalítico – Transferência, será abordado de forma mais aprofundada no item 01 do terceiro capítulo - Rituais Do Desejo: A figura do/a educador/a na relação transferencial com o/a aluno/a.

2018). Para os psicanalistas Bigeault e Terrier, a prática docente do escolanovismo não levou em conta questões importantes, como agressividade, violência, frustração e conflitos, elementos fundamentais para a constituição do sujeito (BIGEAULT; TERRIER, 1978).

Diante de toda a complexidade que envolve a Educação e as Sexualidades, é importante refletirmos sobre o papel do educador na formação dos sujeitos. Essa relação entre o desenvolvimento humano e os processos das sexualidades nos mostra como a prática docente pode ser uma verdadeira jornada de compreensão e sensibilidade.

O educador tem a oportunidade de ser um agente de transformação na vida de seus alunos. É através do seu trabalho dedicado que ajudamos as crianças e adolescentes a trilharem um caminho que conduza à educação. Sabemos que lidar com as questões de sexualidades e formação dos sujeitos é um desafio delicado, mas é também uma oportunidade de impactar positivamente suas vidas.

Lembrando-se das palavras de Freud em "O Mal-Estar na Cultura", entendemos que a cultura muitas vezes limita a satisfação sexual, mas é nosso papel como educadores encontrar maneiras de canalizar essas energias para outras direções que sejam mais aceitáveis socialmente. Isso requer uma dedicação incansável, mas é também uma oportunidade de crescimento e aprendizado.

Entendemos que a prática docente vai além de simples técnicas. É um ofício do impossível, pois lidamos com a individualidade de cada aluno, suas condições raciais, sociais, econômicas, emoções, desejos e conflitos. Nesse sentido, a psicanálise pode ser uma importante aliada, nos oferecendo uma compreensão mais profunda do desenvolvimento humano e das dinâmicas que permeiam a formação dos sujeitos.

Como educadores, nosso objetivo é cultivar um ambiente acolhedor e empático, onde os alunos se sintam à vontade para explorar suas identidades e experiências de maneira saudável. Para alcançar isso, é fundamental praticar uma escuta atenta e sensível, respeitando suas singularidades e necessidades individuais.

Ao abordarmos questões relacionadas à sexualidades na Educação, é importante agirmos com cuidado e respeito. Nossa formação como educadores não deve se limitar apenas ao aspecto técnico, mas também incorporar a ética e a humanidade. Estarmos abertos ao diálogo, à reflexão e ao aprendizado contínuo é essencial para aprimorar constantemente nossa prática.

Compreendemos que não há uma fórmula fixa para lidar com todas as situações, mas buscamos esse constante aprimoramento como educadores. Nosso comprometimento e dedicação nos impulsionam a criar um ambiente educacional mais inclusivo, amoroso e

enriquecedor para todos os nossos alunos. Cada passo nessa jornada é valioso e cada aprendizado contribui para o nosso desenvolvimento tanto como educadores quanto como seres humanos.

Pimenta e Anastasiou (2014) salientaram que, ao longo da história da Didática, tem sido dada importância entre ensino e aprendizagem. Se de um lado, o ensino fornece ênfase nos métodos, nos recursos e no educador como centro do processo educativo constituindo a base do conhecimento didático, por outro lado, na aprendizagem o educador passa a ser visto como “orientador” e “organizador” das situações do ensino, estabelecendo a centralidade no aluno. Diante desse quadro, as autoras apresentaram o conceito de *ensinagem* por comportar em si a superação da falsa dicotomia entre ensinar e aprender, carregando consigo os compromissos éticos, políticos e sociais da atividade docente para com os alunos. Nesse processo, destaca-se a importância da parceria entre educadores e alunos como condição fundamental para lidar com o conhecimento, necessário para a formação dos estudantes. A ação de ensinar é definida na relação com a de aprender, o que possibilita o desenvolvimento do método dialético de ensinar. Mas como as sexualidades podem ocupar esse lugar de ensinagens, já que por conta de moralismos de cada momento, essa dimensão da subjetividade humana acaba sendo excluída?

Ao longo da história, a construção da escola trouxe consigo desafios e situações de violência e agressividade, o que tornou o ato educativo uma "tarefa impossível". No entanto, apesar dessas dificuldades, a prática docente tem demonstrado resultados positivos no processo de escolarização dos sujeitos. A escola, tanto em seu aspecto simbólico quanto imaginário, não está isenta de "tragédias", ou seja, ela pode ser uma máquina de riscos para os educadores, pois envolve um contínuo enfrentamento dos impasses gerados pelo mal-estar (MEIRIEU, 2001).

Por outro lado, o espaço da escola é um ambiente onde o educando enfrenta desafios e limitações, moldando suas subjetividades e aprendendo a aceitar obrigações e regras impulsionadas pelo conhecimento. Esse enfrentamento é fundamental para o processo de assujeitamento do educando, que gradualmente se insere na convivência através do conhecimento (PEDROZA, 2010, pp. 81-96). Isso não pode excluir os saberes produzidos pela própria sexualidade por carregar subjetividades importantes que são constitutivas do sujeito.

Apesar das dificuldades e riscos, a prática docente tem um papel crucial na formação dos sujeitos e na construção do seu conhecimento. A escola é um espaço de aprendizado e crescimento, onde os educadores têm o desafio de lidar com as complexidades e

singularidades de cada aluno. Essa jornada educativa não é fácil, mas é repleta de significado e importância na vida dos educandos e de seus professores e professoras.

Através do ato educativo, os educadores proporcionam aos alunos oportunidades de se desenvolverem intelectual e sexualmente. Eles são mediadores do conhecimento e do saber, auxiliando os educandos a se conectarem com o mundo e a construir sua identidade.

Mesmo diante das adversidades, é gratificante ver os resultados positivos da prática docente na vida dos alunos. Nessa perspectiva educacional, que passa pelas escolhas de currículos, modelo de gestão, metodologias, a escola é um espaço de transformação e crescimento, onde educadores e educandos caminham juntos na busca pelo conhecimento e pelo desenvolvimento integral do sujeito via ensinagens.

Cada experiência educativa é única e valiosa, e é no encontro entre educadores e educandos que a magia do aprendizado acontece. Uma jornada que convida os educadores a uma abertura ao diálogo, o respeito às diferenças e o contínuo aprimoramento de suas práticas.

Entretanto, numa sociedade marcada pelo desgaste e cansaço, percebemos uma desvalorização dos lugares privilegiados que antes eram ocupados pelos educadores. Esse fenômeno se manifestou através de um excesso de demandas e expectativas. A reflexão sobre a reeducação das relações étnico-raciais, por exemplo, é uma temática relevante (GONZALÉS, 1982; GOMES, 2011; GONÇALVES, 2000). Essas estudiosas ressaltam que o racismo continua sendo reproduzido no dia a dia das escolas, manifestando-se tanto no processo de ensino-aprendizagem, nas relações humanas e afetivas, como no material didático e no currículo escolar. É preocupante observar que a questão racial, muitas vezes é completamente silenciada e negada no ambiente escolar.

A presença do racismo nas escolas é um desafio a ser enfrentado pelos educadores e profissionais da educação. É essencial que reconheçamos a importância de abordar a diversidade étnico-racial de forma respeitosa e inclusiva em todas as dimensões da educação. Isso inclui a revisão de currículos, materiais didáticos e práticas discursivas para que sejam mais reflexivos e representativos da pluralidade cultural brasileira. (CARNEIRO, 2005)

Um exemplo é a tese da educadora Sueli Carneiro (2005) que criou o conceito de "dispositivo de racialidade/biopoder", que nos permite entender dois processos importantes: como a sociedade produz e mantém a eleição e subordinação racial, e como a filiação racial influencia a produção de vida e morte. Ao juntar o dispositivo de racialidade com o biopoder, a autora chamou de "epistemicídio". Esse termo se refere a uma espécie de aniquilação do

conhecimento e da educação, relacionada ao poder e saberes que o dispositivo de racialidade/biopoder cria, com destaque aos saberes oriundas das sexualidades negras.

Para combater o epistemicídio, a reeducação das relações étnico-raciais envolve a promoção de uma educação antirracista, que combata estereótipos e preconceitos, e que valorize a história e a cultura das diferentes etnias que compõem nossa sociedade. É preciso proporcionar aos estudantes um ambiente em que se sintam acolhidos e respeitados em sua identidade étnica e racial, de forma a fortalecer sua autoestima e senso de pertencimento. (CARNEIRO, 2005)

Essa precarização escolar advinda do epistemicídio como também das condições de ensino acabou por se integrar à própria estrutura do educando. As práticas, procedimentos e técnicas que circulam nas sociedades contemporâneas, influenciadas pelo discurso capitalista, acabaram por reforçar a supremacia do econômico sobre o político, aprofundando, portanto, racismo<sup>16</sup>. Como consequência, houve uma fragmentação e enfraquecimento do simbólico, levando à dissolução dos laços sociais e à perda do sentido subjetivo. Nessa conjuntura, a única possibilidade de subjetivação se deu pela identificação aos objetos de satisfação oferecidos pelo mercado, pela publicidade e pelos "fármacos" (MELMAN, 2003).

Diante dos desafios enfrentados na prática docente, os educadores, individualmente, começaram a perceber a importância da dimensão desejante que atua no inconsciente. Eles reconheceram que existe uma parcela do não-saber que permeia o processo de ensino e que esse elemento é transmitido na interação com os alunos. Compreender esse aspecto é essencial, pois sem espaço para a escuta, um educador pode não contar com os recursos psíquicos necessários para atuar de forma saudável em sala de aula, o que pode levar a um desgaste emocional e, eventualmente, ao adoecimento (OLIVEIRA 2008, pp. 7-10).

Assim, as intervenções das Sexualidades na Educação se fundamentaram em um discurso que coloca o desejo no centro da prática docente. Isso significa reconhecer que o desejo, em sua complexidade e sutileza, influencia as interações entre educador e aluno, moldando o ambiente educacional de forma profunda. Ao considerar o desejo como uma força presente nas dinâmicas de ensino e aprendizagem, os educadores podem desenvolver uma abordagem mais sensível, empática e acolhedora, promovendo uma relação mais autêntica e afetiva com os estudantes.

---

<sup>16</sup> Vale lembrar que o racismo veio antes do capitalismo moderno, MUNANGA, Kabengele. Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade brasileira – Niterói. Eduff. 2000. p. 15.

A Educação oferece subsídios para que os educadores compreendam suas próprias motivações, angústias e desejos, permitindo que eles sejam mais conscientes de suas atitudes e reações em sala de aula. Ao mergulhar nessa reflexão interna, os educadores podem encontrar meios de lidar com os desafios emocionais da profissão, evitando o esgotamento e cuidando de sua saúde mental<sup>17</sup>.

Dessa forma, a inserção do desejo na prática docente não é apenas um aspecto teórico, mas uma abordagem prática que implica em olhar para si mesmo e para o outro com maior profundidade. Ao considerar a dimensão desejante na educação, os educadores podem criar um ambiente mais saudável e enriquecedor, onde o processo de ensino e aprendizagem se torna verdadeiramente significativo e transformador para todos os envolvidos. É uma jornada de autoconhecimento e comprometimento, que contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma educação mais humana e afetuosa. (GOMES, 2011)

Nesse contexto, é fundamental que os educadores reconheçam a importância de cuidar de si mesmos, de sua saúde mental e emocional, para estarem aptos a lidar com as demandas e desafios da prática docente. A escuta atenta permite ao educador compreender os próprios desejos, angústias e motivações, o que o capacita a se conectar de forma mais autêntica e sensível com seus alunos. (OLIVEIRA, 2008). Ao colocar o desejo no centro da prática docente, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e humano, onde os alunos se sintam compreendidos e estimulados a desenvolverem suas próprias potencialidades.

Dessa forma, ao investir na escuta e no cuidado com o próprio desejo, os educadores podem se tornar agentes transformadores na vida de seus alunos, promovendo um ensino mais significativo e afetivo. É através desse olhar mais humano e atento que a prática docente se fortalece, criando oportunidades de crescimento e aprendizado tanto para os educadores como para os educandos.

Ao longo desta discussão, exploramos diversos aspectos relacionados à interseção das Sexualidades e da Educação, bem como os efeitos da transferência, desejo e biopoder. Compreendemos que as sexualidades oferecem ferramentas importantes para a compreensão

---

<sup>17</sup> O trabalho de letramento racial, por exemplo, com as oficinas autobiográficas, podem ser um mecanismo para que educadores possam se reconhecer e a partir daí compreender seus alunos e suas existências individuais e coletivas. FERREIRA, Aparecida Maria de Jesus. Formação de professores de língua inglesa e o prepara para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. Cascavel: Línguas & Letras, v. 7, n. 12, p. 171-187. 2006. *Op. Cit.* Identidades sociais, letramento visual e letramento crítico: imagens na mídia acerca de raça/etnia. In: *Linguística Aplicada*, v.51. 2012.

das dinâmicas psíquicas dos estudantes e educadores, ajudando a refletir sobre as relações educacionais e seus impactos na formação dos sujeitos.

A transferência revelou-se como uma força poderosa na sala de aula, influenciando diretamente a relação educador-aluno e afetando o processo de ensino-aprendizagem. O desejo, tanto do educador quanto do educando, desempenha um papel crucial nesse contexto, moldando as interações e os vínculos afetivos estabelecidos no ambiente escolar. Além disso, a reflexão como exemplo sobre o dispositivo de racialidade/biopoder trouxe à tona a necessidade de enfrentar os desafios das relações raciais na educação.

Nesse sentido, é fundamental que os educadores se reconheçam como sujeitos marcados por seus desejos, mas também se esforcem para renunciá-los em prol do processo educacional. A prática pedagógica pautada na proibição excessiva pode ser revista, e os educadores podem buscar uma abordagem mais inclusiva, aberta ao diálogo e ao aprendizado mútuo.

## **1.2 O lugar do educador no debate de gêneros e sexualidades**

Para que gêneros e sexualidades sejam objetos de investigação central entre psicanálise e educação, o corpo precisa ocupar o tema dos debates teóricos. A partir de 1953, o conceito de corporeidade teve seu lugar na filosofia do francês Merleau-Ponty. Corporeidade não seria apenas um campo que circunscreve certa materialidade, mas as tensões geradas pelos códigos inscritos implicariam pôr em questão as noções de sujeito e objeto bem como o corte entre eles, formando um esquema corporal (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 133).

O conceito ganhou amplitude e envergadura ao longo da segunda metade do século XX. Isso aconteceu porque outros autores passaram a desenvolver e a difundir a ideia de corporeidade em outras áreas. Por exemplo, os autores colocaram em causa a função linguagem, já que estabeleceram “do ponto de vista do valor que lhes é atribuído pelo sujeito falante” (VERISSIMO, 2012, pp.513-524). O corpo (des)marcaria o ato linguístico a partir de pesquisas com pacientes afásicos, afirmava-se que “O doente [...] parece mover-se como um homem sem alma em um mundo sem alma”, colocando, pois, em questão o “[...] elo psíquico que nos une ao mundo e aos nossos semelhantes” (VERISSIMO, 2012, p. 513).

Somente no início do século XXI é que o conceito de corporeidade chega às universidades brasileiras sobre o mote da Educação Física e da Pedagogia. Aqui nos interessa a dimensão da relação entre corporeidade e educação no âmbito da prática docente porque o saber-fazer e o saber-sentir se iniciariam a partir do corpo marcado pela linguagem. As

relações e os corpos experienciados permitiriam legitimar e reconhecer a sua presença no mundo fazendo laço do que existe de excepcionalidade e universalidade no sujeito.

Compreende-se que a corporeidade rechaça qualquer tipo de processo de pura objetificação, pois segundo Caroline Heldman<sup>18</sup>, essa maneira consiste em analisar um indivíduo ao nível do objeto, sem considerar as forças que situam a corporeidade. Ela entende também que “em propagandas que só focam o atributo sexual ou físico, sem outro tipo de apelo emocional” há a presença da corporeidade. Sendo assim, estamos falando de um corpo que se relaciona consigo mesmo e com seu mundo-ambiente como defende Assmann:

“Estar vivo neste planeta consiste, essencialmente, na interação ativa de corpos, inteiramente em si mesmos e com seu mundo-ambiente. Ao empregar o conceito de corpo, é fundamental manter-se atento a tudo o que ele implica, ainda mais se pretendemos espriar o conceito de Corporeidade como coextensivo à vida.” (ASSMANN, 1994, p. 67)

O sistema capitalista agravou a figura do homem e suas representações afirmando em seu “eu” para resolver os problemas sociais (LACAN, 1958/1998). Entretanto, a representação suprema desse “eu” ao longo do século posterior se deparou com um “horror” porque se confrontou com dimensões “do Outro”. “Horror” esse traduzido nas múltiplas maneiras de dizer “não” a suas ações tirânicas por ele promovidas durante milênios na história. Os movimentos sociais, como feminismo, surgidos a partir da segunda metade do século XX, traduziram as recusas e colocaram um ponto de basta. (ROUDINESCO, 1994)

A figura da mulher não representou apenas seu gênero em si, mas uma constelação de gêneros de ordem psíquica que não mais se enquadravam no modelo cisheteronormativo (BUTLER, 2003). Desde a Grécia clássica, havia o não reconhecimento de pertencimento das mulheres, dos estrangeiros, pessoas com deficiência e de e outros no centro da pólis. O patriarcalismo e a heteronormatividade insistia na negação dizendo que o centro não era o lugar deles. Ao negar essa população, a obstinação se repetiu com muita frequência na história, principalmente, através da violência (COSSI, 2020). Os gêneros avassalados não se alinhavam com essa normatividade imposta pelo patriarcalismo. Nas relações entre gêneros, a desigualdade não é natural, mas construída com frequência (BUTLER, 2003).

O patriarcalismo é um sistema construído na história tendo como referência seu próprio modo de operar, isto é, autorreferenciado. Ele produz as estruturas e dita as regras que

---

<sup>18</sup> Dra. Caroline Heldman é educadora do Occidental College em Los Angeles e pesquisadora sênior do Instituto Geena Davis especializado em Mídia. Sua pesquisa trata sobre Mídia, Cargos Executivos e Sistemas de Poder na cultura (raça, classe, gênero e sexualidade). Disponível em: <<https://dr Carolineheldman.com/about/>> Acessado em: 20/08/2022.

ordenam a sociedade como o mercado, o Estado e a família (LACAN, 1958/1998). Nesse sistema, as representações fálicas, traduzidas hegemonicamente na figura dos homens, são vistas como detentores do poder; logo, são os únicos sujeitos de desejo. Enquanto isso, os outros têm apenas a função de reproduzir esse sistema imposto (LERNER, 2019).

Por exemplo, a maternidade e a capacidade reprodutiva feminina eram metas e explicavam a figura da mulher. As “representações” produzidas pelo patriarcalismo rechaçavam as mulheres que não se tornavam mães. O discurso sexual normativo e repressor elegia a função materna uma necessidade fundamental, uma vez que as sociedades não alcançariam o progresso sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda a vida adulta a ter e criar filhos. Logo, a divisão sexual era a base econômica do trabalho preservando as diferenças somente biológicas como justas e funcionais. (LERNER, 2019, p. 49)

Mas a divisão sexual do trabalho durante os dois últimos séculos enfrentou deslocamentos. As Revoluções Burguesas e as Guerras Mundiais realojaram não só as mulheres, mas trouxe a reboque inúmeros gêneros ao mercado de trabalho, porém, duplicaram suas jornadas e aprofundaram precárias condições. Para mudar esse panorama desfavorecido, novas organizações sociais avançaram através da luta dos movimentos sociais no campo político (ROUDINESCO, 1994). Esses movimentos questionaram as estruturas vigentes e trouxeram conquistas de direitos às populações de outros gêneros que não alcançavam o “centro”, em especial aos exercícios das sexualidades, tomando novas formas e chegando até a atualidade.

Por outro lado, as relações patriarcais se acirraram mais ainda na medida em que as tomaram na cultura e adequaram as mudanças na sua própria organização psíquica, ou seja, a figura do “fálico” ainda insistia na base do ordenamento social estruturante. Dito de outra forma, a repressão social tenta dizer como as pessoas são, principalmente em suas sexualidades e, ao mesmo tempo, um “elemento psíquico” tenta (des)alinhar do lado dos outros gêneros um consentimento com esse discurso de poder imposto a eles (COSSI, 2020). Há imbricamento na constituição psíquica dos outros gêneros cujo patriarcado se (des)apropriou deste “elemento psíquico”.

Um dos modos de se resguardar contra o ordenamento patriarcal é se submeter às suas normas, leis, regras que impedem de viverem muitas coisas. Mas quando outros gêneros tomam consciências das próprias pulsões e decidem satisfazê-las, então, novos desafios e novos papéis surgem no bojo da cultura “pluralizando signos”. Por exemplo, no caso das mulheres, de acordo com Grant (2001, p. 1) “a mudança ocorrida com a entrada da mulher no mundo profissional e a possibilidade de estabelecer novas parcerias amorosas pluralizaram os

signos que permitem sua inscrição numa determinada rede social”. Mesmo com dificuldades no desvencilhamento do “elemento psíquico” que identificaria o fálico do patriarcalismo, a mulher passou por mudanças no modo como é vista e assumiu novos desafios. Ela trouxe a reboque outras relações de gêneros vindos da “pluralização de signos”, destaque para a dimensão sexual, mas havia perigos nesta nova empreitada contemporânea.

Freud (1905/2006) já nos alertava que a bissexualidade era inerente à constituição psíquica humana. Ele considerou que qualquer tentativa de reduzi-la à biologia anatômica ou fixar sua identidade seria um delírio e, portanto, um perigo. A identidade governa a noção de um eu. Ela utiliza a cultura e “elementos psíquicos” para construir sua estruturação. A abertura e a pluralização dessa identidade que organiza o narcisismo das pequenas diferenças são fundamentais para a convivência humana. Caso contrário, o reducionismo e seu fechamento vindos da “lógica fálica” são letais porque produzem “derivadas identitárias” (ROUDINESCO, 2022, p. 128).

Nos primórdios da psicanálise, Freud (1917/2014, pp. 454-472) observou que todas as emoções e sentimentos que os pacientes levavam para a sua clínica não eram experiências do momento atual, mas do passado. Ele concluiu que era na infância que a aprendizagem acontecia através das instituições como a família e a escola que tendiam a padrões de relacionamento durante toda a vida do sujeito.

Essa “aprendizagem” se ligava a figura de autoridade e dependência e se deslocava para a figura do educador, já que a escola reproduz esse sistema. Então, qualquer resistência a esse ordenamento sofre sérias limitações, já que outras lógicas não são permitidas. “A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de organização que evite o seu contrário” (FREIRE, 1987, p. 145).

Uma “organização inautêntica” que evita o seu contrário é a base do seu ordenamento no campo da educação. A prática docente não escapa a essa lógica. Mas ela não é plena, já que houve formas de pensar e agir “não-fálicas” durante sua história. O movimento Nova Escola, por exemplo, trouxe uma proposta engajada e antagônica aos processos vigentes. Resistindo a pedagogia tradicional oriunda do século XVI, os escolanovistas reescreveram os fundamentos filosóficos da prática docente colocando o/a aluno/a como protagonista de sua educação escolar dentro dos processos de ensinagens (SAVIANI, 2008). Dewey e Decroly; Claparède; Ferrière e Maria Montessori entendiam que a figura do/a educador/a não era vista como o/a detentor/a do saber. Ele/a não ocupava o lugar do/a “mestre

que a tudo ensina”, já que a realidade do/a aluno/a tem o potencial para realizar “trocas simbólicas” com o/a educador/a (BOURDIEU, 1974).

Um dos teóricos que teve mais influência da Nova Escola a partir de 1920 foi Célestin Freinet. O francês criou sua própria pedagogia baseada nas experiências vividas do sujeito na cultura como pressuposto da *ensinagem*. Freinet não buscava qualquer técnica ou programa educacional que guiasse o processo, mas entendia essas relações de forma alternativa (SAVIANI, 2008). Ele elegeu o trabalho como forma de aprender que passava pela experiência. O trabalho exige preocupações materiais que produzem inteligências e pensamentos lógicos para sua execução esbarrando em “problemas da vida como ela é”. Assim, Freinet, entendia que nesse ponto a prática educativa era uma “invariável pedagógica” porque são “marcas do fazer”, apesar da abertura a todas as experiências pedagógicas (SEVERINO, 2000).

Para dar conta deste aparato opressivo, se faz necessário a categoria teórica de Interseccionalidade adaptada a realidade brasileiras pela autora Karla Akotirene (2019). Ela oferece uma ferramenta metodológica criada a partir da teoria crítica de raça da educadora Kimberlé Crenshaw no âmbito das leis de antidiscriminação racial nos Estados Unidos no final dos anos 70. A interseccionalidade de Akotirene diz que o capitalismo, o racismo e o cisheteropatriarcado são inseparáveis estruturalmente (AKOTIRENE, 2019, p. 38). As articulações entrelaçadas na modalidade repetitiva colocam as práticas docentes vulneráveis aos desvios e trânsitos dessas malhas estruturais.

A discussão em tela engendrada na orientação sexual no contexto escolar causa muitas polêmicas. O assunto é considerado tabu em muitas escolas e “não sendo discutido entre as famílias acabaria por aumentar a responsabilidade de educadores e comunidade escolar em geral”. Essas, por sua vez, veem o assunto como algo “inconveniente ou de competência familiar, sobretudo nas séries mais iniciais onde as crianças seriam vistas pelas normativas sociais como algo puro e assexuado” (VALENTE; MONTEIRO, 2014). O próprio Freud evidencia que:

A infância era encarada como “inocente” e isenta dos intensos desejos do sexo, e não se pensava que a luta contra o demônio da “sensualidade” começasse antes da agitada idade da puberdade; tais atividades sexuais ocasionais, conforme tinha sido impossível desprezar nas crianças, eram postas de lado como indícios de degenerescência ou de depravação prematura, ou como curiosa aberração da natureza; poucos dos achados da Psicanálise tiveram tanta contestação universal ou despertaram tamanha explosão de indignação como a afirmativa de que a função sexual se inicia

no começo da vida e revela sua presença por importantes indícios mesmo na infância (FREUD, [1924 ou 1925]/1976b, p. 46-47).

De acordo com o Dicionário Aurélio, para o substantivo “sexualidade”, há o seguinte registro: 1. Qualidade de sexual. 2. O conjunto dos fenômenos da vida sexual. 3. Sexo. E para o adjetivo “sexual”, há o seguinte registro: 1. Pertencente ou relativo ao sexo. 2. Referente a cópula, ato sexual. 3. Que possui sexo. 4. Que caracteriza o sexo, partes sexuais. (FERREIRA, 1999. p. 1850). Sendo assim, não há nada que difira o sexo aqui de outra ordem que não seja o simplesmente biológico, anatômico e o corpo biológico é um corpo objetivado, portanto, da ordem do instinto, natural e fisiológico.

A importância de trazer a psicanálise para o debate no campo da educação se dá pelo viés de que, a partir dela, surge um novo conceito de sexualidade. O corpo para a psicanálise é um corpo tecido e marcado pela linguagem (PRISZKULNIK, 2000, p. 20). Freud rompe com a ideologia moral de sua época ao propor as sexualidades como algo que iria para além do campo biológico (Instinto), deslocando o seu sentido, a sua função e a sua regulação para o campo social, cultural e histórico (CHAUÍ, 1984, p. 10). Sendo assim, “a sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo”. (CHAUÍ, 1984, p. 15).

Novas conjugalidades sendo construídas, portanto, para responder às exigências de uma sociedade onde os valores e as regras econômicas e sociais estão sempre em mutação, persiste ainda em nossa sociedade a ideia de que o sexo só é bom se permitido numa relação cisheteronormativa, e assim autorizada pela moral religiosa, mantendo a cultura do patriarcado e da dominação masculina como evidenciada por bell hooks:

“Olhando para trás, vejo que nos últimos vinte anos conheci muita gente que se diz comprometida com a liberdade e a justiça para todos; mas seu modo de vida, os valores e os hábitos de ser que essa gente institucionaliza no dia a dia, em rituais públicos e privados, ajudam a manter a cultura da dominação, ajudam a criar um mundo sem liberdade (hooks. 2013 p. 42).

Para Boaventura<sup>19</sup>, a passagem da vitimização à resistência só é possível dentro de uma educação que desnaturaliza e deslegitima mecanismos específicos de opressão

---

<sup>19</sup> Em abril de 2023, Boaventura de Sousa Santos, diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foi afastado de seu cargo após ser acusado de assédio sexual por três ex-alunas da instituição. Posteriormente, duas outras mulheres, a ativista argentina Moira Ivana Millán e a deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL-MG), relataram ter sido vítimas do mesmo comportamento. Em resposta a essas acusações, as denunciadas se uniram para formar o Coletivo de Vítimas, representado pela advogada catarinense Daniela

(SANTOS, 2019). Infelizmente, nos nossos instrumentos educacionais vimos acontecer um retrocesso de 18 anos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em relação aquilo que já havia sido incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados e editados pelo MEC em 1997, nos chamados “Temas Transversais”, onde, por forças conservadoras, o conceito de corporeidade é reduzido a um objeto biológico, finalizando o sonho de um plano político-pedagógico de uma educação inclusiva e libertadora, reiterando o pressuposto quanto ao lugar e ao papel da educação na transformação social de sujeitos ausentes em sujeitos presentes como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação social (SANTOS, 2019), pois, como escreveu Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67).

No entanto, para além do trabalho material, existe o trabalho imaterial relacionado à produção e socialização dos saberes produzido na escola pela prática docente. Existem tipos de trabalho em que o consumo do produto não se separa do ato de produção, denominados como trabalho imediato ou trabalho direto de consumo. Nesse contexto, a atividade de produção e o consumo do que é produzido ocorrem simultaneamente, sem uma distinção clara entre essas etapas. A prática docente é uma produção imaterial porque se relaciona com a produção de conhecimentos, valores, ideias voltadas para a educação humana (SAVIANI, 1996, p. 146). Logo, produção e consumo não se separam. Assim, a prática docente não gera um objeto que se materializa. O educador trabalha ensinando seus alunos que, por sua vez, se apropriam dos conteúdos ministrados, cada um à sua maneira. É esse movimento que possibilita a educação e a produção de saberes que vão “além dos muros da escola” (SAVIANI, 2003, p. 106).

Por isso a atividade docente envolve conteúdo que é o domínio específico da matéria que se leciona, como por exemplo, Português, Matemática, Ciências e outras. Também há certa aplicabilidade desse conteúdo que é a metodologia cujo domínio envolve ferramentas mais adequadas para a efetivação de ensinagens. Há ainda a tecnologia empregada na

---

Felix, que apontou um "padrão de discriminação de gênero" nas alegadas condutas inadequadas de Boaventura. É importante destacar que todas as denunciadas são mulheres. Nesse contexto de assédio sexual, o poder do educador sobre estudantes ou pesquisadoras jovens se baseia na desvalorização profissional das mulheres, que são tratadas como objetos de desejo. Isso resulta na apropriação de seu trabalho intelectual e na expectativa de que elas assegurem a carreira do educador, seja redigindo textos em seu nome, seja dedicando-se sem limites ao seu sucesso. Essa relação abusiva consome a energia e o talento das mulheres em benefício exclusivo do educador, sem que recebam uma remuneração adequada. Embora a produção teórica de Boaventura seja reconhecida internacionalmente e suas teorias sejam amplamente aceitas no campo acadêmico, é importante ressaltar que sua obra não pode ser dissociada de seu autor, especialmente diante das acusações de assédio sexual que surgiram. Sociólogo renomado é acusado de assédio por ex-alunas da Universidade de Coimbra, em Portugal | Mundo | G1 (globo.com) acessado em 25/05/2023

atividade docente, isto é, desde o quadro de giz, o mural didático, o rádio e a televisão, até a internet e o computador. Por fim, existe a cultura que incide sobre o/a aluno/a porque ele traz o conhecimento de seu meio social e das experiências vivenciadas. (SOARES, 2014)

Conteúdo, metodologia e tecnologia inseridos na cultura são atividades docentes que efetivam o processo de *ensinagem* e a socialização dos conhecimentos. São eles que possibilitam aos alunos/as outra fonte de formação que não sejam a família, o senso comum, folclore ou explicação mítica do mundo. Essa socialização é a função social da escola “integrando à cultura acumulada historicamente, a fim de possibilitar o meio de produção de sua própria cultura” (SOARES, 2014, p. 26).

Além da competência técnica, essa prática docente faz escolhas e posturas frente à realidade e em prol de sua transformação ou conservação. (ALMEIDA; SOARES, 2011, p. 35). Escolhas que atuam contra sociedade excludente, desigual e injusta, mas que reforça a sociedade capitalista já que ela é geradora de riquezas e avanços no campo da ciência e da tecnologia. Mas essas escolhas são a superfície do processo formativo porque se tornar educador envolvem três elementos de uma pedagogia transformadora: a formação inicial, a formação continuada e a própria experiência profissional (ALMEIDA; SOARES, 2011, p. 96).

### **1.3 Formação dos Professores**

No que se referem à formação inicial, as bases teórico-metodológicas não têm caráter de terminalidade. Essa forma inacabada da formação docente não se confunde com despreparo ou negligência. Na verdade, é interminável o processo de profissionalização o que permite ao docente se atualizar nas teorias educacionais e nas metodologias envolvidas no bom desenvolvimento de suas aulas, ao mesmo tempo, mantém sua prática ocupando um lugar de pesquisador (PIMENTA, 2002, p. 22).

Assim, a pluriversalidade marca a formação continuada implicando na necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementaridades e as contradições existentes nos diversos saberes. Além disso, articula-se como funcionam os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade, maximizando a eficácia das lutas de resistência contra a opressão (SANTOS, 2019).

Entretanto, a formação inicial e continuada exige a permanência da mudança indo além do ativismo profissional e erudição acadêmica porque a própria transformação e a reinterpretção do mundo são uma tarefa coletiva. Tarefa essa que requer práticas pautadas na

constância da relação com a teoria, logo, uma indissociabilidade entre prática e teoria, pois elas caminham juntas. Logo, esse movimento implica em deslocamentos da zona de conforto (SANTOS, 2019).

A necessidade desse modo de formação docente é tão importante que é uma obrigatoriedade legal. O aperfeiçoamento dos educadores da rede pública de ensino tem seu fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96, em seu artigo 67. O texto diz que os sistemas de ensino valorizem seus profissionais da educação garantindo o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 1996).

Embora a necessidade da formação continuada se dê pelo enriquecimento do processo de *ensinagem* e atividades extensionistas, o próprio conceito de aperfeiçoamento é complexo. Isso acontece porque abrange uma série de fatores que interferem nestas atividades e formações, como por exemplo, a ausência de um único modelo capaz de abraçar toda a amplitude desse campo na área educacional. Assim o aperfeiçoamento dentro de uma formação continuada e atividades extensionistas requerem uma organização que considera objetivos, finalidades, temática de estudo, o tempo destinado para realização, o investimento financeiro e as condições materiais para aquele aperfeiçoamento (ALMEIDA; SOARES, 2011, p. 129).

O próprio espaço real de trabalho dos/as educadores/as é imprescindível, ou seja, suas inserções no contexto escolar. É a escola o ponto de partida e de chegada da formação continuada de todos os profissionais envolvidos no processo de *ensinagem*. É o interior das escolas que a gestão pedagógica tem um papel importante na formação continuada dos educadores e suas atividades extensionistas porque desenvolvem estratégias formativas, sistemáticas e coletivas, que incentivam o estudo e a pesquisa a partir da realidade escolar (ALMEIDA; SOARES, 2011, p. 130).

É nesse lugar que o/a educador/ra tem subsídios dos saberes para seu aperfeiçoamento e prática docente, além de estreitar a relação escola e universidade (ALMEIDA; SOARES, 2011, p. 37). Saberes que se manifestam na ação educativa e que abrange distintos tipos. O primeiro, o saber atitudinal, envolve coerência entre o que se fala e o que se faz. É recomendável o curto distanciamento desses dois elementos para acontecimento de ensinagens. O segundo, o saber didático-curricular, auxilia o/a educador/ra no sentido de melhor organizar os tempos e espaços escolares dinamizando a qualidade da aprendizagem dos alunos/as. Terceiro, o saber pedagógico que envolve o conhecimento das teorias educacionais e das diferentes concepções pedagógicas. Quarto, o saber específico que

é aquele que diz respeito ao domínio da área de conhecimento da disciplina que o/a educador/ra leciona. Por fim, o saber crítico-contextual que permite ao educador/ra relacionar os conhecimentos trabalhados na escola com a realidade social vivenciada pelos/as alunos/as.

Em processos de formação continuada de docentes e suas atividades extensionistas, a contemplação destes saberes são importantes (SAVIANI, 1996). Portanto, para alguém ser educador/ra é necessário articular os saberes das ações educativas, porque cada educador/ra traz em seu repertório uma subjetividade singular que envolve questões emocionais, afetivas, culturais e profissionais. São a partir deste referencial que cada um acolheu novos conhecimentos à sua maneira.

Portanto, a relação entre gêneros, sexualidades, corporeidade e educação revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que permeiam a construção da identidade e a busca pela igualdade. Ao trazer o corpo como objeto central de investigação, a psicanálise e a educação abrem espaço para problematizar as noções de sujeito e objeto, rompendo com dicotomias rígidas e estabelecendo um esquema corporal permeado por tensões e significações. A corporeidade, entendida como uma interação ativa entre corpos e seu mundo-ambiente, desafia as noções normativas e objetificadoras, permitindo a legitimidade e o reconhecimento da diversidade de experiências e identidades. No contexto patriarcal e heteronormativo, as mulheres e outros gêneros historicamente marginalizados têm enfrentado desafios e resistências para romper com as representações fálicas impostas. Movimentos sociais, como o feminismo, têm contestado essas estruturas de poder, questionando as desigualdades construídas e buscando a pluralização dos signos que permitem a inscrição de diferentes identidades em redes sociais mais igualitárias.

No campo da educação, é fundamental superar as práticas inautênticas e autorreferenciadas, valorizando abordagens como a pedagogia da Nova Escola e a interseccionalidade, que reconhecem a importância das experiências vividas, do trabalho como forma de aprendizado e da interconexão entre capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado. Ao adotar uma perspectiva interseccional e afrocêntrica, as práticas docentes podem se tornar espaços de resistência e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e emancipatória.

#### **1.4. Corpos, Diálogos e (Im)possibilidades.**

A apreensão da experiência humana está intrinsecamente vinculada ao corpo, visto que este constitui a primeira manifestação tangível de nossa singularidade. No entanto, na

sociedade, existem mecanismos que tornam essas diferenças anatômicas algo natural e normatizado, seguindo os valores morais vigentes. Esses mecanismos impõem padrões e classificações sobre os corpos, promovendo a reprodução e manutenção de uma visão cisheteronormativa. Isso afeta tanto a forma como os corpos são percebidos, quanto à maneira como os indivíduos lidam com seus próprios corpos. (BUTLER, 2016)

Essa normatização social dos corpos pode levar à invisibilidade e marginalização de identidades que não se encaixam nas expectativas cisheteronormativas. Essa abordagem restritiva pode criar barreiras e limitações para a expressão da identidade de gênero e sexualidade de cada pessoa. As novas estratégias adotadas pelo paradigma de gênero hegemônico supõem que os corpos masculinos desempenham papéis femininos como meio de obscurecer a violência inerente ao Real, derivada da imposição compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2016, p. 52). A padronização e a normatização são abordagens empregadas com o intuito de modelar os indivíduos de acordo com os valores e expectativas da sociedade dominante. Nesse contexto, é imperativo compreender que o poder na contemporaneidade não se restringe à repressão e ao controle direto, mas também à fabricação de subjetividades simuladas que se ajustem a padrões predefinidos. Essa perspectiva mais sub-reptícia e sofisticada torna ainda mais premente à necessidade de questionar, resistir e promover a valorização e o reconhecimento da diversidade, desafiando as imposições normativas e fomentando uma sociedade caracterizada pela inclusão e pluralidade (OLIVEIRA, 2023).

É fundamental que os profissionais da educação, como educadores e educadoras, estejam conscientes dessas questões e sejam sensíveis às diversas experiências e identidades de seus alunos e alunas. Promover uma educação inclusiva e respeitosa com as diferenças é essencial para criar um ambiente seguro e que permita que os estudantes se expressem e se compreendam plenamente, independentemente de suas identidades de gênero e orientação sexual. Dessa forma, podemos ajudar a desconstruir normas limitadoras e promover uma sociedade ética para todos os seres humanos, independentemente de suas características anatômicas ou identidades de gênero.

As sexualidades desempenham um papel crucial na construção da subjetividade, essa essência singular de um indivíduo, incluindo suas memórias e a forma como se relaciona com o corpo e com os outros, podendo afetar a saúde mental (BARROS, 2009, p.26), o corpo também enfrenta opressão e resistência, uma vez que é moldado por uma constante tensão entre o indivíduo, com suas características próprias, e as normas sociais estabelecidas pelo coletivo. O corpo é uma entidade viva, experimentando tanto a alegria quanto o sofrimento, e

muitas vezes se torna alvo da violência que busca controlá-lo e apropriar-se dele, seja de forma direta ou indireta. Através da educação, que muitas vezes é influenciada pela moral social baseada em sistemas de dominação modernos, como o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, o corpo é normatizado e moldado pela cultura (SANTOS<sup>20</sup>, 2019). Essa cultura estabelece dispositivos que funcionam como mecanismos de controle e regulação do corpo, impondo padrões e regras que moldam as identidades e comportamentos individuais.

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2005, p.244).

Na atual conjuntura política educacional no Brasil, a corporeidade é amplamente ignorada e a sexualidade é vista de forma restrita ao campo biológico, sendo reduzida apenas à disciplina de Ciências, sem abordagem interdisciplinar. A falta de regulamentação específica sobre educação sexual nas escolas resulta na ausência de discussões sobre questões de gênero, perpetuando assim relações de poder desiguais. Esse dispositivo enfatiza a reprodução, subalternizando principalmente os corpos femininos, e foca apenas em questões relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, sendo ensinadas somente a partir do oitavo ano.

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, o país começou a participar de eventos internacionais que abordavam políticas para a educação. Esse período foi marcado por movimentos sociais, incluindo movimentos feministas, que lutavam por liberdade e influenciavam também as condutas sexuais da sociedade. No entanto, esses avanços eram atravessados pela moral social, que era pautada por dispositivos religiosos e conservadores.

Em decorrência da nossa história de colonização por Portugal, o Brasil sempre manteve uma intrincada relação entre a Igreja Católica e o Estado, exercendo influência profunda nos aspectos educacionais, jurídicos e culturais do país. Indiscutivelmente, a

---

<sup>20</sup>Como ressaltamos na nota anterior, embora a produção teórica de Boaventura seja reconhecida internacionalmente e suas teorias sejam amplamente aceitas no campo acadêmico, é importante ressaltar que sua obra não pode ser dissociada de seu autor, especialmente diante das acusações de assédio sexual que surgiram. Sociólogo renomado é acusado de assédio por ex-alunas da Universidade de Coimbra, em Portugal | Mundo | G1 (globo.com) acessado em 25/05/2023

presença católica deixou uma impressão permanente na formação da identidade nacional brasileira. No entanto, é crucial reconhecer que essa construção identitária foi, em grande medida, moldada por inúmeros episódios de violência, especialmente contra povos escravizados e indígenas, cujas práticas religiosas foram sistematicamente proibidas e perseguidas (REIS, 2023, p. 07).

As reverberações desse passado histórico permanecem visíveis na sociedade contemporânea. Somente recentemente, há aproximadamente 130 anos, o Brasil oficialmente se declarou um Estado laico, por meio do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, que estabeleceu uma separação definitiva entre o Estado e a Igreja Católica Romana. Essa separação foi posteriormente ratificada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 19. Entretanto, antes desse marco, o país atravessou quase quatro séculos de período colonial, caracterizado por uma estreita relação entre o Catolicismo e o Estado, cujas influências continuam a se manifestar nas práticas governamentais.

Historicamente, os grupos evangélicos protestantes e pentecostais desempenharam um papel fundamental na promoção da liberdade religiosa, frequentemente desafiando a hegemonia da Igreja Católica. Pesquisadores identificaram essa atuação como uma "agenda histórica" desses grupos, que utilizaram a liberdade religiosa como uma ferramenta para combater a supremacia católica. No entanto, paradoxalmente, esses grupos, que antes questionaram o domínio católico, tornaram-se, nos últimos anos, um movimento hegemônico, exercendo uma presença pública cada vez mais influente na política institucional. Eles também influenciam os debates sobre identidade e cultura nacional, especialmente no que se refere às religiões de matriz africana e às questões de identidade.

Religião e política são esferas sociais distintas que interagem entre si. É imperativo considerar os efeitos da política no domínio religioso e, inversamente, os impactos dos símbolos e interesses religiosos no campo político, bem como as ramificações dessa interação na sociedade e as relações de poder que a permeiam. No que concerne à educação, os pesquisadores devem compreender que a vivência religiosa das pessoas transcende o âmbito privado. Ela se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana, indo além das casas e templos, como roupas, música, arquitetura, arte, objetos, práticas corporais, alimentação, aromas e outros elementos (REIS, 2023, págs.17-23).

Nessa perspectiva, o corpo biológico também passa a ser percebido como um corpo politizado e socialmente modelado, conforme apontado por Pierre Bourdieu (1974) como "política incorporada". Isso significa que as normas e valores sociais são internalizados pelo corpo, influenciando as práticas e comportamentos das pessoas onde: “Os princípios

fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais” (BOURDIEU, 2017, p. 156). Essa concepção moral social acabou restringindo a discussão sobre sexualidades, limitando o acesso a informações e debates mais abrangentes nas escolas.

Nesse dispositivo, a educação sexual era um dever da família objetivando-se no casamento monogâmico e na procriação. Consideravam-se imprudentes os progenitores que cediam este papel educativo a educadores considerados “incapazes ou até mesmo nocivos” (MONTARDO, 2008, p. 162). O livro "A vida sexual dos solteiros e casados"<sup>21</sup>, escrito pelo médico e sacerdote João Mohana em 1984, refletia a moral social com fundamentos anatômicos, atribuindo-lhe um caráter científico. O livro se encontrava em sua 23ª edição pela editora Globo, e compunha aquela que era utilizado amplamente como a melhor coleção brasileira de educação para o casamento. No entanto, essa obra se enquadra em uma perspectiva binária, cisheteronormativa, patriarcal e biologicista, deixando entendido que a educação sexual se destinava apenas aos homens candidatos ao casamento e maiores de 17 anos.

O livro apresenta vantagens da castidade como método contraceptivo e profilático, reforçando estereótipos de gênero e ressaltando o papel do marido em satisfazer a esposa na noite de núpcias e na concepção dos filhos. Além disso, o autor defende a sexualidade como um lugar essencial, isto é, não construído subjetivamente. (MOHANA, 1984, p. 3-4). Essa obra exemplifica como, durante esse período, a abordagem da educação sexual era permeada por visões conservadoras e limitada, reforçando normas sociais e restringindo o diálogo sobre diversidade sexual, gênero e práticas não heteronormativas. Como ele mesmo diz:

“Coincidimos com Freud quando dizemos que a escola, a família, a religião e a sociedade são ocasiões remotas de neuroses, porque elas podem condicionar a imaturidade do indivíduo. Mas distinguimos bem: só a família inapta, só a escola inapta, só a religião inapta, só a sociedade inapta. Porque a escola competente, a família competente, a religião competente, a sociedade competente são pilas vigorosas para qualquer rapaz, adubos vitais na existência de todo menino, sol e água, benção e vida que os transformarão em homens” (MOHANA, 1984, p. 95).

---

<sup>21</sup> O livro foi bem recebido pelo público brasileiro, sendo considerado um guia para homens que desejavam ter uma vida sexual satisfatória e saudável, valorizando não apenas a procriação, mas também o prazer compartilhado com suas parceiras. Atualmente, está em sua 6ª edição, sendo comercializado pela editora Loyola. Além disso, o livro é apresentado na série Bookstage da Canção Nova, pelo missionário da Comunidade Canção Nova, Rafael Vitto, que o destaca como uma leitura de grande importância do ponto de vista científico. Mais informações Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/afetividade-e-sexualidade/bookstage-vida-sexual-dos-solteiros-e-casados/>, acessado em 07 de setembro de 2022.

Entretanto, mesmo diante de um contexto de arraigado conservadorismo religioso, foram produzidos no Brasil documentos que empreenderam esforços para abordar a questão das sexualidades e da educação sexual no âmbito escolar, transcendendo a perspectiva normativa do corpo. Dentre tais documentos, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os Planos Nacionais de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estes documentos, dentre outros objetivos, visavam flexibilizar o currículo, de modo a fomentar debates e reflexões que permitissem uma ação pedagógica capaz de lidar com as complexas questões envolvendo as sexualidades no ambiente escolar. No capítulo subsequente, procederemos à análise do contexto político da produção desses documentos, uma vez que sua emergência no cenário político não se deu sem controvérsias que sinalizam tanto avanços quanto retrocessos.

## **CAPÍTULO II**

### **EMBATES POLÍTICOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: Uma Abordagem Interseccional**

“Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos” (RIBEIRO, 1995, p. 120).

A intersecção entre o campo da educação e as complexas questões relacionadas às sexualidades tem sido palco de intensos debates políticos no contexto contemporâneo brasileiro. A relação entre educação e sexualidades é intrincada e profundamente significativa,

pois a educação desempenha um papel crucial na formação das concepções individuais e sociais acerca das sexualidades, enquanto, reciprocamente, as questões ligadas às sexualidades exercem um impacto considerável na educação, influenciando a formulação de políticas, a estruturação de currículos e a condução das práticas pedagógicas.

No cenário brasileiro, esses debates políticos ganharam uma notoriedade singular, caracterizando-se por sua complexidade multifacetada. Ao longo dos últimos anos, o surgimento e fortalecimento de movimentos conservadores e a influência de grupos religiosos fundamentalistas desempenharam um papel determinante na definição da agenda educacional e nas discussões acerca das sexualidades e gêneros nas instituições de ensino. A polarização resultante, que se desenha entre perspectivas progressistas e conservadoras, tem impactado não apenas a implementação de políticas públicas, mas também a vivência cotidiana de estudantes e educadores.

Este capítulo se propõe a realizar uma análise crítica abrangente desse contexto, explorando as origens, motivações e implicações dos debates políticos no campo da educação, gêneros e sexualidades no Brasil. Para tanto, serão examinadas a evolução histórica dessas questões, as estratégias adotadas pelos diversos atores envolvidos, bem como os desafios e oportunidades que emergiram ao longo desse processo. Além disso, serão destacadas as questões centrais que permeiam essa discussão, juntamente com as perspectivas teóricas que podem lançar luz sobre esse cenário complexo.

Por meio dessa análise, almeja-se contribuir para uma compreensão mais refinada das dinâmicas políticas que moldaram a relação entre educação e sexualidades no Brasil nas últimas décadas. Dessa forma, busca-se fornecer um panorama que permita uma reflexão crítica sobre as implicações políticas e sociais dessa complexa intersecção no âmbito da formação docente e das práticas educacionais.

### **2.1. Fernando Henrique Cardoso e a Reconfiguração da Educação Brasileira Após a Democratização: Avanços Político-Educacionais.**

A presidência de Fernando Henrique Cardoso, que abrangeu os anos de 1995 a 2002, foi um período de relevância no contexto político-educacional do Brasil. Durante seu governo, foram promovidas reformas substanciais na área da educação, com destaque para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Essa legislação introduziu mudanças significativas no sistema educacional do país, notadamente no

que diz respeito à descentralização do ensino e à maior autonomia conferida aos estados e municípios. O impacto dessas medidas repercutiu de forma substancial na configuração do sistema educacional brasileiro, influenciando as políticas e os debates subsequentes na área da educação.

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram estabelecidos no Brasil como uma referência para a definição da base comum nacional no ensino fundamental, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os PCNs dividiram o ensino fundamental em quatro ciclos, organizados em dois anos letivos, nos quais os/as alunos/as deveriam adquirir conhecimentos em disciplinas consideradas fundamentais para dominar o conhecimento acumulado pela sociedade.

No entanto, o documento dos PCNs também reconheceu a existência de questões urgentes que precisavam ser abordadas no currículo, e essas questões foram incorporadas como Temas Transversais no ambiente escolar<sup>22</sup>. Isso significa que além das disciplinas tradicionais, os temas transversais abordaram questões de relevância social, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, entre outros (MACEDO, 1998).

Assim, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados (PCNs) as sexualidades passaram a ser um tema oficialmente introduzido nas propostas curriculares das escolas brasileiras. Proposta de conhecimento e valorização dos direitos sexuais, reprodutivos, prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada. No entanto, a própria forma como foram estruturados os PCNs contribuiu para a desarticulação do currículo, contrariando o próprio discurso de valorização dos temas transversais, pois, “os critérios que transformam determinados campos do saber socialmente estabelecidos em disciplinas escolares não são científicos nem naturais. São critérios históricos que se estabelecem a partir de uma seleção interessada, de um juízo de valor” (MACEDO, 1998, p. 2).

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tenham estabelecido que a escola fosse o local adequado para discutir questões relacionadas às sexualidades, as abordagens adotadas em relação à educação sexual refletiam a visão moral conservadora, que sustentava a ideologia da reprodução biológica e considerava apenas a família tradicional composta por pessoas cisgêneras heterossexuais. Além disso, havia uma ênfase na maternidade como uma forma de resistência conservadora contra os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista.

---

<sup>22</sup> O conjunto de temas transversais inclui ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual.

A influência da cosmovisão<sup>23</sup> cristã, tanto católica quanto evangélica, que é fundamentada em uma agenda moral conservadora, tem sido constante na formulação de políticas educacionais no Brasil. Essa perspectiva impõe abordagens específicas em relação à educação sexual, que incluem:

“explicita essas múltiplas formas de organização de enunciados constitutivos de seu objeto pedagógico num processo que não é homogêneo. Ao contrário, ele é marcado por rupturas, por divergências, por discordâncias teóricas e políticas, assim como é possível verificar, entre certas abordagens, interfaces de articulações e convergências” (FURLANI, 2011).

A introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituiu um marco relevante que sinalizou o início dos debates em torno da educação sexual nas escolas brasileiras. No entanto, o contexto político e social da época se caracterizava por um profundo conservadorismo religioso e pela imposição de normas pautadas no binarismo, fatores que obstaculizaram o avanço dessas discussões, apesar de sua premente necessidade. Embora tenha havido um reconhecimento da importância de abordar as questões relacionadas à sexualidade de maneira educativa, os preconceitos profundamente arraigados na moral social acabaram por restringir a abrangência e a diversidade de perspectivas que poderiam ser contempladas.

Em 2001, emergiu um documento de extrema relevância que se tornou um ponto central de debate: o Plano Nacional de Educação (PNE), também conhecido como Lei 10.172/2001. Esse plano estabeleceu metas, estratégias e diretrizes para a política educacional do país, trazendo consigo a expectativa de impulsionar avanços substanciais na área da educação, incluindo a educação sexual. Embora sua vigência tenha perdurado até 2010, suas diretrizes e propostas exerceram um impacto profundo na formulação e execução de políticas educacionais.

Nesse cenário, a interconexão das diversas disciplinas que abordaram a produção, circulação e assimilação do conhecimento, baseadas em orientações específicas, culminou na abordagem dos chamados "Temas Transversais". Conforme delineados nos PCNs, esses temas se caracterizaram por vários elementos em dois grupos. O primeiro envolveu a urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e favorecimento na compreensão da

---

<sup>23</sup> Uma cosmovisão é a maneira como vemos o mundo, incluindo nossas crenças, valores e pressupostos sobre a realidade e o significado da vida. É uma estrutura mental que molda nossa percepção e interpretação do mundo. Segundo o filósofo e teólogo James Sire, é um compromisso profundo que pode ser expresso como uma história ou como um conjunto de suposições sobre a natureza fundamental da realidade. É a base que orienta nossa vida e influencia nossas perspectivas e ações, sendo que diferentes culturas, religiões e filosofias de vida podem ter cosmovisões distintas (SIRE, 2018).

realidade social específica. O segundo se articulava com o primeiro em forma de ética, diversidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. (BRASIL, 1998).

Entretanto, os conflitos políticos que permearam esse período não se restringiram à produção desses dois documentos estruturantes no final dos anos 1990, mas desencadearam antagonismos que tiveram origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e que se desdobraram ao longo dos anos 2000.

## **2.2 Luiz Inácio Lula da Silva e a Política Educacional Brasileira: Avanços nas Pautas de Inclusão dos Vulneráveis.**

O governo de Luís Inácio Lula da Silva se estendeu de 2003 a 2010, neste período o Brasil experimentou avanços significativos na área educacional. O governo enfatizou a importância da educação como um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, buscando promover a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação.

Uma das principais conquistas foi a expansão do acesso ao Ensino Superior através do Programa Universidade para Todos (ProUni). Lançado em 2004, o ProUni ofereceu bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. Isso permitiu que milhares de estudantes que antes não tinham condições financeiras pudessem ingressar no ensino superior e obter uma formação acadêmica. Implementou o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas por meio da aprovação da Lei de Cotas em 2004. Essa medida visava corrigir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior e promover uma maior diversidade nas instituições de ensino.

Outro avanço relevante foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Essas instituições foram estabelecidas com o propósito de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho e incentivando o desenvolvimento tecnológico do país. A abertura de diversos IFs em diferentes regiões do Brasil ampliou a oferta de cursos técnicos e superiores em diversas áreas do conhecimento.

O governo Lula trouxe a valorização dos educadores para o campo das políticas públicas, promovendo políticas de formação continuada e valorização salarial. Essas iniciativas buscaram atrair e reter profissionais qualificados na área da educação, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no país. Adicionalmente, embora não estritamente educacional, o programa Bolsa Família teve um impacto positivo na área ao beneficiar

famílias de baixa renda e contribuir para a redução da evasão escolar. A continuidade do auxílio estava condicionada ao cumprimento de requisitos educacionais por parte das crianças e adolescentes beneficiários.

De 2003 a 2010 houve avanços notáveis na área educacional. Essas ações foram fundamentais para fortalecer o sistema educacional brasileiro e aumentar as oportunidades de desenvolvimento para a população mais vulnerável. Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política educacional foi revigorada, saindo de um estado de estagnação e passando por uma significativa mudança de paradigma.

Nesse contexto, a pesquisadora Furlani (2011) identificou oito abordagens contemporâneas que atravessavam as práticas educacionais relacionadas à educação sexual. Essas abordagens representam diferentes perspectivas e enfoques que podem ser adotados no campo da educação sexual, trazendo consigo implicações teóricas e práticas para o processo de *ensinagem*.

As quatro primeiras abordagens, biológico-higienista, moral-tradicionista, terapêutica religioso-radical se aproximam dentro de um entendimento de que o objeto da educação sexual é a Biologia. Ele discutirá a educação sexual dentro de um modelo anatômico e marcadamente pautado no binarismo e na cisheteronormatividade, envolvendo temas como o aparelho reprodutor masculino e feminino, puberdade, menstruação, doenças sexualmente transmissíveis, HIV e AIDS, gravidez na adolescência, virgindade, iniciação sexual (FURLANI, 2011).

Ainda assim, o tema das sexualidades na escola estará tensionado em debates em que fica evidente a atuação do conservadorismo religioso em pautas morais nas políticas educacionais do país, onde:

[...] as políticas contra o sexismo, a violência de gênero e a homofobia são denunciadas como censura de quem, baseado em convicções supostamente religiosas, predica que a homossexualidade é contrária à natureza e à ordem familiar. (CARVALHO, 2017, p. 33).

Com o avanço das pautas de inclusão e tendo um governo favorável às representações de minorias política, em 2006 surgiu o Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006, conhecido como a lei antihomofobia. Críticos políticos e líderes religiosos alegaram que tal legislação violava a liberdade religiosa, visto que poderia criminalizar a manifestação pública de crenças e valores religiosos, particularmente de cunho cristão. O debate em torno desse projeto foi acalorado, resultando em inúmeros desdobramentos, incluindo a formação de

alianças entre os defensores e opositores da proposta. Também se tentou promover a ideia de que o Brasil estava experimentando um "preconceito reverso," alegando que a legislação refletiria uma intolerância de representações de minorias política em relação à hegemonia cristã, caracterizando uma suposta "crisofobia" (REIS, 2023, pág. 32).

Em 2009 aconteceram as Conferências Municipais e Estaduais e, no ano seguinte, a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) com o objetivo de ser elaborado o novo PNE, previsto para 2011 – 2020. Quanto a gêneros e diversidade sexual, o Documento Final da CONAE 2010 elenca 25 proposições específicas, referente ao nosso tema, transcrevo o seguinte:

g) Inserir os estudos de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e educação sexual, como disciplina obrigatória, no currículo da formação inicial e continuada, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas licenciaturas e bacharelado, na pós-graduação, no ensino fundamental e médio, em todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, articulando-os à promoção dos direitos humanos – meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. (CONAE, 2014, p. 143-146)

No entanto, a partir dos anos de 2010, se estabeleceu uma disputa política de representações via documentos estruturantes no que compete ao campo da educação básica brasileira fundamentada na LDBEN 9391/1996. Se por um lado, havia aspectos orientadores para além do conteudismo liderados pelas PCNs, destaque para sexualidades; por outro, havia a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oriundas das diretrizes curriculares nacionais. Esta última impunha as normas que regulavam a educação básica brasileira fixando-a em uma “base comum” (BRASIL, 1998).

No contexto desses antagonismos, muitos movimentos sociais e políticos ganharam força e que se aproveitavam da normatividade da BNCC, como é o caso do movimento “Escola sem Partido” criado através de uma rede de ensino. Em 2010, seu programa se consolidou com Miguel Nagib e o deputado estadual Flávio Bolsonaro. O movimento defendia uma “agenda” cujo projeto de escola tinha por base que o educador não era educador, que as sexualidades e as questões de gêneros não eram de competência da escola (KATZ, 2018). Assim, o trabalho de circulação de saberes das sexualidades humana dentro dos itinerários “Temas Transversais” transtornaram posturas profissionais dos educadores ao lidar com esse tema; logo, criaram demandas de uma prática docente normativa comum (MENEZES, 2001).

Para agravamento desta situação, os órgãos da área da saúde atravessaram as discussões entendendo que o assunto era de suas competências, embora a escola seja o local

privilegiado para as ações do Estado. Ainda que houvesse avanços em suas elaborações, na direção da promoção de informações e reflexões acerca do tema das sexualidades, fissuras e brechas estiveram no mote dos trabalhos na escola sobre os saberes das sexualidades humana. Elas deixaram espaços para rejeições e práticas de repressões pelas forças políticas que emergiram a partir de 2010 frente à diversidade sexual no âmbito escolar (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015, pp. 620-632). Nestes referenciais, o entendimento de que a prática docente passava apenas pela imposição de normas, receios e prevenção de perigos à saúde era muito aquém dos direitos ao exercício das sexualidades de crianças e adolescentes. Desse modo, a dimensão sexual era desatualizada e unilateral.

Os debates e as formações das práticas docentes desempenharam um papel fundamental na ampliação dos repertórios de crianças e adolescentes para vivenciarem suas sexualidades de forma mais aberta e inclusiva. Essas abordagens possibilitaram a criação de espaços que permitiam o surgimento de novas potencialidades, conforme referências sociais e culturais. A meta, a partir de 2011, era ampliar o esforço iniciado em 2003, no início do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### **2.3 Dilma Rousseff: Embates, Debates, Conflitos Políticos e a Extrema Direita Conservadora na Abordagem da Sexualidade e Educação.**

As transformações no contexto da educação básica, especialmente a partir dos anos de 2010, apresentaram desafios complexos. Veio as eleições para presidente em 2010, em 1 de janeiro de 2011, após ter derrotado o candidato do PSDB, José Serra, nas eleições de 2010; Dilma Rousseff se torna a primeira mulher eleita Presidenta na História do Brasil.

Neste mesmo ano aconteceu a Conferência Nacional de Educação (CONAD), onde estudiosos e pesquisadores discutiram sobre a educação básica brasileira e concluíram que havia necessidade de um consenso normativo e comum para o currículo da educação pública brasileira. Eles chamaram esse novo currículo de “Base” fundamentado no § 1º do Artigo 1º da LDBEN 9391/1996 (BRASIL, 1996). No entendimento deles, a “Base” no âmbito nacional se orientava pelos princípios éticos, políticos e estéticos visando à formação humana integral e à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Assim, eles construíram e consolidaram as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) que se desdobrou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2013).

Durante o período de 2013 e 2014, na gestão do Governo Dilma Rousseff ocorreu a segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014), que incluiu

conferências municipais, intermunicipais e estaduais em 2013, seguidas pela conferência nacional em 2014. O tema das sexualidades foi abordado no Eixo II, intitulado "Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos", com o objetivo de promover uma educação pública democrática, popular, laica e de qualidade social, combatendo o proselitismo, o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia em todas as instituições educacionais de todos os níveis e modalidades. Os Documentos Finais da CONAE 2010 e da CONAE 2014 abordaram de forma explícita e afirmativa as questões relacionadas à diversidade, gênero e sexualidade. No CONAE 2014, esses temas não se limitaram apenas ao Eixo II, mas permearam todo o documento.

No entanto, no período entre 2011 e meados de 2014, a educação brasileira ficou sem um Plano Nacional de Educação (PNE), devido ao acirramento do debate político/educacional, que só foi aprovado em 25 de junho de 2014, sancionada como Lei 13.005/14. Neste ano a Presidenta Dilma Rousseff é reeleita, garantido o direito a um segundo mandato presidencial em 1 de janeiro de 2015, mas não sem uma primeira derrota, cedida ao campo do conservadorismo religioso em busca de apoio político nas reeleições. O atual PNE 2014-2024 excluiu explicitamente as questões de gênero, orientação sexual e diversidade sexual, com os parlamentares considerando esses termos inadequados para o ambiente escolar.

Os debates sobre diversidade sexual, gêneros e orientação sexual não foram incorporados à maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, que foram discutidos no primeiro semestre de 2015. Isso ocorreu mesmo com a conferência nacional da CONAE 2014 ainda não realizada e o Documento Final da CONAE 2014 ainda não aprovado, embora as conferências municipais e estaduais da CONAE já tivessem ocorrido em 2013. Esse cenário se deu devido a certa radicalização da agenda moral conservadora na educação brasileira.

Na época, o então Ministro da Educação, Janine Ribeiro, admitiu a interferência da Câmara dos Deputados, que tinha à frente o deputado Eduardo Cunha<sup>24</sup>, na exclusão explícita

---

<sup>24</sup> O deputado Eduardo Cunha (PMDB) desempenhou um papel proeminente na Frente Parlamentar Evangélica, uma coalizão de parlamentares no Congresso Nacional que defendia pautas e interesses relacionados à comunidade evangélica no Brasil. Cunha, que também foi presidente da Câmara dos Deputados, usou sua influência para promover agendas conservadoras e religiosas, como a oposição a questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto. A Frente Parlamentar Evangélica sob sua liderança desempenhou um papel significativo na moldagem da política brasileira, especialmente em questões relacionadas à moralidade e aos valores religiosos. No entanto, em 2016, foi afastado de seu cargo e posteriormente cassado devido a seu envolvimento em escândalos de corrupção, sendo condenado e preso por crimes relacionados à Operação Lava Jato. [Eduardo Cunha é condenado a 15 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Lava Jato no Paraná | Paraná | G1 \(globo.com\)](#) Acessado em 09 de Setembro de 2022.

das questões de gêneros e orientação sexual no texto do novo PNE. No entanto, ele reivindicou a inclusão dessas questões nas propostas curriculares das escolas, afirmando a importância de abordar e discutir esses temas no ambiente educacional. Ele disse: “É uma pena que a discussão tenha se desviado desse aspecto de liberdade das pessoas, que faz parte da educação. Educação é liberdade, é acolhimento, é democracia”.<sup>25</sup>

Assim, a escola se tornou o palco principal nas últimas décadas, de discursos e embates políticos e ideológicos, sustentado por vozes conservadoras em uma união oportunista de ideologias ultraliberais, fundamentalismos religiosos e do anticomunismo. O patrono da educação – Paulo Freire se tornou o inimigo e a escola foi acusada de desenvolver uma suposta doutrinação marxista, de promover a “ideologia de gênero” e de distribuir “kit gay” e “mamadeiras de piroca”. O pânico moral foi instalado através da controvérsia em torno do Programa Escola Sem Homofobia lançado pelo governo federal em 2004 com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+.

Durante uma audiência pública realizada no Congresso Nacional em 23 de novembro de 2010, os setores conservadores da sociedade e do próprio Congresso iniciaram uma campanha contra um projeto em discussão. Eles divulgaram e amplificaram versões distorcidas do projeto por meio de diversos canais, como debates parlamentares, programas de televisão, imprensa e redes sociais online. Essas versões distorcidas buscavam prejudicar a imagem e o avanço do projeto.

Um dos primeiros a criar alarde em torno do tema foi o então deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ). É importante ressaltar que sua principal agenda política na época não era a questão religiosa, mas sim a representação da corporação militar e o lobby contra o desarmamento. Durante seu discurso na tribuna da Câmara, ele utilizou um livro falso para justificar sua oposição a uma determinada cartilha, fazendo alertas infundados sobre o que chamou de "estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade". No “Programa do Ratinho”, em dezembro de 2010, afirmou: “É uma porta aberta para a pedofilia, a exibição desse vídeo nas escolas”, associando assim homossexualidade com pedofilia, classificando o combate à homofobia como uma forma de aliciamento de crianças.<sup>26</sup>

Bolsonaro viu na polêmica uma oportunidade para se posicionar como porta-voz do que ele chamou de "Kit Gay". Ele se uniu a outros políticos, como João Campos (então PSDB/GO, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica), Anthony Garotinho (PR/RJ, Vice-

---

<sup>25</sup> Ver: Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-07/janine-critica-retirada-da-questao-de-genero-de-planos-de-educacao> Acessado em 09 de Setembro de 2022.

<sup>26</sup> Ver disponível em: <https://adiadorim.org/opiniao/2021/05/10-anos-do-kit-gay-fake-news-que-virou-simbolo-contr-a-populacao-lgbti-brasileira/> Acessado em 09 de setembro de 2022.

presidente da mesma Frente), o Senador Magno Malta (PR/ES, Presidente da Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família Brasileira), Marcos Feliciano (PSC/SP, da bancada evangélica, no início de sua carreira parlamentar) e Eros Biondini (PTB/MG, da bancada católica), entre outros.

Essas frentes parlamentares uniram forças para demandar conjuntamente a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o Programa Escola Sem Homofobia pelo Ministério da Educação (MEC). Aproveitando o momento de desgaste do governo Dilma Rousseff, eles conseguiram pressionar a presidente e o então ministro da educação, Fernando Haddad, a se comprometerem com essa demanda<sup>27</sup>.

É importante salientar que em seu governo, a Presidenta Dilma Rousseff reconstruiu a gestão da educação brasileira, corrigiu a política da indiferença e estabeleceu novas prioridades: uma política integrada de ensino, da creche à universidade; universalização da educação básica de qualidade; democratização do acesso ao ensino; garantia de permanência dos alunos na escola; superação da exclusão por classe social, etnia ou gênero; fortalecimento da relação do ensino com o trabalho; e, por último, mas o mais importante, valorização dos profissionais da educação. No entanto, houve a necessidade de enfrentar mudanças culturais recentes e o surgimento de novos significados relacionados à dimensão sexual, que se manifestaram em todo o mundo. Essas transformações foram historicamente efetivadas e integraram uma nova constelação de direitos humanos, com ênfase na dimensão sexual, que estava em constante processo de legitimação.

Essa nova perspectiva em relação aos direitos humanos, incluindo a dimensão sexual, gerou debates intensos e embates políticas no campo da educação básica. A sociedade passou por uma série de questionamentos e reflexões, impulsionando uma mudança cultural que demandava uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às questões de sexualidades nas escolas.

Nesse contexto, o papel dos educadores e educadoras tornou-se ainda mais relevante, uma vez que eles tiveram que se adaptar a essas mudanças e enfrentar desafios para promover uma educação mais aberta, sensível e consciente em relação às sexualidades das crianças e adolescentes. Essa abordagem não apenas possibilitou uma compreensão mais ampla da diversidade sexual, mas também contribuiu para a construção de uma cultura de respeito, igualdade e direitos humanos dentro do ambiente escolar.

---

<sup>27</sup> Apesar do parecer favorável da UNESCO e da aprovação da Unids para a distribuição de kits informativos de combate à homofobia nas escolas da rede pública, o governo federal cedeu à pressão e suspendeu o projeto.

As políticas disseminadas pelo Estado brasileiro que colocaram saberes das sexualidades na escola levantaram polêmicas e contradições, apesar da responsabilidade do manejo da temática em sala de aula a cargo da prática docente na figura do educador (ROSSILATO 2003). Os educadores enfrentaram, então, grandes dificuldades no sistema educacional brasileiro quando se depararam com o surgimento de novas contradições, programas, polêmicas e desgastes que acarretaram cansaços sociais. As novas exigências requeriam tempo para uma adaptação e acentuaram as pressões institucionais, políticas e pedagógicas (CURI, 2007). Os problemas do cotidiano escolar no que concerne ao campo dos saberes das sexualidades humana agravadas pelo acirramento político dos últimos anos assolaram e devastaram a prática docente na comunidade escolar. Entretanto, uma figura também se destacou por conta da radicalidade resolutiva de sua relação com a Educação e Sexualidades no âmbito da prática docente: o psicanalista.

Em 31 de agosto de 2016, A presidente eleita democraticamente sofre impeachment e assume o governo o seu vice, Michel Temer (PMDB), que ao enfraquecer a democracia, preparou os caminhos para o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, dando inicio assim ao retrocesso em todas as políticas educacionais de nosso país.

#### **2.4 Jair Messias Bolsonaro, Transição Política e a (não tão) Nova Proposta para a Educação: Uma Perspectiva Psicanalítica sobre o Conservadorismo.**

Com o processo de transição governamental estabelecido por conta do processo de Impeachment da Presidenta Dilma, há uma perda de capital político, que na Educação se manifesta traves da campanha contra o Programa Escola Sem Homofobia, posteriormente denominado de "Kit Gay". Este foi impulsionada por políticos conservadores que estavam alinhados a agendas religiosas e defendiam uma visão tradicional da família. Eles utilizaram esse pânico moral como forma de fortalecer sua influência política e mobilizar seus eleitores em torno de pautas conservadoras relacionadas à sexualidades e à diversidade de gêneros.

É importante ressaltar que esse pânico moral teve um impacto significativo na discussão sobre políticas educacionais relacionadas à diversidade sexual. Ela demonstrou a existência de forças políticas contrárias a abordagens mais inclusivas e igualitárias na educação, destacando a necessidade de um debate mais amplo e informado sobre essas questões na sociedade brasileira.

Estes eventos marcaram um momento de acirramento dos embates em torno de valores morais, em especial, à diversidade sexual e oportunizou a construção de capital

político de Jair Bolsonaro. A denúncia proporcionou a ele diversas participações em programas de TV como o Ratinho, “Superpop” e “CQC”, anexando a si mesmo o título de “defensor da família”, ganhando projeção nacional falando no “Kit Gay” e nas “Mamadeiras de Piroca” e instalando o pânico moral.

Em 2014, foi aprovada a Lei 13.005, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de diretrizes e metas para a política educacional brasileira até o ano de 2024. Durante o processo de aprovação dessa lei, houve um extenso debate na Câmara dos Deputados, e o texto original do projeto de lei passou por modificações estratégicas. Infelizmente, essas alterações resultaram na supressão dos termos "igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual".

Essa mudança no texto do PNE teve repercussões significativas e desencadeou uma série de movimentos de reforma educacional nas legislaturas dos estados e municípios. Infelizmente, ao remover os termos mencionados, a discussão sobre educação sexual foi permeada por uma abordagem biologicista, que reflete uma perspectiva conservadora.

Essa abordagem biologicista tendeu a restringir o debate sobre sexualidades a uma visão estritamente biológica, ignorando as questões de gênero, diversidade sexual e a importância da igualdade e inclusão nas práticas educacionais. Isso reflete uma postura conservadora que desconsidera a complexidade das identidades sexuais e de gênero, “as políticas contra o sexismo, a violência de gênero e a homofobia são denunciadas como censura de quem, baseado em convicções supostamente religiosas, predica que a homossexualidade é contrária à natureza e à ordem familiar”. (CARVALHO, 2017, p. 33).

A repressão sexual passava a ser necessária para viabilizar o exercício do poder, conforme as condições da nascente ordem social burguesa. Sendo assim, graças a inúmeros instrumentos sociais, dentre os quais a educação, as sexualidades passaram a ser um tabu internalizado pela consciência individual (CHAUÍ, 1984, p. 09).

Quando a educação perde sua práxis ética, ela se torna um instrumento de alienação, de repressão das sexualidades e de dominação masculina, construindo e sustentando a diferença anatômica pelo princípio da visão social, que ignora a pluralidade dos corpos (BOURDIEU, 2017 p.25). “Educação é algo que a gente faz” o que implica em um processo mútuo dentro do laço social, identificado pelos verbos “educar, ensinar, instruir, formar” (BECK, 1996, p. 57-58), provocando subjetividades e mudanças em um saber com o corpo e os sentidos.

Portanto, as abordagens presentes no Plano Nacional de Educação consistiram em avanços a partir de 2001 e retrocessos a partir de 2013 e 2014. Assim o tema da corporeidade

e sexualidades é atravessadora das abordagens que vai sendo trabalhado dentro das diretrizes de Educação, PCN e bases curriculares. Os debates sobre educação sexual nas escolas no Brasil foram marcados por desafios e influências conservadoras. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tenham iniciado as discussões, o conservadorismo religioso e a imposição da cisheteronormatividade impediram o avanço desses debates. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 se tornou uma pauta importante, mas o contexto político levou à exclusão de questões de gêneros e orientação sexual. A Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2014 abordou explicitamente a diversidade e as sexualidades, mas os debates não se refletiram nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. A polêmica em torno do "Kit Gay" envolveu políticos conservadores, influenciando a exclusão de abordagens mais inclusivas no PNE. Essas mudanças restringiram o debate à visão biologicista, limitando a promoção de uma educação sexual abrangente e inclusiva.

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018 foi caracterizada por uma campanha política intensamente polarizada. Durante o processo eleitoral, surgiram acusações de disseminação de notícias falsas e um clima político altamente conflituoso. Bolsonaro, notório por suas visões conservadoras, criticou políticas e ideologias associadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), que havia ocupado a presidência anteriormente. Isso incluiu debates em relação a questões de sexualidade, como as relacionadas a gênero e aos direitos LGBTQIA+.

Por meio de uma estratégia que explorou o pânico moral, Bolsonaro conseguiu obter 11,6 milhões de votos adicionais em relação a Haddad entre os eleitores evangélicos, um número que superou a diferença total de votos entre os dois candidatos no resultado final. Bolsonaro também obteve vitória, por exemplo, entre os espíritas, um grupo em grande parte conservador e de maior renda. Portanto, é inegável que o apoio do eleitorado evangélico desempenhou um papel fundamental na eleição de Jair Bolsonaro (ALVES, 2018), que, após assumir a presidência, adotou uma postura conservadora em relação a questões de gêneros e sexualidades no campo educacional, o que teve impactos nas discussões sobre os direitos e inclusão da comunidade LGBTQIA+ e em temas relacionados à sexualidades no Brasil.

Cabe lembrar a fala: “é uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa.” Estas foram as palavras de Damares Alves, advogada e pastora evangélica, em um vídeo que circulou nas redes sociais, depois de empossada ao cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, no dia 02 de janeiro de 2019. Naquela ocasião, havia a

cerimônia de posse dos ministros do governo Bolsonaro. Em seu discurso na solenidade a ministra afirmou: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”<sup>28</sup>.

O discurso de Damares Alves fez ecos sobre as sexualidades hegemônicas que retornaram e negou outras formas de sexualidades para os gêneros. Nesse sentido, conceitos como “menino veste azul e menina veste rosa” são propagados como algo essencial, embora houvesse representatividade política junto à população. Afinal, ela foi escolhida democraticamente junto às alianças das forças conservadoras que ganharam prestígios junto à população brasileira. Tudo isso estaria justificado e legitimado se não fosse analisado dentro de uma perspectiva histórica, cujos retrocessos educacionais se fizeram patentes e esmagamentos das diversas subjetividades de gêneros que constituem a população brasileira. Assim, retomo a seguir esse processo de construção paradoxal com atravessamento de forças políticas obscurantistas e devastadoras colocando como marcador a multiplicidade das sexualidades e o campo da Educação.

A própria história da existência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos é complexa e reflete uma agenda baseada na convergência de diferentes setores moralizantes, em especial, os agentes religiosos. O ministério foi instituído em 17 de abril de 1997 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que já passou por diversas nomeações como Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Em 2015, essa pasta foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres numa reforma realizada pela presidenta Dilma Rousseff, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Entretanto, o ministério foi extinto após impeachment instituído em 2016. No ano seguinte, na posse de Michel Temer como presidente interino foi recriada a mesma pasta com o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Com o governo Bolsonaro, em 2019, renomeou-se a pasta para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Damares Alves atuou como ministra de 2019 a 2022, quando deixou o ministério para concorrer ao senado. Ela foi classificada como a segunda ministra mais bem avaliada do governo Bolsonaro<sup>29</sup>. A pesquisa também revelou que ela recebeu mais apoio dos segmentos mais pobres da população em comparação com os mais ricos. Isso indica que, no Brasil,

---

<sup>28</sup> A fala está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acessado no dia 08/08/2022.

<sup>29</sup> Essa avaliação está disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/12/09/201905025f88dc7911d74b36b6fe0238d8c486a2amb2019.pdf> Acessado no dia 08/08/2022.

política e religião arregimentados pelo fundamentalismo estão vinculados não apenas pelo aspecto histórico, mas pelo político. Essas questões são abordadas dentro de uma agenda conservadora que prioriza a moral sexual (FACCHINI, 2017 p. 5).

As práticas discursivas circulantes no governo Bolsonaro na interface entre educação, sexualidades e gêneros, se entrelaçaram numa perspectiva ideológico-religiosa de um “Estado Terrivelmente Cristão”. Seus pilares assentavam-se nas políticas educacionais do governo num modelo teocrático que privilegiou um determinado grupo visando “cidadania religiosa” que confrontava a noção de pluralidade, em especial, a diversidade sexual, ou seja;

“Um processo de reconfiguração da cidadania determinada pelo religioso, tendo como eixo articulador a defesa de uma ordem moral universal na mobilização e na proteção das crenças religiosas em oposição aos direitos sexuais e reprodutivos. As figuras do “cidadão” e do “crente” se imbricam, nesse ativismo, de três modos: na defesa de uma comunidade moral ameaçada pela “cultura da morte” e a “ideologia de gênero”; na mobilização dos cidadãos enquanto crentes em defesa de uma ordem sexual e social; e na reinterpretção e expansão do alcance da “liberdade religiosa” e da “objeção de consciência” como estratégia de resistência à “sexualização da cidadania”” (FACCHINI, 2017 p. 6,7).

Nesse retorno de uma nova ordem sexual onde a esfera religiosa foi instrumentalizada pela política brasileira, forças moralizantes em nome da liberdade combatiam as particularidades da diversidade sexual. Logo, o ativismo religioso impulsionou uma reconfiguração da cidadania ao defender uma ordem moral universal e entendiam proteger as crenças religiosas contra os direitos sexuais e reprodutivos.

Entretanto, nesse quadro de contradições e ambivalências, as sexualidades são constitutivas das relações interpessoais conforme vimos no capítulo 1 dessa dissertação. O humano permanece em constante processo de construção e sua dimensão sexual se expressa através das referências culturais da diversidade. Na cultura com base na moral religiosa, apenas a expressão sexual alinhada com a identidade padrão é aceita, e isso afeta inclusive os processos educacionais, que fortalecem esses padrões cisheteronormativos ao representar o mundo de forma dual e oposta. Essa visão social também impõe diferenças anatômicas, como destacado por Bourdieu (2017, p. 25).

“A educação primária estimula desigualmente meninos e meninas a se engajarem nesses jogos e favorece mais nos meninos as diferentes formas da *libido dominandi*, que pode encontrar expressões sublimadas nas formas mais “puras” da libido social, como a *libido sciendi*. (grifos do autor)” (BOURDIEU, 2017, p. 83)

Por educação entendemos que a entrada da criança no ambiente escolar oferece a oportunidade de encontrar perspectivas diferentes daquelas transmitidas no ambiente familiar, muitas vezes apresentadas como algo natural e universal (bell hooks, 2013) Portanto, torna-se responsabilidade dos educadores incluir em sua prática pedagógica temas que promovam a reflexão sobre todas as formas de sexualidades e identidades, de forma plural e abrangente, transformando a escola em uma ferramenta de inclusão social.

No entanto, é evidente a dificuldade em abordar as sexualidades na escola. Em uma carta a Oskar Pfister, datada de 9 de fevereiro de 1909, Freud mencionou o incêndio que a psicanálise estava prestes a causar no campo da educação, esperando que essa centelha se tornasse uma chama vigorosa. Três anos depois, em outra carta ao mesmo amigo, Freud expressou seu estímulo ao encontrar, entre os pedagogos, um novo público leitor da psicanálise (FREUD, 1998, p.26, 76).

Ao trazer o debate educacional para a discussão, podemos compreender que a interdisciplinaridade é uma parte fundamental da prática educativa de um educador. Ao reconhecer sua própria essência e expressar uma opção metodológica e epistemológica, revela-se o caráter natural e esperançoso da educação, como enfatizado por Freire (2000, p. 111).

Uma das contribuições significativas da psicanálise é a defesa da existência da sexualidade infantil, rompendo com a fantasia de uma infância pura e submissa que prevalecia no século XIX. Essa perspectiva psicanalítica confrontou a moral vitoriana da época, causando inquietação naqueles que aderiam a essa visão rígida (RUIZ, 1998, p. 1). Dessa forma, abre-se espaço para uma compreensão mais ampla das sexualidades e da infância, permitindo uma abordagem mais inclusiva e realista no ambiente educacional. Isso valoriza a interdisciplinaridade e reconhece a complexidade das experiências humanas. Ao considerar as sexualidades como parte integrante do desenvolvimento humano, os educadores podem adotar uma postura mais sensível e acolhedora, proporcionando um ambiente onde as crianças sintam-se respeitadas em sua individualidade e tenham espaço para se expressar livremente.

A interdisciplinaridade possibilita a integração de diferentes saberes e olhares, enriquecendo a prática educativa e permitindo uma compreensão mais abrangente do ser humano em sua totalidade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade na educação traz uma valiosa contribuição, pois nos ajuda a romper com preconceitos e estereótipos que podem limitar o desenvolvimento pleno dos alunos.

Ao valorizar a interdisciplinaridade e incorporar na educação, os educadores podem promover um ambiente mais enriquecedor, acolhedor e inclusivo, onde os estudantes são

incentivados a explorar suas identidades e expressar suas emoções de forma saudável. Isso contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, permitindo que eles cresçam como seres humanos plenos, autônomos e conscientes de suas sexualidades e individualidade. É uma abordagem que vai além dos limites tradicionais do ensino, abraçando a complexidade da experiência humana e fortalecendo o potencial transformador da educação em suas múltiplas dimensões.

A visão de Freud sobre a educação e a moral social é de grande importância para os educadores. Numa carta direcionada a seu amigo Fliess, em 31 de maio de 1897, Freud informava que havia nele um forte pressentimento, embora ainda não soubesse nada, de que em breve desvendaria a origem da moralidade (MASSON, 1986, p. 250). Na mesma carta, ao explicitar a noção de santo afirmou:

“Santo é algo que se baseia no fato de que os seres humanos, em benefício da comunidade mais ampla, sacrificaram uma parte de sua liberdade sexual e de sua liberdade de se entregar às perversões. O horror ao incesto (coisa iníqua) baseia-se no fato de que, em consequência da vida sexual comunitária (até mesmo na infância), os membros de uma dada família ficam permanentemente juntos e se tornam incapazes de entrar em contato com os estranhos. Logo, incesto é antissocial – a civilização consiste de uma renúncia progressiva. (MASSON, 1986, p. 253)

Anos depois, na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud retoma a essas ideias e afirma a “relação inversa entre a cultura e o livre desenvolvimento da sexualidade” (FREUD, 1996, p. 229). No texto *Atos obsessivos e práticas religiosas* (1907/1996), diz que “a renúncia progressiva aos instintos constitucionais, [...] parece ser uma das bases do desenvolvimento da civilização humana. Uma parcela dessa repressão instintual é efetuada por suas religiões, ao exigirem do indivíduo que sacrifique à divindade seu prazer instintual” (FREUD, 1996, pp. 116-117). Sendo assim, a renúncia aos instintos constitucionais, incluindo a sexualidade, é uma base essencial para o desenvolvimento da civilização europeia, sendo parcialmente realizada por meio das práticas religiosas que exigem o sacrifício dos prazeres instintivos em nome da divindade.

A consciência moral e a culpa são fenômenos psicológicos, que possuem uma origem ontogenética, e por isso estão presentes no psiquismo de cada indivíduo, mas que surgiram ao longo do desenvolvimento da espécie humana e de sua organização social (filogênese). No livro *"Totem e Tabu"*, Freud utilizou um "mito científico" do parricídio originário para explicar a origem das organizações sociais, restrições morais, religião e a transição da natureza para a cultura. Ele retratou eventos históricos decisivos nesse processo de formação

da consciência moral filogenética, com base em informações provenientes de diferentes campos científicos, como antropologia, biologia e arqueologia, assim como descobertas da própria psicanálise sobre processos psíquicos inconscientes (FREUD, 2013, pp. 147-148).

Ele propôs uma explicação histórica baseada em três teses fundamentais. Primeiro, recorreu à hipótese de Darwin de que os seres humanos viviam originalmente em pequenas hordas, onde o ciúme do macho mais velho e mais forte limitava a promiscuidade (FREUD, 2013, p. 129). Na segunda tese, ele se apoiou na ideia de Atkinson de que o pai tirânico foi dominado, assassinado e devorado pelos filhos que havia expulsado, resultando em uma rebelião totêmica e na desintegração da horda (FREUD, 2013, p. 148). Por fim, na terceira tese se baseou nas ideias de Robertson Smith, presumindo que a exogamia surgiu da renúncia às mães e irmãs da horda, que eram alvos de desejo, e da concessão de direitos iguais aos membros da liga de irmãos, limitando assim a rivalidade violenta entre eles (FREUD, 2014, p. 163).

Confirmando os estudos antropológicos de sua época, Freud, entendeu que a proibição do incesto é a mais antiga proibição e o fundamento da vida em sociedade, representando a instituição da exogamia (FREUD, 2013, p. 10). A morte do pai primevo desperta uma consciência de culpa compartilhada e o arrependimento em comum, sendo que o fracasso é mais propício à reação moral do que a satisfação (FREUD, 2013, p. 149). Assim, a morte do pai primevo se tornou uma espécie de contrato social entre os filhos, estabelecendo o tabu do incesto e evitando a rivalidade violenta entre os irmãos, dando origem à ordem social, à moralidade e à religião (FREUD, 2013, p. 148; FREUD, 1939/1996, pp. 96-97).

Dessa forma, Freud propõe uma explicação sobre a genealogia da consciência moral, analisando os eventos fundamentais que moldaram a vida social, moral e religiosa da humanidade. Suas reflexões nos convidam a questionar as origens e os fundamentos das instituições sociais e morais, bem como a compreender as complexas interações entre instintos, repressão e a formação da cultura.

Portanto, a concepção freudiana da consciência moral abrange a noção de uma instância psíquica moral, isto é, a moral como uma lei interna que determina o que é certo e errado, e sua origem nos indivíduos como resultado do complexo de Édipo e da introjeção de uma lei externa, a proibição do incesto e a ameaça de castração. O complexo de Édipo é entendido como uma recapitulação ontogenética do desenvolvimento filogenético. A moral atua como uma restrição à liberdade sexual perversa e aos impulsos agressivos, mas também oferece uma via indireta de satisfação através do masoquismo primário. A concepção de moralidade em Freud pressupõe que o psiquismo humano tende primariamente à satisfação

pulsional, sem consideração pelos outros, e que essa satisfação deve ser barrada em relação aos objetos externos pela moral, como uma lei que proíbe os impulsos sexuais e agressivos, redirecionando-os contra o ego, o que resulta em um sentimento crônico de culpa (FREUD, 1996, p. 134). Toda essa digressão dos fundamentos freudianos acerca da cultura, concepções dos indivíduos na modernidade e os processos do inconsciente vistos até aqui são importantes porque contribuem no entendimento não só da moral social de seu tempo, mas também explicam muitos processos históricos posteriores.

No Brasil, o próprio desenvolvimento da moral social foi sendo capitaneada pelos interesses políticos de grupos conservadores e fundamentalistas, principalmente após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Bolsonaro. A moral social aliada a uma política de exclusão da diversidade sexual se deu em um projeto escolar. Forças moralizantes em nome da liberdade combatiam as particularidades da diversidade sexual na escola. Logo, o ativismo religioso impulsionou uma reconfiguração da cidadania ao defender uma nova ordem moral social, embora recuperassem do passado idealizado um desejo de uma suposta autoridade.

O espaço privilegiado para essa política avassaladora foi a escola, as forças políticas moralizantes conservadoras sabem que ela é formadora de corpos e produtora de subjetividades. Através dos conteúdos disciplinares, dos livros didáticos e das interações diárias, a escola pode contribuir para a construção ideológica onde “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” direcionando a possibilidade da construção de uma sociedade “terrivelmente cristã”.

Embora a escola desempenhe um papel relevante, é fundamental reconhecer que a plena satisfação e compreensão das sexualidades humana vão além do alcance da educação e requerem uma abordagem mais ampla. Isso acontece porque as sexualidades é corporeidade. Dentro das diretrizes nacionais da educação como os PCNs e as Bases Curriculares vemos as divisões e as ambiguidades presentes no campo educacional. O Plano Nacional de Educação foi submetido a avanços e retrocessos, a partir de 2013, e esses processos foram elementos decisivos para o esmagamento da diversidade sexual nas escolas, como veremos no próximo tópico.

Neste capítulo buscamos explorar a conexão entre a moral, a sexualidade e o contexto social e político no âmbito da educação. O objetivo central é demonstrar como a moralidade desempenha um papel fundamental na forma como a sociedade percebe e aborda a sexualidade no contexto educacional.

Ao investigar essa relação complexa, o texto examina como as normas sociais e os valores morais influenciam as atitudes e percepções em torno das sexualidades no ambiente escolar. Isso inclui a forma como temas como educação sexual, diversidade de gênero e orientação sexual é tratada nas instituições de ensino, muitas vezes refletindo crenças e preconceitos arraigados na sociedade.

A análise também abordou a dimensão política envolvida na questão da sexualidade na educação, destacando como debates e decisões governamentais podem afetar a abordagem dessas questões nas escolas. Políticas públicas, legislação e posicionamentos governamentais têm um impacto significativo na inclusão e respeito à diversidade sexual no ambiente educacional.

Ao evidenciar a influência da moral social, o texto busca sensibilizar para a importância de promover uma educação inclusiva e livre de discriminação em relação à sexualidade. Compreender e desafiar os padrões morais estabelecidos é fundamental para garantir que os estudantes sejam respeitados em sua diversidade.

Através de uma reflexão que contextualiza como grupos fundamentalistas e religiosos foram mobilizados para apoiar a eleição do governo Bolsonaro. O texto explora como essa mobilização se reflete em uma política de exclusão das subjetividades no âmbito de um projeto escolar específico.

Através da perspectiva psicanalítica, analisa-se como esses grupos são cooptados e instrumentalizados para legitimar determinadas políticas educacionais que buscam restringir a diversidade e impor uma visão moralista e conservadora na educação.

Destacamos a importância de considerar o corpo e o diálogo na construção do ambiente educacional, questionando as (im)possibilidades de promover uma educação inclusiva e pluralista diante desses obstáculos políticos e ideológicos. Além disso, a análise traz à tona as consequências dessa política de exclusão para as subjetividades dos estudantes e educadores, enfatizando a necessidade de enfrentar o desafio de resguardar a liberdade e o respeito à diversidade no ambiente escolar.

Por meio dessa abordagem, o texto convida a uma reflexão crítica sobre as interseções entre psicanálise e educação, visando compreender como fatores políticos e ideológicos podem influenciar a construção do ambiente educacional e, ao mesmo tempo, explorar alternativas para promover uma educação mais inclusiva e aberta ao diálogo, que respeite e valorize as múltiplas subjetividades presentes na sociedade.

### **CAPÍTULO III**

## **O FASCISMO: UMA ANÁLISE DOS (DES)ENCANTAMENTO DAS PRÁTICAS DOCENTES A PARTIR DA PSICANÁLISE**

“E o educador? Que terá acontecido com ele? Existirá ainda o nicho ecológico que torna possível a sua existência? Resta-lhe algum espaço? Será que alguém lhe concede a palavra ou lhe dá ouvidos? Merecerá sobreviver? Tem alguma função social ou econômica a desempenhar?” (ALVES, 1993, p.12).

Nos últimos anos, a formação de educadores tem sido um lugar de debates e discussões intensas no campo da educação no Brasil. Pesquisadores, estudiosos e profissionais têm se dedicado a explorar questões relacionadas a essa temática, resultando em mudanças significativas nas exigências e no papel dos educadores. Aos poucos se desconstrói a visão de que a universidade era o lugar predominante para a teoria, opondo-se à escola como prática, diminuindo assim a distância entre autoridade intelectual sobre as questões do ensino no chão da escola.

No entanto, apesar de todas as discussões realizadas nas instituições de formação de educadores, ainda existe uma grande distância entre o conhecimento teórico e sua aplicação prática nas salas de aula e outros ambientes educacionais. Os problemas e desafios nesse contexto educacional persistem, e é preocupante perceber que os próprios educadores, que são o foco central dessa formação, têm poucas oportunidades de expressar suas vozes e compartilhar suas experiências.

É fundamental reconhecer que a formação de educadores não deve se limitar apenas à transmissão de conhecimentos teóricos sobre métodos pedagógicos e conteúdos curriculares. Ela deve proporcionar uma reflexão crítica sobre a prática docente e criar espaços para que os educadores possam compartilhar suas vivências, desafios e soluções. A voz dos educadores é essencial para compreender as complexidades do ambiente educacional e buscar alternativas que aprimorem a qualidade do ensino.

Para isso, é necessário estabelecer espaços de diálogo mais efetivos na formação de educadores, espaços que valorizem a diversidade cultural e permitam o compartilhamento de

ideias e conhecimentos diversos. Esses espaços devem impactar os educadores em suas visões de mundo, levando em consideração valores morais e interesses pessoais, ampliando seus saberes, promovendo discussões sobre suas práticas e construindo conhecimento de forma coletiva.

A relação entre a educação básica e a universidade é essencial para o progresso educacional e acadêmico dos estudantes. Por meio da articulação curricular, parcerias colaborativas, orientação e aconselhamento, programas de estágio e pesquisa educacional, é possível fortalecer o ensino, aprimorar a formação de educadores, facilitar a transição suave entre os níveis de ensino e melhorar a qualidade geral da educação. Essas práticas e referências fornecem um ponto de partida para aprofundar o estudo sobre esse tema importante e em constante evolução.

Investir em pesquisas na prática docente, as experiências dos educadores em sala de aula e os desafios enfrentados no cotidiano escolar contribui para uma formação mais sólida e alinhada às necessidades reais dos educadores e dos estudantes. É fundamental promover espaços de diálogo e valorizar a voz dos educadores, para que eles se sintam capacitados e se tornem agentes ativos na construção de uma educação de qualidade. Paulo Freire implica sobre a ação educativa de um educador desesperançado que nega com esta atitude a essência de sua própria prática, contradizendo o caráter natural da educação (FREIRE, 2000, p. 111). A pesquisa e o estudo da prática docente são importantes para embasar a formação e promover melhorias significativas no campo educacional.

Essa conexão colaborativa fortalece o ensino e a aprendizagem, facilita a transição harmoniosa entre os diferentes níveis de ensino e estimula o progresso contínuo da aprendizagem. As parcerias entre escolas de educação básica e universidades são uma forma eficaz de promover a colaboração e o compartilhamento de recursos educacionais. Esses programas podem envolver a colaboração entre educadores universitários e educadores da escola, o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e o acesso a materiais educacionais avançados. Essas parcerias também podem incluir a criação de programas de estágio para estudantes universitários atuarem como mentores ou educadores auxiliares nas escolas de ensino fundamental e médio, proporcionando experiências enriquecedoras para ambos os grupos numa articulação curricular.

Um aspecto-chave na relação entre a educação básica e a universidade é a articulação curricular que consiste em estabelecer alinhamentos entre os currículos dos dois níveis de ensino, garantindo que os conteúdos e as habilidades essenciais sejam abordados de forma progressiva e consistente. Isso permite que os estudantes avancem para a universidade com

uma base sólida de conhecimento. Um exemplo prático dessa articulação é a construção de sequências didáticas que abordam conceitos-chave em diferentes níveis de ensino, fornecendo uma visão integrada e contínua do conhecimento.

As universidades têm um papel central na pesquisa educacional, investigando questões relacionadas ao ensino, aprendizagem, políticas educacionais e práticas pedagógicas. A pesquisa educacional contribui para a compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela educação básica e auxilia na busca de soluções baseadas em evidências. Acredito que essa pesquisa pode fornecer informações valiosas para melhorar a qualidade da educação, informar políticas educacionais, orientar a formação de educadores e aqueles que estão no chão da escola.

Para abordar essa questão, é necessário considerar vários elementos que contribuem para a lacuna existente na formação de educadores. Alguns desses elementos incluem a falta de conexão entre os conhecimentos trabalhados durante a formação e a realidade vivenciada no cotidiano escolar, a fragmentação curricular que dificulta a integração dos conteúdos e a excessiva ênfase nas disciplinas específicas, em detrimento da formação socio pedagógica. “Nós estamos formando educadores com competência para lidar com situações não previstas?” Questiona Rubem Alves, e conclui – Conhecer o programa é fácil; complicado é conhecer a vida.<sup>30</sup>

A desconexão entre a formação teórica e a prática pedagógica é um desafio significativo. Muitas vezes, os conteúdos abordados durante a formação não são contextualizados de maneira adequada, tornando difícil para os futuros educadores compreenderem sua relevância e aplicabilidade no ambiente escolar. Isso leva a uma percepção de distanciamento entre o que é aprendido na teoria e o que é vivenciado na prática.

Além disso, a fragmentação curricular pode comprometer a visão integrada do conhecimento, dificultando a compreensão das relações entre as diferentes disciplinas e a aplicação interdisciplinar no ensino. Essa fragmentação pode levar os futuros educadores a terem uma visão limitada do processo educacional, impedindo uma compreensão integral das necessidades e desafios enfrentados no ambiente escolar.

Outro aspecto importante é a ênfase excessiva nas disciplinas específicas durante a formação, em detrimento da formação sócio pedagógica, algo que se deteriorou ainda mais

---

<sup>30</sup> Ver disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/913/rubem-alves-so-aprende-quem-tem-fome>. Acessado em 26/05/2023.

nos últimos anos no governo Bolsonaro<sup>31</sup>. Embora seja essencial que os educadores tenham um domínio sólido dos conteúdos a serem ensinados, é igualmente importante desenvolver habilidades sócio emocionais, pedagógicas e didáticas. Essas habilidades são fundamentais para lidar com as complexidades do ambiente escolar, envolvendo interações com os alunos, gestão de sala de aula, planejamento curricular e avaliação do aprendizado.

A falta de uma formação que integre teoria e prática, que promova a compreensão do conhecimento de forma integrada e que desenvolva as competências socioemocionais necessárias para a atuação como educador/a, limita a preparação dos futuros docentes. É fundamental buscar abordagens educacionais que superem essas limitações, fornecendo uma formação abrangente e reflexiva que capacite os educadores a enfrentarem os desafios do cotidiano escolar, tomando decisões fundamentadas e contribuindo para o desenvolvimento pleno dos alunos.

Dentro do contexto das políticas educacionais no Brasil, foram implementados programas e leis com o objetivo de aprimorar a formação inicial de educadores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e suprir a demanda por docentes qualificados. Essas iniciativas foram colocadas em prática durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu um plano para democratizar o acesso à educação em todos os níveis e em todo o território nacional. Um exemplo notável é o Plano de Desenvolvimento da Educação, criado em 2007, que contou com a liderança de Fernando Haddad como Ministro da Educação durante o período de 2005 a 2012. Esse plano visava promover melhorias significativas na qualidade do ensino, incluindo a valorização e aperfeiçoamento dos educadores como pilares fundamentais desse processo.<sup>32</sup>

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi concebido com o objetivo de integrar os diversos programas e estágios da educação escolar brasileira, buscando uma abordagem sistêmica para o sistema nacional de educação (HADDAD, 2008). Com mais de 40 programas divididos em quatro eixos - educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização - o PDE visava superar a fragmentação tradicional das políticas educacionais e promover o diálogo entre os entes federativos.

---

<sup>31</sup> Em 26/04/2019, o então presidente Bolsonaro anunciou em um tweet que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, estava considerando descentralizar os investimentos em faculdades de Filosofia e Sociologia. A justificativa apresentada era direcionar recursos para áreas que supostamente gerariam retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina. Essa proposta visava priorizar campos de estudo que pudessem estar mais diretamente relacionados a demandas do mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-os-cursos-de-filosofia-e-sociologia-incomodam-bolsonaro/>. Acessado em 20/05/2023.

<sup>32</sup> Ver disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros>. Acessado em 20/05/2023.

Embora o PDE se apoiasse em seis pilares - visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social - baseados nos princípios e objetivos constitucionais, houve críticas quanto à sua articulação orgânica com o Plano Nacional de Educação (PNE). O PDE, por um lado, buscava estabelecer uma conexão necessária entre educação, território e desenvolvimento, bem como entre qualidade, equidade e potencialidade (HADDAD, 2008). Por outro lado, o PNE, aprovado em lei, não era integralmente refletido no PDE, uma vez que este não incorporava o diagnóstico, as diretrizes, os objetivos e as metas constitutivas do PNE.

No entanto, o PDE desempenhou um papel fundamental ao promover a colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de garantir o direito à educação no país e aprimorar a qualidade dos serviços educacionais. Essa articulação foi alcançada por meio do regime de colaboração, que envolveu o compartilhamento de competências políticas, técnicas e financeiras para a implementação dos programas e ações. Com o PDE, a União assumiu um papel de destaque na elaboração e execução das políticas educacionais, fortalecendo sua relação com os demais entes federativos. (BRASIL, 2008).

Uma das principais iniciativas do PDE foi a introdução da Prova Brasil,<sup>33</sup> que trouxe uma alteração significativa na avaliação nacional da educação básica. Ao combinar os resultados de desempenho escolar da Prova Brasil com os dados de rendimento escolar do censo escolar, o PDE estabeleceu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice permitiu estabelecer metas de desenvolvimento educacional em médio prazo para diferentes níveis e instâncias.

Apesar das críticas e das ambiguidades relacionadas à abordagem tecnocrática do PDE, é inegável que ele se configura como um marco importante na política educacional do governo Lula. Ao fomentar ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação, o programa busca enfrentar de maneira abrangente os problemas históricos do sistema educacional brasileiro. No entanto, a articulação do PDE com o Plano Nacional de Educação (PNE) ainda é objeto de debate e reflexão, destacando a necessidade de uma integração mais efetiva entre essas duas iniciativas. (SAVIANI, 2009, p. 27).

Entre os vários programas e leis que foram implementados no Brasil através do PDE tivemos o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pelo

---

<sup>33</sup> O grande problema das avaliações externas é que elas exigem conteúdos diferentes dos currículos que, por sua vez não dá conta. As avaliações como ENEM e vestibulares exigem conteúdos diferentes, ou minimamente em outro formato. O que dificulta demais a execução na prática. Corremos o sério risco de comprometermos tudo o que estamos propondo nesta dissertação, porque temos que priorizar as notas das avaliações externas, sendo que muitas vezes, o que menos importa na escola, são os conteúdos.

Decreto de Lei nº 7.219/2010. Criado com o objetivo de aprimorar a qualidade da formação dos futuros educadores, promovendo a integração entre teoria e prática por meio da participação em projetos de iniciação à docência, buscando suprir a demanda por docentes qualificados, garantindo uma formação inicial mais sólida e preparando os futuros educadores para os desafios da sala de aula.

Ele faz parte da Política Nacional de Formação de Educadores do Ministério da Educação, administrado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Foi criado em um cenário de formulação de várias políticas de incentivo à formação de educadores, desencadeado após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Por meio do PIBID, o governo Lula investiu na formação inicial dos educadores, proporcionando uma preparação mais completa e adequada para o exercício da docência. Com essa iniciativa, visava-se elevar a qualidade da educação básica, garantindo que os futuros profissionais da área estivessem preparados para enfrentar os desafios e demandas do contexto educacional atual. O programa teve início em 2007, com 3.088 bolsistas e 43 instituições federais de ensino superior, envolvidas. Em 2014, o número de bolsistas havia aumentado para 90.254, distribuídos em 855 campi de 284 instituições formadoras públicas e privadas.

Além disso, destaca-se que em 29 dessas instituições, também existiram programas voltados para as áreas da educação escolar indígena e do campo. A partir de 2009, o programa se estendeu a toda a educação básica, contemplando, inclusive, a educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas. Essa expansão para incluir essas áreas específicas é relevante para promover a formação de educadores mais qualificados e conscientes das necessidades e realidades desses contextos educacionais específicos. O aumento significativo do PIBID e as evidências positivas nas pesquisas, juntamente com a aprovação da Lei nº 12.796 em 2013, que incluiu o programa na legislação, geraram a expectativa de que este projeto se consolidaria como política de Estado, imune a mudanças governamentais.

No entanto, em 2015, com a perda de sustentação política<sup>34</sup> do governo Dilma, surgiu a primeira ameaça de cortes de bolsas devido à crise econômica e política do país. A reação da sociedade, da academia e dos bolsistas foi imediata e organizada, resultando na revogação da Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016 que modificava o programa. Infelizmente

---

<sup>34</sup> Ver a fala do Ministro do STF Luís Roberto Barroso, em artigo para a edição de estreia da revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Disponível em: ['Motivo real' de impeachment de Dilma foi falta de apoio, não pedaladas, afirma Barroso - 02/02/2022 - Mônica Bergamo - Folha \(uol.com.br\)](#) Acessado em 05/05/2023.

as forças sombrias já se movimentavam sorrateiro na política e acabou resultando um golpe de Estado em nosso país. O impeachment de Dilma Rousseff ocorreu em 31 de agosto de 2016, destituindo-a de um mandato legitimamente conquistado nas urnas.

Dilma Rousseff adotou medidas que foram além ao imergir o movimento social nas decisões governamentais, proporcionando um espaço de maior diversidade e dando voz ativa aos educadores que anteriormente eram marginalizados. Conforme apontado por Grun durante os doze anos de governo do PT, indivíduos que eram comumente subestimados no cenário cultural e político foram trazidos para o centro do processo decisório (GRUN, 2016, p. 263). Essa abordagem de Dilma Rousseff visava não apenas incluir, mas também valorizar esses indivíduos e suas perspectivas, promovendo uma participação mais ampla e democrática na formulação de políticas.

Em novembro de 2017, durante o governo de Michel Temer, a educação enfrentou ameaças devido a possíveis cortes no orçamento, o que gerou mobilização em diversas universidades. Parlamentares e entidades ligadas à educação se mobilizaram contra essa possibilidade. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estimou que fossem necessários cerca de R\$ 300 milhões para garantir o suporte aos estudantes e evitar a suspensão das bolsas.

A Portaria nº 45, de 12 de março de 2018, emitida pelo governo Temer, trouxe alterações para o programa PIBID sem consultar os envolvidos, revogando a Portaria Capes nº 96, de 18 de julho de 2013. Essa ação levantou preocupações sobre as intenções relacionadas à dimensão de aprendizagem docente que eram enfatizadas na portaria anterior. No entanto, o contexto político nacional foi além, com a ascensão de um novo presidente, Jair Messias Bolsonaro, que ficaria conhecido por promover políticas controversas e gerar debates acerca de sua abordagem em relação à saúde, educação e outros setores sociais. Essa conjuntura política ampliou as discussões sobre os rumos da educação e as políticas públicas adotadas no país<sup>35</sup>.

Bolsonaro tomou posse em janeiro de 2019 como 38º presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL) com um discurso que atacava a educação, o SUS, a ciência, e as universidades, naquilo que ao longo de seu mandato foi exaustivamente repetido como promessa: “Combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a

---

<sup>35</sup> Ver disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624413-editado-na-noruega-o-primeiro-livro-didatico-com-bolsonaro-como-genocida>. Acessado em 05/05/2023.

ser um país livre de amarras ideológicas”<sup>36</sup>, assim elegeu os estudantes, educadores e funcionários das universidades, institutos federais e escolas do ensino fundamental e infantil como inimigos do País.

Durante seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro adotou uma retórica ofensiva e polarizadora, desqualificando e difamando aqueles que discordavam de suas ideias. Essa abordagem gerou um ambiente de hostilidade e desprezo, não apenas em relação à oposição política, mas também em relação a diversos setores da sociedade, incluindo a educação.

Essa postura influenciou as decisões tomadas pelo governo Bolsonaro, refletindo-se claramente em suas políticas educacionais e em seus discursos sobre o tema. O debate educacional no Brasil foi impactado por essa mudança, com uma ênfase maior em pautas conservadoras e uma diminuição na valorização da pluralidade, da diversidade e do diálogo construtivo. (LOUZANO/MORICONI, 2019, p. 250).

Durante seu mandato, Jair Bolsonaro adotou uma postura que culpabilizava os educadores pela suposta má qualidade da educação no país. Ele os acusava de ensinar ideologias e negligenciar questões estruturais, buscando descredibilizar suas posturas e soluções para os problemas educacionais.

Esses constantes ataques aos educadores refletiam uma visão reducionista do papel desses profissionais, buscando restringi-los a meros transmissores de conteúdo, ignorando a complexidade da educação como uma construção social. Essa abordagem desconsiderava a importância da formação integral dos estudantes, do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, da valorização da diversidade e da promoção do pensamento crítico.

Além disso, ao descredibilizar os educadores e sua atuação, o discurso oficial do presidente prejudicou a imagem e a valorização desses profissionais perante a sociedade. Isso gerou um ambiente de desvalorização da profissão docente e dificultou a atração e a retenção de talentos na área da educação. É importante ressaltar que a qualidade da educação não pode ser atribuída exclusivamente aos educadores. Ela está intrinsecamente ligada a questões estruturais, como a infraestrutura das escolas, a formação continuada dos profissionais, a valorização da carreira docente, o investimento em recursos educacionais adequados, entre outros fatores.

A opção por uma mudança radical no foco da agenda educacional brasileira dada pelo governo Bolsonaro não só nos afastou de debate internacional, como também atrasou

---

<sup>36</sup> Ver disponível em: <https://exame.com/brasil/no-congresso-jair-bolsonaro-faz-lo-discurso-como-presidente-do-brasil/>. Acessado em 05/05/2023.

nossa capacidade de atacar os verdadeiros males que assolam a nossa educação e contribuem para perpetuar as desigualdades sociais do país (LOUZANO/MORICONI, 2019, p. 254).

Em 2020, durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, Bolsonaro utilizou a situação acima descrita como uma oportunidade para intensificar seu projeto de ataque à Educação. Isso foi evidenciado pelo lançamento de duas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE): a nº. 02/2019 e a nº. 1/2020. Essas resoluções representaram ruptura significativa com as concepções estabelecidas sobre a formação continuada docente. Isso comprometeu a qualidade da educação e refletiu um projeto de desvalorização e desmantelamento do ensino. O discurso oficial adotado tendia a culpar os educadores, criando uma cortina de fumaça para encobrir um projeto de destruição almejado pela extrema-direita.

O desmonte e a desvalorização do sistema educacional tornaram-se objetivos centrais do governo Bolsonaro, representando uma ameaça ao futuro da educação no país. Esse discurso autoritário em relação à educação serviu como uma estratégia para justificar a diminuição de investimentos na área e a implementação de políticas que fragilizaram a formação docente e prejudicaram a qualidade do ensino.

Ao promover a distinção entre formação inicial e formação continuada, a micropolítica adotada rompe com a visão integrada e complementar desses processos formativos que vinham sendo construídos no Brasil desde 2007. Essa abordagem resgata a perspectiva dicotômica que separa teoria e prática, desconsiderando a importância da articulação entre esses dois aspectos na formação dos educadores.

Essas práticas representaram um retrocesso na construção de uma educação de qualidade, comprometendo a formação integral dos estudantes e a valorização da profissão docente. É fundamental reconhecer o papel do Estado como responsável pela garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de excelência, investindo em políticas educacionais consistentes, na valorização dos profissionais e na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

Essas ações revelam uma visão limitada e desarticulada sobre a formação de educadores/as, desvalorizando a importância da teoria aliada à prática e impactando negativamente a qualidade da educação. Essa postura fragilizou a construção de um corpo docente mais qualificado e preparado para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Renato Rovai conclui:

“É réplica do que fizeram projetos semelhantes na Hungria e na Polônia. Quando assumiu o poder na Hungria, Viktor Orbán como uma das suas primeiras medidas determinou uma reforma educacional, pois afirmava que as escolas eram espaços de “doutrinação liberal”<sup>37</sup>.

Frente ao declínio da eficácia das soluções sociais e políticas estabelecidas para combater a desigualdade e a discriminação, a justiça global só pode existir através de uma mudança epistemológica que garanta a justiça cognitiva, “a colonialidade do conhecimento, tal como a do poder, continua a ser o instrumento fundamental para a expansão e o reforço das opressões geradas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (SANTOS 2019). É realmente preocupante observar as implicações políticas dessa conjuntura, pois elas podem ter um impacto significativo na democracia e no Estado de Direito.

Através desse tipo de legislação, o governo Bolsonaro alimentou um ambiente hostil e intolerante em relação a questões de gêneros e sexualidades, incentivando a censura e ameaçando a liberdade de expressão e o pluralismo nas escolas. O discurso fundamentalista e conservador promovido pelo governo deu voz a grupos que propagam o ódio, o preconceito e a discriminação, e isso se refletiu em ameaças diretas e agressões verbais e físicas contra educadores que abordavam tais questões em sala de aula.

Essa polarização e extremismo do discurso político, que se manifesta no diálogo um a um, torna ainda mais importantes defender os valores democráticos, os direitos humanos e a educação inclusiva e plural. É fundamental resistir a essas investidas autoritárias, promovendo a conscientização e o diálogo sobre temas relevantes, como as sexualidades e a igualdade de gêneros, de maneira respeitosa e embasada em evidências científicas.

No ano de 1977, Foucault escreveu um prefácio para a versão americana do livro *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari. Para o filósofo francês, os autores tinham conquistado em seu livro uma grande proeza: uma nova maneira de pensar e de viver contrário a todas as formas de fascismo, e assim ele formula: “Não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que soube tão bem mobilizar e o desejo das massas, mas também o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas. O fascismo que nos faz gostar de poder e desejar essa coisa mesma que nos domina e explora”. Para o filósofo francês, Deleuze e Guattari tinham conquistado em seu livro uma grande proeza: uma nova maneira de pensar e de viver contrária a todas as formas de fascismo.

Michel Foucault (2001, p. 133, 136) considerou o fascismo como o inimigo político a abater: O fascismo que está dentro de cada um de nós, em nossas cabeças e em nosso

---

<sup>37</sup> Ver disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2019/10/6/uma-nova-educacao-como-eixo-do-fascismo-no-governo-bolsonaro-62493.html>. Acessado em 25/05/2023.

comportamento de todos os dias; o fascismo, que nos faz amar o poder e desejar verdadeiramente o que nos oprime e nos explora. Foucault definiu o fascismo como um adversário estratégico.

No Brasil, o fascismo e o racismo representam duas manifestações do mesmo ódio, direcionados aos mesmos corpos marginalizados e excluídos. Ambos alimentam o desejo fascista de unificar elementos separados em uma unidade sólida, impossibilitando sua separação. Nessa totalidade, eles nunca poderão assumir sua própria autonomia, transformando-se em um todo monolítico e totalitário. Adorno escreveu que a comunidade popular fascista corresponde exatamente àquela definição freudiana do grupo como um número de indivíduos que substituíram um único e mesmo objeto pelo seu ego ideal. Por causa disso, identificaram seu ego com o de outros. Por sua vez, é desse poderio coletivo que a imagem do líder toma emprestado sua onipotência, muito semelhante a do Pai Primitivo. (ADORNO, 1975, p. 408-433). Portanto, para o fascismo tudo se torna UM.

Em 27 de julho de 2022, por meio de sua conta no Twitter, Bolsonaro publicou o seguinte texto: “Somos um povo único, uma nação indivisível. Entre nós, não há distinção de cor, sexo ou classe social”. Ele concluiu com as palavras: “Deus, Pátria e Nação”<sup>38</sup>. Essa declaração evidencia como o fascismo está cada vez mais entrelaçado ao racismo, reforçando os vínculos históricos entre racismo, fascismo e dominação imperialista na realidade brasileira.

Ora, se tudo é UM e não há subversão pela diferença, então, as palavras não se separam das coisas. Sem distância, a nomeação não acontece na relação com o Outro. Logo, como diria Lacan em *A coisa freudiana*, o “lugar de ser” se tornou o Eu-soberano interditando um “dever que eu venha a ser” (LACAN, 1998). Como escreveu Foucault: “O adversário estratégico é o fascismo [...] o fascismo que está dentro de cada um de nós, em nossas cabeças e em nosso comportamento de todos os dias; o fascismo, que nos faz amar o poder e desejar verdadeiramente o que nos oprime e nos explora” (FOUCAULT, 2011).

O que é essa coisa que coloca o sujeito para baixo e que se coloca como autoridade acima? Essa coisa é o Supereu, uma instância psíquica que se encontra ‘sobre’ o Eu e não hesita em esmagá-lo. O Supereu se apresenta com um ar superseguro – seguro de si nessa confrontação com o Eu, que obedece docilmente às injunções desse ditador que dita ‘de dentro’ os protocolos e regimes de ação da verdade. O Eu obedece e se submete a ele, pois o fascismo nos faz amar o poder, o mesmo poder que nos assujeita e avassala. Nós desejamos o

---

<sup>38</sup> Ver disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1552095192035086336r>. Acessado em 25/05/2023.

que nos oprime, através da identificação ao ideal do Pai que nos possibilita a instalação de todos os outros estatutos. Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud produziu um capítulo dedicado à questão da identificação.

O discurso da massa carece de receptividade, pois se propaga sem ser ouvido, visando apenas à queixa e ao apelo para outros semelhantes, alimentando assim uma polarização narcisista. Nesse processo, ocorre a produção de representações carregadas de afetos desprovidos de amizade e negociação.

Em face do desamparo, criamos ilusões alucinadas da realidade, com a intenção de nos protegemos dela. Se o desamparo, por um lado, é uma condição fundante do psiquismo humano, por outro, seu aparecimento pode revelar a ocorrência de fraturas éticas (SAFRA, 2004). Estas fraturas estão relacionadas a uma ruptura com a confiança e com a espera pela mente de um Outro, condição indispensável – de amparo – para a ampliação das possibilidades psíquicas em face do desamparo. A aliança com o pensar fascista é a expressão da desesperança em relação ao outro, como alteridade, mas ocorre quando, pela impotência, busca-se a onipotência.

Os discursos fascistas de aperfeiçoamento e disciplina, tais como o modelo educacional proposto por Bolsonaro através das escolas cívico-militares, que excluem qualquer resíduo, têm repercussões perturbadoras na realidade, produzindo ações humanas sórdidas e terroristas, como a eugenia, o racismo insidioso e os genocídios. Essas manifestações são resultado do retorno do discurso fascista ao Real, alimentando ações que desumanizam e causam sofrimento. Lacan em seu discurso entre as paredes da Capela de Sainte-Anne já alertava: “Não vai demorar muito, talvez quatro ou cinco anos, estaremos mergulhados em problemas de segregação, que serão fustigados com o termo racismo” (LACAN, 2011, p. 36)

Durante o governo do presidente Bolsonaro, testemunhamos em diversos momentos a transição da ameaça potencial para um confronto explícito de forças. Até mesmo Eduardo Bolsonaro, seu filho, declarou que “haverá uma ruptura institucional, apenas resta decidir quando”. Essa ameaça às instituições democráticas de nosso país ressoa na educação do ensino fundamental às Universidades.

Durante o período de 1968 a 1970, Lacan concentrou-se em explorar os chamados “quatro discursos” em seus seminários. Os eventos de maio de 1968 - manifestações estudantis e operárias, greve geral, eleições antecipadas e subsequentes alertas econômicos - interromperam o curso planejado do seminário anterior sobre O ato (psic)analítico, no qual Lacan pretendia examinar as razões por trás de sua “Proposição de 9 de outubro de 1967

sobre o psicanalista da Escola”. Nesse contexto, surge a questão de uma psicanálise “aplicada” à subjetividade da época e a afirmação de Lacan de que todo analista que não consiga alcançar a subjetividade de sua época deve renunciar à prática da psicanálise (LACAN, 1998, p. 321).

Kupfer ao pensar a educação a partir da psicanálise chega à conclusão de que o/a educador/a também é um sujeito marcado por seu próprio desejo inconsciente, e é este desejo que o impulsiona para a função de educador/a. Só o desejo é que justifica o ato de estar ali, mas ao ocupar este lugar, precisa renunciar a este desejo, pois só assim surgirá um/a aluno/a como sujeito pensante (KUPFER, 2004, p. 94). Dessa forma o/a educador/a também se torna um resto e ao acolher no/a aluno/a o que resta, permite que a subjetividade se manifeste em sua complexidade e singularidade, impedindo que se faça o Um do fascismo, enraizado na valorização do que é residual, oferecendo via educação um espaço para a reflexão, o questionamento e a possibilidade de novas construções subjetivas.

Portanto, diante das reflexões apresentadas neste tópico, foi possível concluir que a relação entre Ensino Básico e Universidade durante o governo Bolsonaro foi marcada por um abismo que as separa. Esse distanciamento é resultado de processos políticos que permitiram a ascensão de forças extremistas, religiosas e conservadoras, que ocuparam esse abismo e o mantiveram em uma amarração sem solução aparente.

Embora o governo Lula tenha trazido consigo projetos e programas educacionais buscando estabelecer uma ponte entre a Educação Básica e a Universidade, a questão política fascista e sua conjuntura entraram em cena, lideradas por uma retórica ofensiva que visava desqualificar os educadores e desacreditar o espaço educacional. Nesse contexto, as escolas se tornaram alvo de uma narrativa que as rotulava como espaços de doutrinação liberal, perpetuando assim uma amarração política sem precedentes na história recente deste país.

Neste capítulo propomos uma investigação sobre o governo Bolsonaro e suas características relacionadas ao fascismo, com um foco especial na área educacional. Exploramos como o governo, ao eleger os educadores como inimigo ideológico empreendeu ações que têm impacto direto na educação pública, buscando impor uma agenda neoliberal e promover o desmantelamento das estruturas educacionais.

Através da lente da psicanálise, analisamos o desmonte da educação pública que compromete a qualidade do ensino, a diversidade curricular e o acesso universal à educação, resultando em um cenário preocupante para o desenvolvimento educacional e social do país. A repressão à diversidade de pensamento e a imposição de uma única ideologia promovem um ambiente educacional hostil, prejudicando o desenvolvimento das subjetividades diversas

e plurais presentes na sociedade.

Buscamos fornecer uma análise crítica dos (des)encantamentos das práticas docentes, alertando para os perigos do autoritarismo e do fascismo nas políticas educacionais. Ao destacar esses aspectos, buscamos sensibilizar para a importância de preservar a educação como um espaço de pluralidade, respeito às diferenças e construção de conhecimento crítico, capaz de promover uma educação mais inclusiva e democrática.

### **3.1 Rituais Do Desejo: A figura do/a educador/a na relação transferencial com o/a aluno/a**

Poder-se-ia dizer, então, que na escola, tal qual em outras esferas sociais, o saber sobre as verdadeiras marcas de outro grupo rompe com a alienação, ao mesmo tempo em que propicia aos sujeitos desconstruírem os estereótipos produzidos para representar dada categoria discriminada, ou melhor, aproxima o sujeito do Real, ao colaborar para o cerceamento do imaginário e seus consequentes frutos, no caso, a exteriorização do preconceito (SILVA JUNIOR, 2010, p. 204).

Neste tópico, vamos falar sobre como a Psicanálise pode se relacionar com a Educação e como isso afeta o ambiente escolar. As sexualidades é um tema importante nessa questão, pois tem sido abordada de diferentes maneiras na educação, seja de forma mais aberta em relação às diversidades sexuais ou desviada para outros assuntos, seguindo normas culturais.

Nos primeiros tempos da psicanálise, havia diferentes posições em relação ao desejo dos psicanalistas no campo educacional. Catherine Millot, em seu livro "Freud Antipedagogo" (2001), argumentou que não era possível estabelecer um diálogo entre a psicanálise e a educação devido aos seus objetivos divergentes. Freud, por sua vez, questionou diversas vezes as possíveis contribuições e intervenções que a psicanálise poderia trazer para a área da educação. No entanto, ele ficou animado ao receber a carta de Jung em 1º de outubro de 1909, na qual Jung mencionava como a psicanálise estava se disseminando entre os educadores primários.

Conforme a história avançava, as abordagens para entender e escrever sobre o sujeito na educação teve que ser ajustadas e adaptadas. Inicialmente, a abordagem de Freud sobre os mal-estares educacionais estava focada nas sexualidades como uma organização psíquica do sujeito. A moral repressora da época tornava difícil a conexão entre a educação e a psicanálise, tornando necessário criar perspectivas e equívocos antes de tentar estabelecer um

vínculo. Freud acreditava que a educação e a moral sexual adotada eram responsáveis pelo surgimento de neuroses e, conseqüentemente, pelo sofrimento psíquico dos indivíduos.

Essas divergências e complexidades no diálogo entre psicanálise e educação mostram como ambas as áreas têm suas particularidades e desafios. No entanto, ao longo do tempo, surgiram esforços para encontrar pontos de conexão e possíveis contribuições mútuas entre esses campos, buscando compreender melhor o sujeito e suas experiências na sociedade e na educação.

Não é arriscado supor que sob o regime de uma moral sexual civilizada a saúde e a eficiência dos indivíduos esteja sujeita a danos, e que tais prejuízos causados pelos sacrifícios que lhes são exigidos terminem por atingir um grau tão elevado, que indiretamente cheguem a colocar também em perigo os objetivos culturais (FREUD, 2021, p. 65).

Alguns psicanalistas concordam mais com a conexão entre Psicanálise e Educação, enquanto outros têm opiniões diferentes sobre o assunto. Por exemplo, Ana Freud achava que as crianças eram muito importantes para conectar o tratamento psicanalítico com a educação. Já August Aichhorn acreditava que a relação entre aluno e educador era relevante para ensinar através da Psicanálise. Por outro lado, Melanie Klein não achava apropriado que o analista assumisse o papel de educador diante das crianças, pois isso poderia gerar problemas.

Para outros, a educação não levou em conta aspectos fundamentais para a Psicanálise, como a agressividade, violência, frustração e os conflitos que moldam a formação do sujeito. Essa diferença de ideias gerou debates e complexidades na prática docente, pois os educadores precisavam encontrar maneiras de ajudar as crianças a se desenvolverem e a se tornarem cidadãos civilizados.

Para isso, é necessário reconhecer que a educação vai além de questões sexuais e padrões convencionais de ensino. Educar é uma arte, que envolve aquisição de técnicas, mas também o cuidado com o sujeito, compreendendo suas necessidades individuais. (KUPFER, 2013, p. 126)

Infelizmente, em nossa sociedade, a valorização dos educadores tem sido afetada por desafios como o cansaço e o desgaste. A precarização das condições de ensino, aliada a práticas e técnicas impostas pelas estruturas de controle, impacta negativamente a educação e o bem-estar dos educandos.

O inconsciente também desempenha um papel importante no processo de ensino. Sem a escuta adequada do inconsciente, o educador pode não estar preparado

psicologicamente para lidar com as situações em sala de aula, o que pode afetar sua saúde emocional. (PISSETA, 2022, p. 53)

É fundamental reconhecer a importância do sujeito de desejo no processo educativo, e a Psicanálise pode contribuir nesse sentido. Entender as motivações e angústias dos alunos pode ajudar a aliviar o sofrimento psíquico e resolver problemas causados por traumas e conflitos nas práticas educacionais.

Alguns estudiosos, como Zulliger, Pfister e Anna Freud, exploraram essa abordagem pedagógica baseada nos conceitos freudianos, compreendendo a construção do psiquismo humano e a importância dos vínculos sociais na formação dos indivíduos. A aplicação direta da Psicanálise, por meio de esclarecimentos psicanalíticos para alunos e educadores, pode ser uma forma eficaz de ajudar a melhorar o ambiente escolar e o bem-estar emocional de todos envolvidos. (ROUDINESCO, 2005)

A transferência é uma ideia que já estava presente em diferentes áreas do conhecimento, representando deslocamento, transporte ou substituição de lugares. Na psicanálise, ela ganhou uma posição especial, tornando-se uma técnica essencial para o tratamento analítico. No entanto, houve divergências sobre como ela deve ser abordada pelo analista e quando e como deve ser dissolvida.

Ferenczi observou que a transferência está presente em todas as relações humanas, como educador e aluno ou médico e paciente. Na análise, o paciente inconscientemente coloca o terapeuta em uma posição parental, assim como acontecia na hipnose e na sugestão. Isso também é visto no cotidiano escolar, quando os alunos se dirigem ao educador e o chamam de pai, mãe, tio ou tia, principalmente em idades mais jovens. (ALMEIDA, 2019)

A transferência cria vínculos intensos com pessoas presentes na vida do indivíduo, influenciando seus relacionamentos atuais. Experiências emocionais do passado ressoam nas relações presentes, moldando as interações de maneira significativa. Esse fenômeno pode ser muito comum em escolas de educação infantil, onde os educadores são frequentemente chamados de "tia" pelas crianças, inclusive pelos progenitores delas. Esses laços transferenciais podem afetar a dinâmica da sala de aula e a forma como os alunos se relacionam com seus educadores e colegas. (ROUDINESCO, 2005).

Na psicanálise, a transferência é vista como um fenômeno em que a resistência à análise é disfarçada sob a forma de um amor direcionado ao analista. Esse amor precisa ser investigado para encontrar as origens inconscientes por trás dessa manifestação presente na transferência. Desde Freud, muitos estudos têm se dedicado a entender a transferência em diferentes campos, atualizando e adaptando o conceito original.

Minhas frustrações de infância e adolescência no ambiente escolar, meu próprio processo de construção subjetiva somente realizada a partir da entrada de um educador negro com o qual pude me identificar via subversão, todo aquele processo transferencial vivido que me resgatou de meu sofrimento psíquico, me fizeram pensar este capítulo, “eu tive que matar essa escola, matar esse menino massacrado” (DIMENSTEIN, 2003, p. 21) para poder me tornar um educador.

Ao compreender as mudanças nos paradigmas de sujeito e identidade, somos interpelados para refletir sobre as complexidades e os desafios enfrentados pelos indivíduos na construção de suas identidades em uma sociedade cada vez mais diversa e em constante transformação. Neste espaço de construção subjetiva, as identidades sexuais estão passando por uma crise (WOODWARD, 2000, p. 32), resultando em mudanças e questionamentos. A narrativa da auto-identidade se fragiliza diante das transformações intensas, ao mesmo tempo em que surgem oportunidades para revisar padrões tradicionais, permitindo a exploração de novas possibilidades de identidade. Em resumo, a modernidade desafia e transforma as identidades, possibilitando a expressão de identidades mais diversificadas e autênticas (GONÇALVES, 2011, p. 74).

Na relação dual entre educadores/ras e alunos/nas, há no/na educador/ra uma possibilidade de interpelação ou de representação capaz de gerar no/na aluno/na a construção de uma identidade, que nunca se dá de forma automática, mas de maneira reflexiva, mediada pela própria experiência de mundo do educador transmitidas na sua maneira de lecionar, sendo esta construção um processo inconsciente e contínuo. No entanto,

[...] as educadoras estão preparadas para educar a infância inventada no século XIX – ingênua, dependente dos adultos, imatura e necessitada de proteção - enquanto suas salas de aula estão repletas de crianças do século XXI – cada vez mais independentes, desconcertantes, erotizadas, acostumadas com a instabilidade, a incerteza e a insegurança. (COSTA, 2006, p. 94)

A psicanálise nos convida a enxergar as relações educacionais como reedições de aspectos da situação edípica, ampliando nossa compreensão dessas interações. A transferência tem um papel crucial nas práticas educacionais, influenciando diretamente a qualidade da aprendizagem e da assimilação dos conteúdos. Através dela, os afetos, fantasias, desejos e modelos de relacionamento do passado são deslocados para outras pessoas nas relações presentes. Esses elementos são experimentados como algo novo, não como lembranças das experiências edípicas com figuras parentais. (ALMEIDA, 2019)

Compreender a transferência é essencial para entender como os vínculos afetivos são estabelecidos no contexto educacional e como eles influenciam o processo de ensino. A forma como os alunos se relacionam com seus educadores e colegas, suas atitudes e emoções em sala de aula podem ser profundamente moldadas por essas transferências, afetando o desenvolvimento acadêmico e emocional de cada indivíduo. (MIJOLA, 2008).

O educador estabelece expectativas em relação ao aluno, porém, este se defende com receio de enfrentar frustrações decorrentes do resultado de seu trabalho. Nessa dinâmica, o aluno se encontra em uma posição de submissão ao desejo inconsciente do educador, o qual pode se tornar um obstáculo para seu desenvolvimento. A atuação do educador transcendeu o âmbito consciente, influenciando não apenas por meio das palavras e ações, mas também pela sua própria existência (MAUCO, 1979).

As relações afetivas entre educador e aluno assumem diferentes formas, sendo que cada indivíduo busca satisfazer seus desejos inconscientes. No entanto, é a criança quem mais sofre as consequências desses desejos, pois, sendo psicologicamente mais vulnerável e em processo de construção de sua identidade, está particularmente suscetível às influências inconscientes provenientes dos educadores.

Na busca por alcançar a excelência acadêmica algumas escolas adotam práticas que enfatizam a disciplina, o sofrimento e os limites como meio para garantir um futuro de sucesso para os alunos. Essa abordagem é influenciada pela mentalidade ascética da sociedade pós-moderna, que valoriza a dedicação extrema e a busca por resultados perfeitos.

Quando os alunos não atingem as expectativas estabelecidas, surgem emoções como choro, queixas e murmúrios, enquanto outros são elogiados por suas boas notas. Essa reação pode ser complexa e não se limita apenas à identificação com o sintoma, sendo necessário analisar as diversas circunstâncias que afetam tanto o aspecto intelectual quanto o psicológico dos estudantes.

A pressão por resultados e a competitividade podem gerar ansiedade e estresse nos alunos, afetando seu desempenho e bem-estar emocional. A compreensão desse fenômeno requer uma análise cuidadosa das influências sociais, familiares e psicológicas que moldam a forma como os estudantes lidam com os desafios acadêmicos.

É importante que as escolas e educadores estejam atentos a esses aspectos e busquem promover um ambiente de aprendizado saudável, onde o desenvolvimento integral dos alunos seja valorizado. Isso inclui não apenas o aspecto acadêmico, mas também o emocional e social, permitindo que cada estudante cresça de forma equilibrada e encontre seu próprio caminho para o sucesso e a realização pessoal.

Reconhecer a importância de desenvolver nos alunos/as uma compreensão profunda dos processos históricos que influenciam a construção de sua identidade é o desafio de cada educador/a. É preciso não perder de vista a relevância desses processos ao moldar as práticas educacionais, permitindo serem profissionais conscientes e comprometidos com a valorização da história e da cultura na educação das crianças, afinal,

A identidade não é somente constructo de origem idiossincrática, mas fruto das interações sociais complexas nas sociedades contemporâneas e expressão sociopsicológica que interage nas aprendizagens nas formas cognitivas, nas ações dos seres humanos. Ela define um modo de ser no mundo, num dado momento, numa dada cultura numa história (GATTI, 1996, p. 87).

Maria Cristina Kupfer (2004) é uma importante autora que aborda a relação entre Psicanálise e Educação em seu livro "Freud e a Educação: O Mestre do Impossível". Nessa obra, ela explora como os aspectos transferenciais e contratransferenciais estão presentes na dinâmica entre educador e aluno. Kupfer (2004) destaca que a influência da triangulação edípica também desempenha um papel significativo nos processos de ensino e aprendizagem. Ela ressalta que, assim como na análise psicanalítica, a transferência ocorre na relação educador-aluno quando o desejo de saber do aluno se direciona intensamente para a pessoa do educador.

Essa relação de transferência pode ser muito poderosa, afetando a forma como o aluno se conecta ao conhecimento e como se relaciona com o processo de aprendizagem. O educador se torna um ponto central no desenvolvimento do aluno, e suas atitudes, palavras e gestos têm o potencial de impactar profundamente a jornada educacional do estudante.

Ao compreender e reconhecer a influência da transferência na relação educador-aluno, os educadores podem adotar uma abordagem mais sensível e cuidadosa ao ensinar. Isso permite que o educador esteja mais atento às necessidades e emoções dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais acolhedor, positivo e enriquecedor para todos os envolvidos. A compreensão dessa dinâmica pode contribuir para uma educação mais significativa e conectada com o mundo interno dos estudantes. (KUPFER, 2004, p. 91).

Quando ocorre a transferência entre aluno/a e educador/a, o/a educador/a se torna o/a receptor/a de algo que pertence ao aluno/a. Essa dinâmica confere ao educador/a uma posição especial e, conseqüentemente, o poder de influenciar seus/suas alunos/as. Além da transferência de sentido através do desejo, há também uma transferência de poder nessa relação. Essa interação tem implicações significativas no campo da educação, pois a voz do/a

educador/a adquire autoridade e passa a ser ouvida com atenção. Dessa forma, a transferência atualiza as condições de exercício de poder na relação pedagógica (PISSETA, 2022, p. 45). A transferência pode ser entendida como uma expressão da paixão do ser, que surge a partir do entrelaçamento dos registros real, simbólico e imaginário, fundamentais na experiência humana. No contexto da transferência, o amor, o ódio e a ignorância são as três paixões fundamentais que se manifestam no sujeito. Essas paixões influenciam as interações sociais, as relações interpessoais e a forma como percebemos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor (LIMA, 2019, p.43).

Essa relação transferencial pode influenciar o processo de aprendizagem e as interações em sala de aula. O autor também discute como a separação e a falta são aspectos fundamentais na constituição do sujeito e na relação com o Outro.

Além disso, o texto aponta que a educação muitas vezes adota uma abordagem ascética, enfatizando a disciplina e o sofrimento como caminhos para o sucesso acadêmico. No entanto, essa mentalidade pode levar a frustrações e insatisfações quando as expectativas não são alcançadas. A autora ressalta a importância de compreender as contingências que afetam tanto o aspecto intelectual quanto o psíquico dos alunos.

A figura do educador é colocada como detentora do desejo de saber do aluno, e essa transferência de poder pode afetar o processo educacional. A compreensão da transferência e das dinâmicas de desejo é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e significativo para os estudantes. Ainda, destaca-se a importância de reavaliar constantemente a prática educacional, assim como a prática psicanalítica, para melhor compreender as necessidades e desejos dos alunos e garantir uma educação mais efetiva e atenta ao bem-estar dos sujeitos envolvidos.

Se o desejo do aluno surge e é influenciado pelo desejo do educador, como isso afeta o estudante quando ele deixa essa relação de ligação com o educador? Será que o aluno se torna mais independente e pensante?

Sabemos que há coisas no mundo que são impossíveis de entender completamente, como os sonhos, por exemplo. Mas é importante que o aluno renuncie a algumas ideias que o prendem para que ele possa realmente se descobrir e se desenvolver.

Assim como na psicanálise, em que o analista ajuda o paciente a superar suas barreiras emocionais, o educador também precisa renunciar a algumas de suas ideias preconcebidas para ajudar o aluno a crescer. Isso significa deixar de lado certas proibições excessivas que podem restringir o aprendizado.

Para termos uma sala de aula acolhedora e inclusiva, é essencial que os educadores estejam dispostos a aprender e a se adaptar, assim como os alunos. Ensinar sem preconceitos requer que todos nós estejamos dispostos a aprender e a evoluir juntos. Afinal, todos somos estudantes em constante aprendizado! (hooks, 2020, p. 64).

Portanto, a análise de Freud sobre a transferência revela uma profunda compreensão da origem e complexidades desse fenômeno. No entanto, apesar dos estudos de Freud, permanece uma incerteza sobre a possibilidade de uma resolução bem-sucedida da transferência ao final da análise. Além disso, surgem questões importantes sobre como essa dinâmica afeta a educação e suas implicações no ambiente escolar. O desejo do sujeito emerge e é recriado por meio da relação com o analista na transferência. Essa compreensão nos leva a questionar como essa dinâmica se manifesta no ambiente escolar.

É válido nos perguntarmos se os estudantes, após estabelecerem uma relação transferencial com os educadores, conseguem emergir como sujeitos pensantes e autônomos. A psicanálise, ao sugerir a superação dos obstáculos emocionais, implica na destituição do lugar de saber que o analista ocupa na transferência, visando alcançar o término de uma análise. Da mesma forma, o educador, enquanto sujeito marcado por seu próprio desejo inconsciente, precisa renunciar a esse desejo ao adentrar a relação pedagógica, comparecendo como alguém que renuncia a suas vontades.

Portanto, ao considerar a obra de Freud sobre a transferência e sua aplicação na educação, surge a necessidade de repensar as relações de poder e desejo no ambiente escolar. A renúncia ao desejo por parte dos educadores e a abertura para uma postura de aprendizado mútuo podem conduzir a uma prática pedagógica mais inclusiva, na qual tanto os educadores quanto os alunos possam crescer e se desenvolver juntos, criando salas de aula modificadas e enriquecedoras.

Dessa forma, a Psicanálise proporciona uma oportunidade de ampliar a compreensão do processo educativo, ao revelar as camadas mais profundas do psiquismo do educador. Essa reflexão pode levar a transformações significativas na abordagem pedagógica, promovendo uma maior consciência e autenticidade na prática docente.

A Psicanálise emerge como um conhecimento revolucionário, desafiando os padrões das ciências experimentais, especialmente por meio de seu conceito fundamental do inconsciente. Ao adotar uma perspectiva psicanalítica, o educador é instigado a abandonar abordagens excessivamente programadas e controladoras, abrindo espaço para uma prática educativa mais ética e perspicaz.

Através da lente psicanalítica, o educador passa a enxergar sua função de maneira mais profunda e abrangente. O que é ensinado em sala de aula é confrontado com a subjetividade única de cada aluno, estimulando um pensamento renovador e a geração de novos conhecimentos. A ênfase é colocada na importância de uma formação que valorize a própria experiência pedagógica, possibilitando uma análise criteriosa dos conflitos que surgem no ambiente escolar.

Dessa forma, a Psicanálise se revela como uma fonte de brilhantismo e coerência no campo educacional, iluminando os caminhos para uma prática pedagógica mais profunda e impactante e que permita ao educador/a um constante questionamento sobre sua prática pedagógica e sua relação com o/a aluno/a. Afinal, a pedagogia das relações na Educação Infantil coloca as relações humanas como o cerne do processo educativo, reconhecendo que o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças são potencializados por meio de interações afetivas, respeitadas e significativas (RINALDI, 2012).

Ao reconhecer que as relações entre educador e alunos são permeadas por elementos inconscientes, o educador adquire um poderoso instrumento para transformar o processo de ensino-aprendizagem. Essa compreensão profunda dos aspectos inconscientes possibilita uma abordagem mais brilhante e coerente, proporcionando uma experiência educativa enriquecedora para todos os envolvidos.

Neste tópico, exploramos a complexa dinâmica da relação entre educador e aluno na perspectiva da teoria da transferência na clínica psicanalítica. Ao aplicarmos essa teoria ao contexto educacional, percebemos que a sala de aula pode se tornar um cenário fértil para o desenvolvimento de relações transferenciais entre o educador e o aluno. Essas relações podem ser influenciadas por questões emocionais e afetivas, incluindo aspectos relacionados às sexualidades. Esta como componente fundamental da psique humana, pode emergir de forma implícita ou explícita nas relações transferenciais estabelecidas em sala de aula.

O educador pode ser visto pelo aluno como uma figura que desperta desejos, paixões ou repulsas, ecoando padrões afetivos de relações passadas. Por meio da relação transferencial, o educador torna-se uma figura central na produção e transmissão de conhecimentos. A forma como ele é percebido pelo aluno pode influenciar significativamente a aprendizagem e a receptividade ao conteúdo apresentado.

Compreender e analisar essas complexas dinâmicas transferenciais pode ser valioso para a prática educacional. Ao estarem cientes desses processos, os educadores podem adotar uma postura mais sensível e empática em relação aos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e propício ao desenvolvimento intelectual e emocional.

Portanto, ao investigar os rituais do desejo presentes na figura do educador na relação transferencial com o aluno, buscamos ampliar nossa compreensão sobre os aspectos psicológicos e emocionais que permeiam a educação, bem como a importância da interação interpessoal no processo de aprendizagem e no desenvolvimento humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (LORDE, 2009, p. 220).

Cheguei ao fim de minha dissertação sob o impacto da divulgação de uma notícia veiculada esta semana. A Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou as ações afirmativas nas universidades Harvard e da Carolina do Norte<sup>39</sup>, julgando a favor do grupo conservador “*Students for Fair Admissions*”. Com esta decisão, a Suprema Corte reverteu um entendimento conquistado desde 1978, quando naquele momento em diante, as universidades usariam a raça como critério nas seleções de seus alunos.

A decisão mencionada pode ter consequências negativas em vários países, incluindo o Brasil. Nossa história é caracterizada por um passado de escravização, colonização violenta e exclusão social, que resultou em desigualdades persistentes. Diante desse contexto, as ações afirmativas surgem como uma estratégia para lidar de maneira direta e eficaz com essas desigualdades.

As ações afirmativas são medidas políticas que buscam combater as desigualdades e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência e outras populações precariamente representadas. Essas políticas visam criar oportunidades mais equitativas e corrigir as disparidades resultantes de um passado de discriminação e opressão.

No contexto da educação, por exemplo, as cotas raciais e sociais em universidades são uma forma de garantir que estudantes de grupos historicamente marginalizados tenham acesso ao ensino superior. Essas cotas buscam compensar as desvantagens socioeconômicas e educacionais que esses estudantes enfrentam desde cedo, proporcionando a eles uma oportunidade de acesso à educação superior e, assim, uma maior igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

A Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas, foi criada no Brasil em 2012, no governo da Presidenta Dilma, conforme relatei. Ela estabelecia reserva de vagas em universidades públicas federais para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública. Além disso, a lei regulamentava que parte das vagas

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/29/biden-fala-sobre-veto-da-suprema-corte-a-politicas-afirmativas-nas-universidades.ghtml> Acessado em 25/05/2023.

reservadas fosse destinada a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção equivalente às populações desses grupos em cada estado, de acordo com o último censo demográfico. Na portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, a Presidenta Dilma ampliou a lei que incluiu negros, indígenas e pessoas com deficiência em cursos de mestrado e doutorado.

No primeiro capítulo vimos como as práticas discursivas de grupos conservadores fundamentalistas aliados ao discurso neoliberal se entrelaçaram em perspectivas ideológicas, confrontando a noção de pluralidade e negando as desigualdades educacionais e socioeconômicas, sustentados por uma visão moralista do mundo. Em junho de 2020, no governo Bolsonaro, o Ministro da Educação Abraham Weintraub, publicou uma portaria que revogava as normativas de ampliação da Lei de Cotas de 2016. Embora o MEC tenha tornado sem efeito a portaria emitida pelo Ministro Weintraub, isso reacendeu o debate moral nas escolas, incluindo os debates sobre gênero e sexualidades.

Embora tenham sido alcançados, os direitos relacionados às sexualidades ainda não estão plenamente garantidos devido às intensas embates que ocorrem no campo da educação. No Brasil, as políticas implementadas pelo Estado, que incluíram temas relacionados à sexualidade nas escolas, gerou debates e contradições ao confrontar os modelos dominantes de normalidade, que estabelecem certas identidades como normais em detrimento de outras.

Essas políticas têm contribuído para a construção de políticas de identidade em um contexto cultural marcado por lutas pelo poder do conhecimento. Isso ocorre porque certos grupos são classificados como subalternos e hierarquicamente invisíveis, enquanto outros são privilegiados.

A complexidade envolvendo o ensino e as sexualidades no Brasil não pode ser atribuída apenas aos avanços e retrocessos políticos no campo da Educação ou à falta de preparo dos educadores. A dificuldade enfrentada residiu também nas condições psicológicas, políticas e sociais desfavoráveis que foram estabelecidas ao longo da história recente do nosso país. Essas condições são resultado de uma conjuntura complexa, influenciada por uma moralidade arraigada que permeia as questões relacionadas à sexualidade nos âmbitos sociais e políticos. Infelizmente, essa moralidade tem se refletido também no campo educacional.

Essas condições desfavoráveis têm contribuído para dificultar a implementação de políticas e práticas educacionais que promovam a inclusão, o respeito e a igualdade em relação à diversidade sexual e de gênero. As crenças e os valores arraigados na sociedade acabam sendo replicados nas instituições educacionais, impedindo avanços significativos nessa área.

Para contornar essas dificuldades, é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, as instituições educacionais, os educadores, os estudantes e a comunidade em geral. É preciso promover um diálogo aberto, baseado no respeito mútuo e na busca pelo entendimento. Além disso, é fundamental investir em políticas públicas que apoiem a formação de educadores, a criação de ambientes educacionais seguros e inclusivos, e a promoção de valores de respeito e igualdade desde os primeiros anos de ensino.

Conforme discutido no capítulo 2, o crescimento de grupos conservadores, fundamentalistas e religiosos tiveram um impacto significativo na política educacional, levando à exclusão de diversas perspectivas e subjetividades em projetos escolares. A abordagem da corporeidade, incluindo temas como sexualidade e gênero, passaram por avanços e retrocessos, sendo trabalhada nas diretrizes de educação. Nesse contexto, é crucial entender que a dificuldade nas ensinagens sobre sexualidades e gêneros não pode ser atribuída unicamente aos educadores, uma vez que estão enraizadas em um contexto mais amplo de desafios psicológicos, políticos e sociais. No entanto, ao estabelecer uma relação transferencial com os alunos para a produção de conhecimento, torna-se evidente a importância da formação continuada dos educadores dentro de um processo multidisciplinar.

As ausências de processos de formação continuada se tornaram evidentes quando os educadores trouxeram suas questões emocionais e subjetivas para o ambiente da sala de aula, o que pode afetar a forma como abordaram a temática da sexualidade e outros assuntos sensíveis. Por isso, a formação contínua é essencial para capacitar os educadores a lidar com tais questões de forma mais reflexiva e equilibrada. É importante reconhecer que os educadores são seres humanos com experiências pessoais e emoções próprias. No entanto, quando essas questões não são devidamente trabalhadas e refletidas, elas podem interferir na maneira como os educadores lidam com assuntos delicados, como a sexualidade.

As questões emocionais e subjetivas podem levar a abordagens enviesadas, preconceituosas ou baseadas em estereótipos, prejudicando a promoção de uma educação inclusiva. Os educadores podem transmitir suas próprias crenças e preconceitos, consciente ou inconscientemente, para os alunos, influenciando negativamente o processo de aprendizagem e reforçando estigmas e discriminações.

A promoção da formação contínua deve incentivar a reflexão em grupo, tanto em encontros presenciais quanto em ambientes virtuais, como forma de aprimorar as práticas educativas e desenvolver as competências necessárias. O diálogo com os pares é fundamental

para o crescimento profissional e para a busca de soluções conjuntas para os desafios enfrentados na educação (ESQUINCALHA, 2015).

Dentro de um projeto de política neoliberal fascista ocorrida nos últimos anos, as escolas se tornaram espaços de doutrinação liberal, atendendo a uma agenda política que buscou desqualificar os educadores. Para tornar isso ainda mais eficaz, a relação entre o ensino básico e a universidade sofreu um retrocesso, causando desencantamento nas práticas docentes.

Conforme discutido no capítulo II, a influência da hegemonia estética na perpetuação da lógica do prazer masculino esteve vinculada a um projeto político que entrelaçou o neocapitalismo, o neocolonialismo e o patriarcado de forma perversa. Essa aliança também permeou o ambiente escolar, expressando-se em racismo e desconstruções identitárias.

Nesse contexto, as crianças se veem obrigadas a suprimir sua própria essência escolar para continuar seu processo educacional. Isso significa romper com a identificação que têm com o papel do educador, que frequentemente está impregnado pelos valores e ideais do discurso capitalista predominante.

Assim, a escola se transformou em um espaço onde a doutrinação e as perpetuações de valores opressores se entrelaçaram numa amarração sem nó, impactando a experiência dos educadores e dos alunos. Superar essa realidade requer uma reflexão profunda sobre os sistemas políticos e culturais que moldam a educação, buscando promover uma abordagem mais inclusiva, crítica e respeitosa, que empodere tanto educadores quanto estudantes na construção de um ambiente educacional verdadeiramente transformador.

No capítulo III, abordamos o governo Bolsonaro e suas conexões com o fascismo, especialmente no contexto educacional. Vimos como o governo identifica os educadores como inimigos ideológicos, resultando no desmantelamento da educação pública como parte de uma estratégia para impor o neoliberalismo e atacar as subjetividades diversas presentes na sociedade. Através da perspectiva psicanalítica, examinamos as implicações dessas políticas para as práticas docentes e a construção das identidades subjetivas no contexto educacional brasileiro.

No tópico final exploramos a complexa dinâmica da relação entre educador e aluno na perspectiva da teoria da transferência na clínica psicanalítica. Ao aplicarmos essa teoria ao contexto educacional, percebemos que a sala de aula pode se tornar um cenário fértil para o desenvolvimento de relações transferenciais entre o educador e o aluno. Essas relações podem ser influenciadas por questões emocionais e afetivas, incluindo aspectos relacionados à

sexualidade. Esta como componente fundamental da psique humana, pode emergir de forma implícita ou explícita nas relações transferenciais estabelecidas em sala de aula.

Ao abordamos um panorama da educação do governo Lula até a atualidade evidenciamos as necessidades e preocupações diárias dentro do contexto escolar em relação aos grupos excluídos, mesmo com os seus avanços e conquistas nas políticas sociais. A escola ainda promove preconceitos em relação à diversidade sexual devido à reafirmação cultural das características cisheteronormativas como hegemônicas e normativas, excluindo, assim, todas as subjetividades divergentes. A falta de discussões sobre gênero e sexualidades na formação educacional gera desigualdade e opressão, refletindo em consequências na atuação dos educadores.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada por esta dissertação tampouco busca fazer generalizações sobre os educadores e educadoras de nosso país. Trata-se apenas de uma obra aberta e incompleta, uma forma de seguir adiante mesmo quando falta um pé (FREUD, 1972). No entanto, os pontos levantados demonstram o interesse dos educadores em incorporar em suas práticas educacionais outros conhecimentos que possam provocar rupturas na estrutura hegemônica. Considerando que essas questões são subjetivas e têm impactos nas construções identitárias, a psicanálise talvez possa oferecer alguma contribuição às práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **A Teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda** [1951]. [Publicado originalmente em *Psychoanalysis and the Social Sciences* 3 (408-433) 1951. Reproduzido em *Gesammelte Schriften* Vol. 8, T. I [Soziologische Schriften] Frankfurt : Surhkamp Verlag, 1975, p. 408-433. Traduzido por Francisco Rüdiger] [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-\\_A\\_Teoria\\_freudiana\\_e\\_o\\_modelo\\_fascista\\_de\\_propaganda\\_1951.htm?1349568035#:~:text=A%20comunidade%20popular%20fascista%20corresponde,de%20outros%22%20\(18\)](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951.htm?1349568035#:~:text=A%20comunidade%20popular%20fascista%20corresponde,de%20outros%22%20(18).). Consultado em 10/10/2022
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Alexandre Patrício de. **Psicanálise e educação escolar: contribuições de Melanie Klein**. Dissertação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ALMEIDA, A. P. de, & Naffah Neto, A. (2019). **Psicanálise e educação escolar: ressonâncias de Sándor Ferenczi para uma pedagogia do cuidado**. *Estilos Da Clinica*, 24(2), 262-275. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p262-275>
- ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2019.
- ALMEIDA, C. M. de; SOARES, K. C. D. **Educador de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: aspectos históricos e legais da formação**. Curitiba: IBPEX, 2011.
- ALVES, Jed. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**, *Ecodebate*, 31/10/2018. [O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro \(ecodebate.com.br\)](https://ecodebate.com.br) Acessado em 21 de setembro de 2022.
- ALVES, Rubem. *Conversa com quem gosta de ensinar*. 28 ed. São Paulo; Cortez, 1993 – (Coleção questões de nossa época; v. 11).

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar: O fim dos vestibulares/Rubem Alves** – Campinas, SP : Papirus, Rubem Alves M.E. 2000.

ASSMANN, Hugo. **Paradigmas educacionais e corporeidade**. 2 ed. Piracicaba: UNIMEP. 1994.

BARROS, Rita Maria Manso de. (Org.) **Subjetividade e Educação: Conceitos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

BECK, Nestor L. J. **Educar para a vida em sociedade: estudos em ciências da educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. / Pierre Bourdieu: tradução Maria Helena Kuhner. – 5ª ed. – Rio de Janeiro. BestBolso, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais – orientação sexual. Brasília, DF, 1998. v. 10.5.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 25 jul. 2023.

CARVALHO, Marcos Castro; Sívori, Horacio. **Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira.** cadernos pagu (50), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida.** 1ª Edição. 1984. Editora Brasiliense. São Paulo.

CHEMOUNI, J. Psicanálise & educação. In: KAUFMANN, P. (Org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, pp. 623-631.

COSTA; Marisa Vorraber. **Quem são? O que querem? Que fazer com eles? Eis que chegam às nossas escolas as crianças e jovens do século XXI.** In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa et al. Currículo cotidiano e tecnologias. Araraquara: Junqueira & Martins, 2006, p.93-110.

COSSI, Rafael Kalaf. **Lacan e o feminismo francês: a história de uma (não) relação.** Psicologia USP [online]. v. 31. 2020.

CURI, F. Educador sobre pressão. **Revista Educação**, ano 10, n. 19. São Paulo, Segmento. 2007.

DIMENSTEIN, Gilberto. Alves, Rubem. **Fomos Maus Alunos.** Campinas - SP. Papyrus. 2003.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. **Conhecimentos revelados por tutores em um curso de formação continuada para educadores de Matemática na modalidade a distância.** 2015. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FACCHINI, R. and SÍVORI, H. **Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia.** Cad. Pagu [online]. 2017, n.50 , e175000. [viewed 27 June 2017]. ISSN 1809-4449. DOI: 10.1590/18094449201700500000. Available from: <http://ref.scielo.org/m345q8>

FERREIRA, Aparecida Maria de Jesus. Formação de professores de língua inglesa e o prepara para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. Cascavel: Línguas & Letras, v. 7, n. 12, p. 171-187. 2006. Op. Cit. **Identities sociais, letramento visual e letramento crítico: imagens na mídia acerca de raça/etnia.** In: Linguística Aplicada, v.51. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits** (1994). Paris: Gallimard, 2001. Tome III, texte n. 189 (1976-1988).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **Introdução à vida não-fascista**. Prefácio de: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 39ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. Paulo Freire – São Paulo. Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREINET, C. **Ensaio de Psicologia sensível**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a

FREUD, S. (1898/1980). **A sexualidade na etiologia das neuroses**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. 3, 1980. pp. 249-270.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. 7, 1980. pp. 123-238.

FREUD, S. (1916-1917a) Conferências introdutórias sobre psicanálise. **Conferência XXVII: Transferência**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 503-521. (Edição Standard Brasileira, Vol XVI.

FREUD, S. (1938). **La escisión del yo en el proceso defensivo**. In: FREUD, S. AE Obras Completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol. XXIII.

FREUD, S. (1972). **Au-delà du principe de plaisir** (PBP n. 44). In Essais de psychanalyse Paris: Payot.

FREUD, S. (1980). **A dinâmica da transferência** (J. O. A. Abreu, Trad.). Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud (Vol. XII, pp. 131-143). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912)

FREUD, S. (1980). **A história do movimento psicanalítico** (T. O. Brito, P. H. Britto & C. M. Oiticica, Trad.). Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud (Vol. XIV, pp. 13-82). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)

FREUD, S. (1980). **Observações sobre o amor transferencial** (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III) (J. O. A. Abreu, Trad.). Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud (Vol. XII, pp. 207-221). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)

FREUD, S. (1996). **Estudos sobre a histeria**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 2, p. 47-48). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893)

FREUD, S. **Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. [1914] 1996.

FREUD, S. **Conferências XXXIV, Explicações, Aplicações e orientações** In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. [1933d] 1996.

FREUD, S. **O Interesse Educacional da Psicanálise**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. [1914]1996.

FREUD, Sigmund (1917). **A Transferência. Terceira Parte – Teoria Geral das Neuroses**. In: FREUD, Sigmund. Obras Completas Vol. 13. Conferências Introdutórias a Psicanálise (1916-1917). Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. pp. 454-472.

FREUD, Sigmund. (1976b). **Um estudo autobiográfico**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 20, pp. 13-92). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em [1924 ou 1925]).

FREUD, Sigmund. **A Moral sexual “Cultural” e a doença nervosa moderna**. In: IANNINI, G.; TAVARES, P. H. (Orgs.). Obras incompletas de Sigmund Freud: Cultura, Sociedade, Religião. O Mal-Estar na Cultura e outros escritos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

FREUD, Sigmund. **Atos obsessivos e práticas religiosas**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FREUD, Sigmund. **Cartas entre Freud & Oskar Pfister (1909 – 1939)** / Sigmund Freud; Tradução de Karin Hellen Kepler Wondracek e Ditmar Junge. – Viçosa: Ultimato, 1998.

FREUD, Sigmund. **Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte**. In: IANNINI, G.; TAVARES, P. H. (Orgs.). Obras incompletas de Sigmund Freud: Cultura, Sociedade, Religião. O Mal-Estar na Cultura e outros escritos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

FREUD, Sigmund. **Esboço de psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. 1996

FREUD, Sigmund. JUNG, Carl-Gustav. **Correspondance, 1906-1914**, Paris, Gallimard, 1992.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **O homem Moisés e a Religião Monoteísta: Três Ensaios**/ Sigmund Freud; tradução Renato Zwick; ensaio bibliográfico de Paulo Endo, Edson Sousa; revisão técnica e prefácio de Betty Bernardo Fuks. – 1 ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

FREUD, Sigmund. **Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (O Caso Schreber) Artigos sobre Técnica e outros textos**. Obras Completas

volume 10. Tradução Paulo César de Souza. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

FREUD, Sigmund. **Sexualidade feminina**. Em Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira (J. Salomão & Abreu J. O. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI. 1996. (Trabalho original publicado em 1931).

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu: Algumas considerações entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos** / Sigmund Freud; tradução de Paulo César de Souza. – 1 ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. E-book Kindle.

GATTI, B. A. **Os educadores e suas Identidades: o desvelamento da heterogeneidade**. Caderno de Pesquisa, n. 98, p. 85-90, ago.1996.

GOMES, Nilma Lino. **“Diversidade étnicoracial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”**. RBPAAE, v. 27, n. 01, p. 109-121, jan/abr. 2011. P. 109-121.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.21 [cited 2021-04-05], pp.40-51.

GONÇALVES, Elaine Barbosa Caldeira. **A constituição discursiva de identidades xerentes no espaço escolar multicultural**. 2011. 259 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2011.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz & OLIVEIRA GONÇALVES, Luis Alberto. **“Movimento Negro e Educação”**. Revista Brasileira de Educação. set-dez. 2000, n° 15. p. 134-158.

GONZALEZ, Lélia. “**A mulher negra na sociedade brasileira**”. In: LUZ, Madel T. (org.). O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-106.

GRUN, R. **Dominação em estado prático: o Brasil contemporâneo, a doxa e o neoliberalismo**. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. (Orgs.). Estudos sobre elites políticas e culturais. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 263-295.

HADDAD, F. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. [www.publicacoes.inep.gov.br](http://www.publicacoes.inep.gov.br) Acesso em 05/05/2023.

HELDMAN, Caroline. **Sexual Objectification. Part 1: What is it?** 2012. Disponível em: Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71281997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281997000200003&lng=pt&nrm=iso)> Acessado em 01/03/ 2022

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KATZ, Elvis Patrik. Uma História da Escola Sem partido: Os fios de Proveniência e a Emergência do Movimento. **XVI Encontro Estadual de História – ANPHU RS**. 18 a 21/07/2018. Democracias Liberdades Utopias. Disponível em: [http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531185233\\_ARQUIVO\\_Textocompleto.pdf](http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531185233_ARQUIVO_Textocompleto.pdf). Acessado em: 20/05/2022.

KUPFER, M. C. **Freud e a Educação, dez anos depois**. Revista da APPOA, Porto Alegre, v. 1, n. 16, 1999, pp. 14-26.

KUPFER, M. C. **Freud e a Educação: O Mestre do Impossível**. 2. ed. São Paulo, Editora Scipione, 2004

KUPFER, M.C. **Educação para o Futuro: Psicanálise e Educação**. 4ª ed. São Paulo, Editora Escuta, 2013.

LACAN, J. A Coisa Freudiana ou Sentido do retorno a Freud em Psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. **Estou falando com as paredes na Capela de Sainte-Anne**/Jacques Lacan; tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica: Romildo do Rêgo Barros; [Coleção dirigida por Jacques-Alain e Judith Miller; assessoria brasileira: Angelina Harari]. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LAJONQUIÈRE, L. Sigmund Freud: para uma educação além da pedagogia. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, número esp., 2006. pp. 1-19.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LIMA, Soneide de Sales. **A Transferência nas Psicoses: A Erotomania e as Próteses do Amor**. 1º Edição – 2019 Rio de Janeiro. Editora Conexão 7

LOPES, A. C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, jul/dez. 2005. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/lopes.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LORDE, A. (2009). **There is no hierarchy of oppression**. In R.P. Byrd, J. B. Cole, & B. J. Sheftall. *I Am Your Sister* (pp. 219-220). Oxford University.

LOUZANO, P.; MORICONI, G. **Uma guinada equivocada na agenda da educação**. In: *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 247-255.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Os temas transversais nos parâmetros curriculares nacionais.** QNEsc N° 8 - Novembro - 1998. Espaço aberto. <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc08/espaco.pdf>. Consultado em 02/09/2022.

MAUCO, G. (1979). **Psychanalyse et éducation.** Paris, Aubier-Montaigne.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904/**Jeffrey Noussaieff Masson; tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MBEMBE, A. *Necropolítica*, São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEIRIEU, P.; LE BARS, S. *La machine-école.* Paris: Gallimard. 2001.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete educação sexual. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-sexual/>>. Acesso em 21 jun 2022.

MERLEAU-PONTY, M. **Le monde sensible et le monde de l'expression.** MétisPresses; 1ª edição. 2011.

MIJOLA et Cols. **Dicionário Internacional de Psicanálise.** Rio de Janeiro, Editora Imago, 2008

MILLOT, C. **Freud Antipedagogo.** Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2001.

MONTARDO, J. **A escola e a educação sexual.** La Salle (Canoas), v. 13, p. 161-174, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade brasileira – Niterói. Eduff. 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim fala Zaratustra**. Tradução de Erika Patrícia Moreira, João Pedro Nodari, revisão de Ana Carolina Moraes. – Brasil. Pé da Letra, 2021.

OLIVEIRA; Jairo Carioca de, ALVES; Lígia Emanuela Costa, SANTOS; Maria Helena Pereira dos. **Heterocisnormatividade Sob Suspeita – A Dor Amazônica da Diversidade**. Políticas Públicas e Projetos para Amazônia: Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas, 1ª edição, de 21/06/2023 a 23/06/2023 ISBN dos Anais: 978-65-5465-044-1

OLIVEIRA, M. L. (Org.). **O acolhimento do desejo na educação**: um desafio para educadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, pp. 7-10.

PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **Psicanálise e educação: análise das práticas pedagógicas e formação do educador**. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 30, jun de 2010, pp. 81-96.

PIMENTA, S. G. Educador reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Educador reflexivo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PISSETA, Maria Angélica. **Autismo e experiência com a palavra em grupo de educadores**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

PRISZKULNIK, L. (2000). **Clinica(s): Diagnóstico e Tratamento**. *Psicologia USP*, 11(1), 11-28. <https://doi.org/10.1590/psicousp.v11i1.108076>

REIS, Livia. **Dicionário para entender o campo religioso: Volume 01**/Organizadoras Livia Reis... [et al.], Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos da Religião, 2023.

RIBEIRO, Darcy (1995) **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar, aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROSSILATO, R. 2003. **Sexualidade e Escola**: uma análise da implantação de políticas públicas de orientação sexual. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2003.

ROUDINESCO, Elizabeth. **História da psicanálise na França**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 1994.

ROUDINESCO&PLOM, **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2005.

ROUDINESCO, Elizabeth. **O Eu Soberano**: ensaio sobre as derivas identitárias. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

RUIZ, Erasmo Miessa. **Freud no “Divã” do cárcere: Gramsci analisa a Psicanálise / Erasmo Miessa Ruiz**. – Campinas, SP: Autores Associados, 1998. – (Coleção polêmicas do nosso tempo: 58)

SAFRA, Gilberto. **A pó-ética na Clínica Contemporânea**. Aparecida, SP: Ideias e Letras. 2004

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do Império Cognitivo: A afirmação das Epistemologias do Sul**. / Boaventura de Souza Santos. – 1ªEdição – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019. E-book Kindle.

SIRE, James W. **O Universo ao lado: um catálogo básico sobre cosmovisões**. 5ª ed. Brasília: Editora Monergismo, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESE, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Biblioteca Nacional de Portugal. Edições Almedina. 2009.

SAVIANI, D. PDE – **Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do educador. In: SILVA JÚNIOR, C. A.; BICUDO, M. A. V. **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed., rev. Ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Célestin Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

SFAIR, Sara Caram, BITTAR, Marisa e LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. In: "Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis federal e estadual em São Paulo", dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. **Saúde e Sociedade** [online]. 2015, v. 24, n. 2, pp. 620-632. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>. Acessado em: 30/07/2022.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. **Rompendo a mordaza: representações sociais de educadores e educadoras do ensino médio sobre homossexualidade** 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

SOARES, M. A. S. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

UNESCO, 1990. **DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VERISSIMO, Danilo Saretta. **Expressão e conhecimento: a linguagem na Fenomenologia da Percepção**. Fractal, Rev. Psicol. [online], vol. 24, n.3. 2012.

WOODWARD, Kathryn. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.